

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

A Transformação da Paisagem e o Turismo em Pitões das Júnias

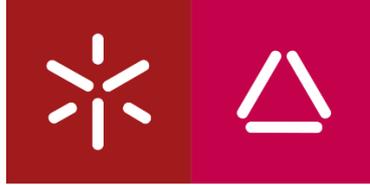
Cláudio Miguel Pinheiro Perdigão

**A Transformação da Paisagem e o Turismo
em Pitões das Júnias**

Cláudio Miguel Pinheiro Perdigão

UMinho|2020

19 de novembro de 2020



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cláudio Miguel Pinheiro Perdigão

**A Transformação da Paisagem e o
Turismo em Pitões das Júnias**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Geografia – Especialização em
Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professor Doutor João Carlos Vicente
Sarmento**

19 de novembro de 2020

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Para o meu avô, Francisco António Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Findada esta importante etapa, não posso deixar de expressar um profundo agradecimento a todos os que colaboraram para a realização da presente dissertação.

Quero em primeiro de tudo, agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Sarmiento, por quem nutro uma enorme estima e admiração, por todo o auxílio prestado, por toda a disponibilidade e conhecimento transmitido.

Aos meus amigos, em especial, ao Daniel Imanov, ao Paul Costa e à Bruna Tavares, por todos os momentos partilhados, pelas conversas profundas e sobretudo pela longa amizade.

Ao Sr. Diogo, que me acolheu na sua casa durante as minhas estadias em Pitões das Júnias, permitindo-me assim conhecer de uma forma mais profunda a cultura da gente de Pitões.

À minha família, pelo apoio e momentos de partilha, em especial, a minha afilhada Alice, pela compreensão e alegre contágio. Espero um dia vir a ser um exemplo para ti!

Ao meu pai, que recordo com eterna saudade, pela inspiração e alento em momentos de maior fragilidade e por ter despertado em mim a paixão pela natureza e pelas ciências sociais e humanas.

Ao meu irmão, ao meu avô e a minha mãe, pelo apoio, compreensão e amor constante. Sem eles, nada disto teria sido possível.

A todos o meu mais sincero obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A paisagem tem-se constituído como um elemento de estudo fundamental da Geografia. Nas últimas décadas, muitos territórios sofreram grandes transformações. Estas, não só são claramente visíveis na paisagem, desde a desflorestação, à reconstrução do edificado e ao despovoamento, mas também assumem formas mais subtis, como a perda de relações sociais, as mudanças identitárias e dinâmicas diversas. Aqui o turismo assume fortes impactes no território, na paisagem e nas relações sociais. Dentro do território Português, muitas regiões, especialmente no Norte do país, que enfrentam problemas de carácter económico, social e ambiental, muito em razão da sua localização geográfica, sobretudo em áreas tipicamente rurais e montanhosas. A atividade turística desempenha aqui um papel fundamental que importa aqui analisar. A elaboração desta dissertação de mestrado prende-se sobretudo com uma análise das transformações ocorridas na paisagem de Pitões das Júnias, uma aldeia transmontana inserida no Parque Nacional Peneda-Gerês. A análise tem como ponto de partida uma obra publicada em 1981, da autoria do etnólogo Manuel Viegas Guerreiro, com o título *Pitões das Júnias: Esboço de monografia Etnográfica*. Procura-se estabelecer um diálogo e comparação entre as paisagens desta obra com as paisagens atuais. Metodologicamente, desenvolveu-se um vasto trabalho de campo que incluiu sobretudo a observação do espaço em estudo, um levantamento fotográfico, em articulação com as fotografias presentes na monografia já referida, inspirado sobretudo no método de comparação visual do fotógrafo Duarte Belo. Recorreu-se também à aplicação de questionários que posteriormente foram dirigidos à comunidade local. Os resultados obtidos possibilitaram, numa primeira instância, concluir que a comunidade local reconhece os benefícios que o crescimento da atividade turística trouxe para a região. Em segunda instância, foi também possível concluir que a transformação ocorrida na paisagem, em especial no seu edificado, prende-se sobretudo com o facto de alguns proprietários de pequeno comércio, restauração e alojamento local, começarem a seguir certas e determinadas tendências de mercado em que procuram acima de tudo outras formas de rendimento para além da agropecuária e também pelos habitantes que procuram melhores condições de vida e conforto, o que posteriormente se acaba por na transformação (construção, reabilitação, modernização) do edificado.

Palavras Chave: Geografia Cultural; Paisagem; Fotografia; Turismo; Montanha;

ABSTRACT

Landscape has been constructed as a fundamental element of study of Geography. In recent decades, many territories have undergone major changes. These are not only clearly visible in the landscape, such as deforestation, reconstruction of buildings or depopulation, but they also take on subtler forms, such as the loss of social relationships, identity changes and other diverse dynamics. In this context, tourism has a strong impact on the territory, on the landscape and on social relationships. Within the Portuguese territory, there are many, especially in the north of the country, which face economic, social and environmental problems, due to their geographical location, mainly in typically rural and mountainous areas. Tourism plays a fundamental role here that needs to be analyzed. This master's dissertation is mainly focused on the analysis of the transformations that took place in the landscape of *Pitões das Júnias*, a village in Trás-os-Montes province, located within the boundaries of the Peneda-Gerês National Park. The analysis has as its starting point a work published in 1981, by the ethnologist Manuel Viegas Guerreiro, entitled *Pitões das Júnias: Esboço de monografia Etnográfica* [*Pitões das Júnias: Sketch of an Ethnographic Monography*]. It seeks to establish a dialogue and parallel between the landscapes of this work and the current landscapes. Methodologically, a vast fieldwork was developed that included, above all, the observation of the space under study, a photographic survey, in conjunction with the photographs presented in the aforementioned monograph, inspired mainly by the method of visual comparison used by the photographer Duarte Belo. Questionnaires were also used, which were subsequently addressed to the local community and tourists. The results obtained made it possible, at first glance, to conclude that the local community recognizes the benefits that the growth of tourism has brought to the region. In the second instance, it was also possible to conclude that the transformation that took place in the landscape, especially in its buildings, is mainly due to the fact that some owners of small businesses, restaurants and local accommodation, begin to follow certain and determined market trends in which, above all, they seek other forms of income in addition to agriculture, as well as by the inhabitants who seek better living conditions and comfort, which results in the transformation (construction, rehabilitation, modernization) of the built landscape.

Keywords: Cultural Geography; Landscape; Photography; Tourism; Mountain;

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- A GEOGRAFIA CULTURAL	4
1.1 A Nova Geografia Cultural	4
1.2 A Paisagem na Geografia	8
1.3 A Representação da Paisagem na Fotografia	10
1.4 Síntese Conclusiva	12
CAPÍTULO II- TURISMO E MONTANHA	14
2.1 As regiões de montanha	14
2.2 O Turismo em Território de Montanha	18
2.3 Impactes do Turismo e Sustentabilidade nas Montanhas	21
2.5 Síntese Conclusiva	27
CAPÍTULO III- RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO E ECONÓMICO DE PITÕES DAS JÚNIAS	28
3.1 PNPG- Um Breve Enquadramento	28
3.2 Enquadramento Geográfico de Pitões das Júnias	35
3.3 Evolução da População	37
3.4 Caracterização da Economia	39
3.5 Potencialidades Turísticas	45
3.6 Síntese Conclusiva	47

CAPÍTULO IV- A TRANSFORMÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE MONTANHA: O CASO DE PITÕES DAS JÚNIAS	48
4.1 Amostra e Trabalho de Campo	48
4.2 A Paisagem Atual de Pitões das Júnias	50
4.3 Universo Estatístico- Comunidade Local	88
4.4 Diálogo Informal ou Conversas Livres	97
4.5 Síntese Conclusiva	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADERE-PG- Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional Peneda-Gerês

BTT- Bicicleta Todo o Terreno

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations

ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

INE- Instituto Nacional de Estatística

OMT- Organização Mundial de Turismo

PNPG- Parque Nacional da Peneda-Gerês

UNEP- United Nations Environment Programme

UNTWO- United Nations World Tourism Organization

WCED- World Commission on Environment and Development

WTO- World Trade Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa 1- O Relevo do Território Português.....	17
Figura 2- Mapa do Parque Natural Peneda-Gerês.....	29
Figura 3- Mapa de Localização das freguesias serranas.....	30
Figura 4- Mapa de Localização de Pitões das Júnias.....	35
Figura 5- Exemplos de Empreendimentos Turísticos em Pitões das Júnias.....	44
Figura 6- Paisagem de Pitões das Júnias.....	52
Figura 7- Paisagem atual de Pitões das Júnias.....	52
Figura 8- A Povoação de Pitões das Júnias.....	53
Figura 9- A Povoação de Pitões das Júnias Atualmente.....	53
Figura 10- Anfiteatro Largo da Escola- Espaço Lúdico e Cultural de Pitões das Júnias.....	56
Figura 11- Habitações em Pitões das Júnias.....	57
Figura 12- Estado atual das Habitações.....	57
Figura 13- Planta de uma Casa de Pitões.....	58
Figura 14- Habitações de Pitões das Júnias.....	60
Figura 15- Habitações atuais em Pitões das Júnias.....	60
Figura 16- Portão com fechadura tradicional.....	61
Figura 17- Portão Moderno.....	61
Figura 18- A Eira.....	62
Figura 19- A Eira atualmente.....	62
Figura 20- O Moinho.....	63
Figura 21- O Moinho Atualmente.....	64
Figura 22- Interior do Moinho.....	64
Figura 23- Forno de Pitões.....	65
Figura 24- Forno de Pitões Atualmente.....	65
Figura 25- Corte do Boi.....	67
Figura 26- Corte do Boi atualmente.....	67
Figura 27- Ecomuseu do Barroso- Corte do Boi.....	68
Figura 28- Casa de um Emigrante.....	69
Figura 29- Estado atual da casa do emigrante.....	69
Figura 30- Casa Moderna de Emigrante.....	70
Figura 31- Atual Estado da Casa Moderna de Emigrante.....	70
Figura 32- Eiró.....	72
Figura 33- Eiró Atualmente.....	72
Figura 34- Mosteiro de Santa Maria de Júnias.....	74
Figura 35- Estado atual do Mosteiro de Santa Maria de Júnias.....	74
Figura 36- Parede do mosteiro em ruínas.....	75
Figura 37- Arcos do Claustro no Passado.....	76
Figura 38- Estado atual dos Arcos do Claustro.....	76
Figura 39- A Igreja do Mosteiro no Passado.....	77
Figura 40- Estado atual da Igreja do Mosteiro.....	77
Figura 41- Porta de Entrada do Mosteiro no Passado.....	78
Figura 42- Estado atual da Porta de Entrada do Mosteiro.....	78
Figura 43- Porta Lateral do Mosteiro no Passado.....	79
Figura 44- Estado atual da Porta Lateral do Mosteiro de Santa Maria das Júnias.....	79
Figura 45- Ruínas do Mosteiro.....	80

Figura 46- Ruínas do Mosteiro em 2019.....	80
Figura 47- Caminho para o Mosteiro.	81
Figura 48- Estado atual do Caminho para o Mosteiro.....	81
Figura 49- Planalto da Mourela.....	82
Figura 50- Planalto da Mourela.....	82
Figura 51- Centro de Interpretação do Planalto da Mourela.	84
Figura 52- Armazéns Presentes em Pitões das Júnias.	85
Figura 53- Alguns dos Armazéns Presentes em Pitões das Júnias- Parte 1	86
Figura 54- Alguns dos Armazéns Presentes em Pitões das Júnias- Parte 2	87
Figura 55- Caracterização Profissional dos habitantes.....	89
Figura 56- Atividade exercida conforme o grupo etário.	91
Figura 57- Importância do Turismo para a comunidade.	93
Figura 58- Quantidade de Turismo presente na aldeia.....	94
Figura 59- Opinião dos inquiridos sobre o desenvolvimento da atividade no futuro.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Variação da população entre 2001 e 2001 nas freguesias do PNPG.....	31
Tabela 2- Evolução da População Residente na Freguesia de Pitões das Júnias entre 1864 e 2011.....	37
Tabela 3- População Empregada por sector de atividade na Freguesia de Pitões das Júnias.....	39
Tabela 4- Alojamento Local em Pitões das Júnias.....	43
Tabela 5- Empreendimentos Turísticos em Pitões das Júnias.....	43
Tabela 6- Atrações Turísticas em Pitões das Júnias.....	45
Tabela 7- Número de Alojamentos em Pitões das Júnias.	54
Tabela 8- Informação Sociodemográfica.	88
Tabela 9- Turismo em Pitões das Júnias.	92
Tabela 10- Impactes do Turismo em Pitões das Júnias.....	96

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Planeamento e Gestão do Território, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, realizei a minha dissertação de mestrado à luz de um dos mais interessantes subdomínios da Geografia Humana - a Geografia cultural, que nas últimas décadas foi altamente revigorada tanto nas questões teóricas como metodológicas (Cosgrove, 2003; Sarmiento, Azevedo e Pimenta, 2006).

O conceito de paisagem volta a estar novamente dentro dos principais interesses da geografia contemporânea, enquanto se faz também notar em outras áreas das ciências humanas e sociais (Gaspar, 2001). A paisagem sempre foi um elemento presente na geografia humana, ligada à cultura, à ideia de formas visíveis da superfície da terra e à sua composição. Ao mesmo tempo, pode também ser entendida como uma forma de ver, uma maneira de compor e refletir sobre o mundo, numa unidade visual (Cosgrove, 1984, 1989). Pode também ser experienciada como um espaço acessível à observação através de distintas formas: desde a elaboração de mapas, à arte de desenhar e fotografar ou simplesmente ao atingir o topo de uma montanha (Ribeiro, 2001).

O ser humano é um dos agentes responsáveis pela transformação da superfície terrestre. A sua ação insere-se sobretudo na biosfera, sendo capaz de originar a criação de ambientes artificiais, habitações, ou até mesmo aldeias, ou cidades, o que causa a destruição ou substituição das associações naturais por formações mais pobres e desequilibradas (Claval, 1987a). Nas últimas décadas, fruto de mudanças sociais e económicas profundas, muitos territórios sofreram grandes transformações. Estas, não só são claramente visíveis na paisagem, como também assumem formas mais subtis, como seja a perda de relações sociais, as mudanças identitárias e dinâmicas diversas.

O turismo é uma das atividades com maior responsabilidade na transformação da paisagem portuguesa (Sarmiento, 2008). Em áreas periféricas, frágeis de um ponto de vista demográfico, social e económico, o turismo tem, em muitos casos, assumido um papel muito importante nestas mesmas transformações. É este o caso de muitas áreas do interior de Portugal, mais especificamente áreas de montanha, que estão bastante afastadas de centros urbanos. A procura de territórios de montanha por parte dos turistas, enquanto se tem constituído como uma excelente oportunidade para estas regiões, tem implicações ambientais, culturais e sociais para as comunidades que neste tipo de territórios se encontram inseridas, que importa analisar.

Este estudo pretende assim identificar e analisar as transformações ocorridas na paisagem que o turismo tem causado num território de montanha específico, nomeadamente a aldeia de Pitões das Júnias, no concelho de Montalegre, Trás-os-Montes. Esta aldeia, com 161 habitantes, está inserida no Parque Nacional Peneda-Gerês, que tem uma pressão turística crescente.

Metodologicamente esta dissertação assenta nos seguintes passos: em primeira instância, para a realização do estado da arte, foi elaborado um levantamento bibliográfico através de um conjunto de trabalhos científicos, onde se procurou definir e debater o conceito de geografia cultural, paisagem e a importância da fotografia na sua representação. O conceito de turismo e a sua evolução em territórios de montanha, tanto como os seus impactes, foram também bastante aprofundados e debatidos.

A componente empírica, foi elaborada a partir de uma obra publicada em 1981, da autoria de Manuel Viegas Guerreiro, etnólogo e colaborador próximo do geógrafo Orlando Ribeiro, intitulada *Pitões das Júnias. Esboço de monografia Etnográfica*. Procurou-se estabelecer uma comparação com os dias de hoje, no que concerne à dinâmica desta aldeia, através de um levantamento fotográfico da aldeia, procurando retratar os mesmos lugares das fotografias do estudo referido de Viegas Guerreiro. Foram selecionadas 19 fotografias presentes nesta obra para o processo de comparação visual, sendo que duas referentes à povoação; seis de habitações presentes; três do património material, sendo que uma delas é do Forno do Povo, uma da corte do boi e a outra de um dos Moinhos; sete do Mosteiro; uma do património natural, mais especificamente, do planalto da Mourela.

Esta metodologia de comparação visual, inspira-se no trabalho do fotógrafo Duarte Belo, que realizou um exercício de grande fôlego, na obra *Portugal, Luz e Sombra. O País de Orlando Ribeiro*, publicada pela primeira vez em 2012, em que compara fotografias do geógrafo com as suas próprias fotografias. Estabelecendo um diálogo entre dois observadores, duas paisagens e dois tempos.

Ainda relativamente à parte empírica deste estudo, a interação informal com a comunidade e com os turistas foram também um método de análise que permitiu responder a algumas questões pertinentes que foram levantadas no decorrer da investigação. O facto de ter ficado alojado na casa de um habitante local, permitiu-me

também compreender alguns aspetos sociais e culturais da comunidade. Posteriormente foi elaborado um inquérito por questionário, respondido por 16 habitantes da comunidade local, no início do mês de setembro de 2019. Esta metodologia revelou-se extremamente crucial para uma compreensão definitiva de quais os agentes responsáveis pela modelação da paisagem atual de Pitões das Júnias.

CAPÍTULO I- A GEOGRAFIA CULTURAL

1.1 A Nova Geografia Cultural

A geografia cultural, uma das áreas mais entusiasmantes da geografia (McDowell, 1994), emergiu no início do século XX essencialmente como alternativa às teorias do determinismo ambiental (Peet, 1998) e de uma ampla diversidade dos géneros de vida e das paisagens (Claval, 1995). A geografia cultural da escola de Berkeley, caracterizada essencialmente pela sua componente antideterminista (Azevedo & Pimenta, 2006) e uma ligação profunda à ecologia cultural de Carl Sauer, nascida da revolução darwinista (Claval, 2014), manifestava interesse na paisagem como registo da atividade humana e não nos sistemas sociais através dos quais a agência humana se expressava (Jackson, 1989). Para Sauer, a paisagem cultural abrangia não só as construções humanas, mas também as espécies vegetais e animais difundidas pelos agricultores e criadores de gado (Claval, 2014).

A partir da década de 70, a geografia cultural da escola de Berkeley começou a ser altamente questionada e criticada por um grupo de investigadores que se autoproclamaram como “novos geógrafos culturais”, uma vez que estes a consideravam meramente estática e demasiadamente focada em paisagens, na cultura material e na relação entre a sociedade e o meio natural (Price & Lewis, 1993). Estas críticas prendem-se sobretudo a uma preocupação excessiva com a descrição geográfica e cartográfica. Uma perspetiva que se mostrava incompleta, por concentrar muito as suas atenções no mundo e na vida rural e no pré-industrial, bem como pelo facto dos seus padrões cartográficos não se relevarem efetivos num contexto económico, social, político e cultural (Duncan & Ley, 1993).

Durante a década de 80, a geografia cultural passou por diversas mudanças teóricas e metodológicas em consequência das recentes “cultural turns” nas ciências sociais e humanas que reconduziram a área a uma enorme notabilidade nos estudos da geografia humana anglo-americana (Duncan et al., 2004). O “cultural turn” estava inteiramente ligado a outras correntes do pensamento- ao pós-colonialismo, ao pós-modernismo, à fenomenologia, ao construtivismo e à filosofia analítica, o que posteriormente acabou por se traduzir num declínio da corrente positivista e estruturalista (Lévy, 2015). A nova geografia questiona sobretudo qual o papel do espaço na vida de

cada indivíduo e no funcionamento da sociedade. Clarifica algumas das concepções que ligam o ser humano a natureza, tanto as que os levam a agrupar como a dispersar. (Claval, 1987b). Está focada essencialmente nas qualidades visuais da paisagem e nas representações da paisagem na literatura, arte, fotografia, etc. Estas representações podem também ser vistas e analisadas como expressões de poder cultural, económico e social (Wylie, 2007).

O desenvolvimento da nova geografia cultural está na origem de duas fontes dissemelhantes: a primeira corresponde a Escola de Berkeley (Sarmiento, 1999) que se desenvolveu nos Estados Unidos, onde as paisagens *per se* eram o centro de interesse dos geógrafos culturais, ao invés das práticas sociais (Sarmiento, 2004). Embora o desenvolvimento da disciplina tenha acontecido mais recentemente no Reino Unido, este centrava-se essencialmente nos significados simbólicos, nas identidades e relações sociais (McDowell, 1994), com uma forte inspiração no trabalho do teórico marxista Raymond Williams e do Centro de Estudos Culturais de Birmingham (Scott, 2004). Durante os anos 80, o sociólogo, Stuart Hall, a par de outros investigadores do centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, deram continuidade ao trabalho desenvolvido por Raymond Williams, onde desenvolveram a sua própria marca de estudos culturais, enfatizando as lutas de classes (raça, género, sexualidade) (Duncan & Legg, 2004). Contrariamente a Raymond Williams, o sociólogo evidenciava também um grande interesse nos movimentos sociais (Claval, 2011). Os “cultural studies”, foram assim fundamentais no desenvolvimento da geografia cultural britânica, inteiramente ligados as autorrepresentações culturais do ocidente (Azevedo & Pimenta, 2006). A nova geografia cultural focou-se nas teorias dos humanistas e dos pensadores marxistas britânicos, levando desta forma a questionar o materialismo histórico e o estruturalismo (Cresswell, 2013).

Em França, a renovação da disciplina foi feita de uma forma constante e continuada (Taillard, 1981; Claval, 1984 apud Claval, 2007) mantendo-se fiel ao conceito de cultura concebido pelo antropólogo Edward Tylor (Claval, 2011). Os geógrafos franceses não tinham o intuito de romper os estudos feitos na primeira metade do século XX, mas sim de os desenvolver e assim incluí-los numa perspetiva mais global (Claval, 2007; Claval, 2011). As ideias de Carl Sauer foram fortemente influenciadas pela

antropologia Americana. Duncan (1980) critica Sauer e a Escola de Berkeley por definirem a cultura como um agente superorgânico.

A transformação da geografia cultural é resultante da influência da geografia social e da teoria cultural (Jackson, 1989). A cultura pode ser representada como uma construção politicamente contestada (Cosgrove & Jackson, 1987). Para Cosgrove e Jackson (1987: 99) a cultura é “o meio pelo qual as pessoas transformam os fenômenos mundanos do mundo material num mundo de símbolos significantes aos quais dão significado e atribuem valor”. Don Mitchell (1995) defende que a cultura é ativa, simbólica e continuamente submetida por relações de poder. A cultura, como construção social clarifica o comportamento, as ações, a resistência e as formações sociais de uma forma que outras ciências não são capazes de o fazer (Mitchell, 1995). Posteriormente, Jackson (1996) reconhece que os novos geógrafos culturais deveriam estudar a cultura como uma ideologia e não como uma entidade ontológica. Contudo, o mesmo adverte que se os geógrafos culturais renunciarem ao mundo material a disciplina torna-se insuficiente (Jackson, 1996). Cosgrove (1996) alega que Don Mitchell ao se focar apenas na teorização de cultura, acaba por desvalorizar o trabalho monográfico. Para Cosgrove (1983), a cultura serve essencialmente para conectar dois aspetos essenciais do ser social: trabalho e consciência. A cultura é um tema fundamental na corrente humanista, sem uma definição clara e objetiva, somente compreendida através da prática (Cosgrove, 1983).

Durante o século XXI, com o surgimento da teoria não-representacional na geografia humana, desenvolvida pelo geógrafo Nigel Thrift em 1996 (Crang, 2009), as práticas e as experiências ganharam uma imensa notabilidade na geografia (Anderson, 2009). A teoria não-representacional enfatiza o desempenho e a representação das identidades. Centra-se na junção do processo social e material na conceção de novas identidades em práticas e ações (Crang, 2009), o que fez com que os geógrafos descuidassem as interpretações relativamente ao papel dos processos mentais, linguagem e visão e começassem a centrar as suas pesquisas nas emoções, desempenho, interação, tecnologia e práticas espaciais (Söderström, 2005) no corpo e na sexualidade (Sarmiento et al., 2009). A teoria não-representacional rejeita as tendências empíricas tradicionais das ciências sociais e humanas, pelas práticas do realismo e do positivismo (Vannini, 2015), é “uma máquina para multiplicar questões, e assim, investir em novas relações

entre o pensamento e a vida” (Thrift, 2014: 82) que vai para além do construtivismo (Thrift, 2008). A teoria não-representacional “tornou-se num termo genérico para trabalhos diversos que buscam melhor lidar com os nossos mundos multissensoriais, evidentemente mais que humanos, mais que textuais.” (Lorimer, 2005: 83). Existe claramente uma influência de conceitos e ideias da nova geografia cultural na teoria não-representacional. A representação continua a ser relevante, a ordem social não é constante e os significados vão além de processos linguísticos (Anderson & Harrison, 2010).

Segundo Cresswell (2013) questões relacionadas com as emoções, com os afetos e com o corpo, são centrais na geografia cultural, contudo, a teoria não-representacional afastou-nos da forma como as coisas são compartilhadas em relação aos afetos, emoções, expressões corporais, ao fugaz e ao transitório. Neste sentido, a perspetiva social perdeu uma certa relevância no seio da geografia cultural (Cresswell, 2010). O mesmo afirma que a teoria não-representacional foram desenvolvidas em oposição às representações da geografia (Cresswell, 2012). A abordagem da geografia não representacional desenvolveu-se em consequência da imprecisão da abordagem representacional, por esta se mostrar inconclusiva nas práticas da vida quotidiana e nos contextos políticos, éticos, culturais e económicos (Jones, 2011).

A geografia cultural é atualmente um domínio muito mais amplo e abrangente. Reflete-se em questões de maior complexidade sobre processos sociais como a construção de diferentes culturas, formação de identidade, cidadania e pertença. Estes processos despertam a nossa compreensão para categorias geográficas essenciais (espaço, lugar, paisagem, ambiente, público e privado), agregando-se desta forma ao mundo material em transformação (Atkinson et al., 2005). Torna-se deste modo necessário que a geografia cultural se centre na atividade e no papel que os seres humanos desempenham em inúmeros e diversificados contextos na formação de significados culturais e nos afetos que se expressam e transformam o espaço, o lugar e a paisagem (Rose, 2016).

1.2 A Paisagem na Geografia

No uso quotidiano, o termo “paisagem” é diariamente usado para fazer referência aos elementos presentes no solo: edifícios, ruas, fábricas, árvores, campos, espaços abertos, entre outros (Mitchell, 2005). A utilização do termo “landscape” data os finais do século XVI e início do século XVII, resultante da influência da arte da pintura (Amaral, 2001). A partir do século XIX, o conceito de paisagem estava também presente em outros domínios, como a música e as letras (Alves, 2001).

A partir dos meados do século XX, o conceito de paisagem alcançou uma considerável importância dentro da geografia (Muir, 1998), sendo este considerado um dos temas fundamentais da geografia humana (Wylie, 2009), que pode ser compreendido como uma parte da superfície terrestre, como uma forma de ver e interpretar um determinado lugar (Till, 1999) e, ao mesmo tempo, como resultado das relações e produções sociais produzidas nesses mesmos lugares (Mitchell, 2005). A preocupação ecológica é também uma componente expressa no conceito de paisagem (Cauquelin, 2015). Orlando Ribeiro, o geógrafo português com a mais ampla projeção a nível internacional e considerado o renovador da geografia portuguesa no século XX, interpretou a paisagem como sendo “um espaço acessível à observação” (Ribeiro, 2001: 29), que para além dos factos visíveis, manifesta também outros factos que influenciam os primeiros: as condições meteorológicas, a produção e a circulação de uma grande diversidade de produtos e trocas comerciais resultantes de um contexto político e económico, que acabam por provocar mudanças no solo terrestre; os hábitos e práticas, influenciados pelo fluxo de ideias, acabam também por se refletir na paisagem alterando o comportamento da população (Ribeiro, 2001).

Durante muito tempo a paisagem era interpretada apenas como uma combinação hierárquica de elementos físicos e simbólicos numa perspetiva meramente estética. Atualmente, perante uma mudança de paradigma, assistimos a concessões menos estáveis e irrefutáveis, com o intuito de compreender a paisagem num contexto mais complexo e enigmático (Linehan & Sarmiento, 2006), pois esta mesma exige também uma maneira peculiar de pensar e criar ideias (Berque, 2013). A paisagem não se limita apenas a algo que vemos, é também uma forma de ver (Sarmiento, 2015).

Durante a primeira metade do século XX, a geografia cultural da escola de Berkeley estava essencialmente interessada na forma como os artefactos materiais eram utilizados na paisagem (Anderson et al., 2003). A escola Saueriana estava interessada essencialmente no aspeto material e simbólico da paisagem, desenvolvendo assim o conceito de região cultural (Azevedo, 2007) “tendo observado amplamente e traçado diligentemente, ainda resta qualidade de entendimento num plano superior que não pode ser reduzido a processos formais” (Sauer, 1996: 311 apud Cresswell, 2013: 108). Mostrava um grande interesse na forma como a cultura se estendia pelas diferentes regiões, como alguns traços culturais modificavam outros e na relação entre a paisagem natural e a cultura (Winchester et al., 2003). Para Carl Sauer “a paisagem cultural não é composta somente pelo que foi construído pelos homens. Comporta as espécies animais ou vegetais introduzidas ou difundidas pelos agricultores ou criadores de gado” (Claval, 2014: 97).

Desde a década de 1980 que se tem vindo a desenvolver de forma continuada o conceito de paisagem através de uma série de debates e trabalhos notáveis, constituindo-se assim como uma das principais temáticas da geografia cultural (Wylie, 2007; Sarmiento, 2012). Nos últimos 30 anos, em consequência das “cultural turn” nas ciências sociais e na geografia, a forma de definir paisagem e o seu conceito foram alterados (Sarmiento, 2015). Os estudos feitos sobre o conceito de paisagem e cultura, consideraram a paisagem como sendo uma construção social, uma forma peculiar de compor e dar sentido ao mundo externo (Cosgrove & Jackson, 1987). A nova geografia cultural analisa a forma como os diferentes grupos sociais se envolvem com a paisagem, de que modo as pessoas compõem o lugar e o espaço (Atkinson et al., 2005). A paisagem pode ser entendida como uma imagem cultural, uma forma visual de representar e simbolizar determinados ambientes. Isto não significa que a paisagem é imaterial, mas que é representada por uma grande diversidade de materiais e em diversas superfícies (Cosgrove & Daniels, 1988). A título de exemplo, Cosgrove & Daniels (1988) afirmam que apesar de um parque natural ser mais palpável, não quer dizer que seja mais real ou menos imaginário que um poema, ou uma pintura de uma paisagem.

Durante a década de 1990, emerge a teorias não-representacional (Boyd, 2017) com importantes implicações na geografia não-representacional, nas performances, e na paisagem (Olwig, 2008). “A pesquisa sobre a paisagem sofreu recentemente um crescente

interesse em torno de noções de ‘efeito’, ‘emoção’, ‘personificação’, ‘desempenho’ e ‘prática’. Embora essas noções possam ser agrupadas de várias maneiras” (Waterton, 2013:66). O novo conceito de paisagem motivou uma nova série de debates num contexto cultural das relações entre o ser humano e o território, impulsionados por um inúmero conjunto de representações visuais e verbais (Azevedo, 2006). Algo notório no trabalho recente dos estudos da paisagem é o interesse pelas experiências táteis, em contradição à experiência visual, à experiência paisagística. A diversidade de estudos que tem surgido acerca do corpo e das suas experiências, transformam a paisagem de um objeto ou de um cenário longínquo dificilmente de ser estudado num meio material mais próximo e íntimo, permitindo assim uma maior envolvimento e mais facilmente praticável (Wylie, 2007). A forma como os corpos humanos se movimentam no espaço, na presença de vários sentimentos diferentes, produzirá relações mais dinâmicas que constituem este mesmo espaço (Sarmiento, 2017).

1.3 A Representação da Paisagem na Fotografia

Durante o século XVIII, a imagem em movimento foi um importante contributo para a modernização da visão através da invenção da câmara obscura (uma câmara escura cujas imagens dos objetos externos eram projetadas na tela através de uma lente convexa), o que veio depois a contribuir para a propagação da fotografia na década de 1830 (Peckham, 2004). A fotografia está presente na geografia desde há muito tempo, tendo esta ganho uma grande importância na disciplina durante o século XX, servindo de complemento aos mapas desenhados à mão e aos esboços (Driver, 2003; Sidaway, 2002) e também como método de registo ou anotações, na prática do trabalho de campo (Fernandes, 2016). A tecnologia permitiu o desenvolvimento de novas formas de experienciar o espaço. A fotografia, cujo desenvolvimento foi o mais significativo, estava inteiramente ligada à criação de cenários, panoramas e dioramas em movimento (Cosgrove, 2003). Atualmente, alguns geógrafos, em vez de usarem as fotografias como meras ilustrações descritivas que somente expõem o aspeto de um determinado local, refletem antes sobre que formas as fotografias podem ser atores ativos na conceção de múltiplos tipos de conhecimento geográfico. Por outras palavras, em vez de olharem para as fotografias como algo que permite analisar lugares que de outra forma não poderiam ser vistos, olha-se para as fotografias de uma forma mais profunda. E para outros, importa

também analisar a forma como as fotografias são vistas pelos espetadores (Rose, 2008). Segundo Daniels (2004), desde a década de 80, que a paisagem no contexto da geografia cultural tem estado associada a uma envolvimento com as artes visuais. Encontram-se variadíssimos estudos sobre a conexão que existe entre os dois em vários meios de comunicação, inclusive na fotografia. Tanto no terreno como na sua representação, através da fotografia e outros meios de comunicação, a paisagem assume múltiplos significados culturais (Cosgrove, 2009).

A fotografia é também um instrumento de conhecimento, e de certa forma, pode ser utilizada como “prova científica” e como registo de uma observação rigorosa (Lousada, 2007). Orlando Ribeiro sempre demonstrou um peculiar interesse pela fotografia como instrumento de apoio ao seu trabalho científico e geográfico. Na companhia de uma *Leica*, percorreu e fotografou todo o território nacional e outros territórios também. Depois de conhecer o espólio fotográfico de Orlando Ribeiro, o arquiteto e fotógrafo Duarte Belo, começou a enumerar e a identificar as regiões que aí encontrava, e projetou assim um trabalho de grande interesse, onde através de um levantamento fotográfico feito a partir dos mesmos locais de onde o geógrafo Orlando Ribeiro fizera as suas fotografias, cerca de 252, com o intuito de ilustrar as transformações que ocorreram na paisagem neste imenso território (Belo, 2012). Apresentou assim, dois modos de ver a paisagem, em momentos bem distintos do tempo cujo trabalho foi publicado posteriormente em 2012 intitulado de “Portugal, Luz e Sombra- O País depois de Orlando Ribeiro” e que mais tarde serviu de grande referência e inspiração para a realização deste trabalho. O autor deixa também explícito, que para além do rigor e forte disciplina, as questões técnicas são também essenciais para o trabalho de campo. A escolha do equipamento fotográfico, nomeadamente a própria câmara, o formato da película (digital ou analógico), as lentes, o uso ou não de tripé, são algumas das preocupações que devem ser altamente ponderadas conforme o trabalho proposto. Para além disto, mostra também uma certa preocupação com a escolha das fotografias, que estas não sejam meras imagens soltas de uma determinada realidade, mas sim que permitam ao leitor a interpretação de maneiras diferentes (Belo, 2003).

Segundo Lousada (2007: 104) “as fotografias transmitem-nos a ilusão da representação objetiva da realidade”, contudo, derivado das diferentes particularidades

do olhar de cada fotógrafo, a fotografia é assim uma construção narrativa do seu tempo e uma representação cultural do espaço. A fotografia pode ser também uma forma de perceber o mundo, e por interpretar o presente que retrata, é também uma memória (Lousada, 2007), que não existe fora da Geografia e muito menos fora dos lugares. Recordar é uma forma de evocar algo que aluda a um determinado espaço e tempo (Henriques, 2007). Quando olhamos para as fotografias e refletimos sobre o seu resultado, podemos fazer inúmeras imagens, mas o que vivemos naquele momento, era muito mais rico e complexo do que as imagens refletem. O ato de fotografar o espaço não tem limites. As paisagens, o olhar, as tecnologias que possibilitam o registo da realidade, tudo se transforma, sem nunca sabermos qual foi a sua direção (Belo 2015). A fotografia tem também o papel de aludir o leitor para uma forte sensibilização do espaço que o rodeia, seja um território, uma paisagem ou uma cidade e revela também um grande sentido humanista ao nos elucidar que a gestão que fazemos do espaço deve sobretudo ambicionar a transformação de uma sociedade mais equitativa e altruísta (Belo, 2003).

1.4 Síntese Conclusiva

A geografia cultural desde a década de 1970 tem vindo a promover uma forte consolidação tanto num contexto teórico como metodológico. Inicialmente, desde o final da década de 1920, mostrava-se profundamente influenciada por Carl Sauer e pela escola de Berkeley, centrando-se exclusivamente nas relações entre o ser humano e o ambiente, o que se mostrou extremamente limitante no mundo industrial (Claval, 2014). No pós II Guerra mundial, perante o desenvolvimento de novas tecnologias e do setor industrial, os geógrafos culturais centraram as suas atenções nas relações sociais, nos significados simbólicos, na luta de classes e na teorização de cultura. Já durante a década de 1990, a teoria não-representacional, desenvolvida pelo geógrafo Nigel Thrift, constitui-se como um importante marco na geografia cultural do século XXI. Esta vai para “além das não representações” e está focada essencialmente nas experiências.

A paisagem, um termo que estamos tão habituados a ouvir e a questionar, constitui-se como temática central na geografia humana e cultural. O seu desenvolvimento, acompanha a geografia cultural desde a década de 1920. Inicialmente, os estudos da paisagem limitavam-se a relação entre o meio ambiente e o ser humano e a cultura material construída. Após o “cultural turn” nas ciências sociais durante a década

de 1980, a paisagem passou a ser entendida como forma de representação e uma construção social. Mais tarde, com o surgimento da teoria não-representacional, as emoções, o corpo, o desempenho, ganharam uma grande notoriedade nos estudos da paisagem. A fotografia, desempenha também um papel importante na composição empírica e metodológica dos estudos da paisagem, entre eles, a análise das transformações ocorridas na paisagem em estudo, que muitas das vezes são resultantes da forte presença de diferentes atividades, como o turismo.

CAPÍTULO II- TURISMO E MONTANHA

2.1 As regiões de montanha

Desde os primórdios da sociedade que a montanha é vista como um elemento de extrema relevância. Para Debarbieux (2001), numa grande parte das geografias medievais, entre 850 e 1000 dc, vários autores cristãos interpretavam as montanhas como uma obra de Deus. Para estes autores, as montanhas garantiam a estabilidade da Terra.

Contudo, a partir do século XVII e XVIII, sob um ponto de vista mais científico e afastados de uma concepção teológica, os naturalistas começaram a definir e a interpretar o significado de montanha de uma maneira diferente. Descontentes com as ideias concebidas no final do primeiro milénio, estes passam a analisar as montanhas através de um trabalho exclusivamente empírico: deslocam-se até elas e passam a tirar as suas próprias conclusões através de uma análise rigorosa e observação direta (Debarbieux, 2001).

O termo montanha compreende realidades muito distintas. Como qualquer outro termo empregue na linguagem corrente, a palavra acarreta vários sentidos, que muitas das vezes são bastantes diferentes, o que pode originar problemas no que toca a sua definição. Pode-se considerar a existência de uma montanha quando se verifica a presença de um relevo predominante, com uma certa elevação em relação ao nível médio das águas do mar (fator altitude) juntamente com o fator declive e vertente, que contrariamente ao planalto, que exhibe um topo plano, podendo este apresentar-se elevado. É notória a existência de um certo nível de desnivelamento em qualquer montanha, podendo assim verificar-se uma diferença de altitude entre os pontos mais altos, situados a montante, e os pontos mais baixos, situados a jusante (Baud et al., 1999).

É bastante complexo distinguir montes, de serras ou montanhas. Geralmente, considera-se uma montanha cuja altitude do relevo seja superior a 300 metros (Price, 1981). Contudo, a altitude, apesar de ser um dos elementos que mais aparece na caracterização das montanhas, não é de todos o mais importante. Regiões como o Tibete, apesar de serem áreas de uma elevada altitude, não podem ser consideradas montanhas pelo facto de serem caracterizados por planaltos extensos, formas suaves e climas pouco diferenciados. Pode-se assim afirmar que apesar de as condições de vida serem bastante

influenciadas pelas elevadas altitudes, o elemento chave para uma região ser considerada ou não montanha é a sua diferenciação vertical (Daveau, 1990).

Existe uma ampla diversidade de critérios para definir um território de montanha, estes refletem-se na caracterização e representação que a montanha tem sobre a superfície da terra. As montanhas ocupam cerca de 22% da superfície terrestre e 12% da população mundial vive neste tipo de regiões (Subba, 2008).

Para além de dois grandes sistemas montanhosos existentes que assumem um papel fulcral na arquitetura dos continentes, existem também no globo outros tipos de montanha que se encontram mais localizadas: as construções vulcânicas caracterizadas por maciços montanhosos com uma limitada extensão sendo estes isolados e dispersos tanto na superfície terrestre como oceânica e os blocos de plataforma estável que geralmente estão agrupados em alinhamentos tanto assimétricos como dissimétricos (Daveau, 1990).

Segundo o Decreto-Lei 61-650 de 23 de junho de 1961 em França (Veyret, 1972) é considerado uma região de montanha se esta ocupar cerca de 80% do seu território com uma altitude superior a 600 metros do nível do mar ou então se existir uma diferença não inferior a 400 metros entre a elevação inferior e superior do território mais baixo. Contudo, houve uma alteração nesta definição em 1976: um território de montanha é influenciado pelas condições climáticas, causando assim a existência de limitações na utilização da terra (Baud et al., 1999).

Para o geógrafo físico, Demangeot (2000) “uma montanha é sobretudo, um acidente de terreno, um relevo que fecha o horizonte: o volume saliente e o seu corolário, o declive, são a base do conceito de montanha. Apenas secundariamente, porque esse volume penetra, necessariamente, nas camadas mais elevadas da troposfera, a montanha define-se por um escalonamento bioclimático.”.

Para Ribeiro (1991a), os fatores climáticos e restrições ou ajustamentos que esta impõe à economia são de maior relevância do que a altitude e o relevo para uma melhor compreensão e definição do termo montanha. Apesar de a altitude e do relevo imporem limites a determinadas culturas e sociedades numa região de montanha, os largos e extensões aplanadas (superfícies de erosão, elementos da antiga rede hidrográfica) são cruciais para o desenvolvimento das povoações e para os espaços de cultivo e pastoris. A

montanha compreende-se como um ambiente natural, e ao mesmo tempo um estilo de vida (Ribeiro, 1995).

Para Lacoste (2005), a montanha é vista como um conjunto geográfico que permite a esta assimilar os seus dissemelhantes subconjuntos que a compõem (zonas de povoamento, cidades, planícies interiores, eixos de circulação, grandes vales) e porventura distinguir em conformidade com as suas estruturas geológicas, diferentes subconjuntos de relevo.

As montanhas são de fato essenciais para melhor percebermos que a atmosfera, o solo, as águas, a diversificada fauna existente, são de fato aspetos geográficos que compõem um complexo intrínseco, isto é, qualquer alteração sob um dos aspetos geográficos mencionados, é causadora de uma repercussão imediata sobre todos os outros. Torna-se assim perceptível o porquê de as montanhas serem desde sempre um tema de estudo para os geógrafos (Daveau, 1990).

Em Portugal, as montanhas que se encontram acima dos 700 metros de altitude ocupam menos de 12% do território Português, enquanto que montanhas com uma altitude superior a 1200 metros ocupam cerca de 0,5% do território português (Daveau, 1995), estando estas, no território continental, concentradas principalmente no Norte e centro do país (Aguar et al., 2009).

O Mapa seguinte (Figura 1) ilustra as regiões do território português cujo relevo se encontra abaixo de 400 metros, as regiões cujo relevo vai de 400 a 700 metros e as regiões com relevo superior a 700 metros. As curvas de 400 e 700 metros, representam os dois principais limites mediterrâneos de altitude. Entre o Norte e o Sul do país existe uma forte discrepância. Quase toda a região meridional de Portugal é ocupada por terras baixas. Acima dos 400 metros, encontra-se a região norte, exceto a orla litoral. Acima dos 700 metros, estão as regiões do interior e noroeste (Ribeiro, 2011).

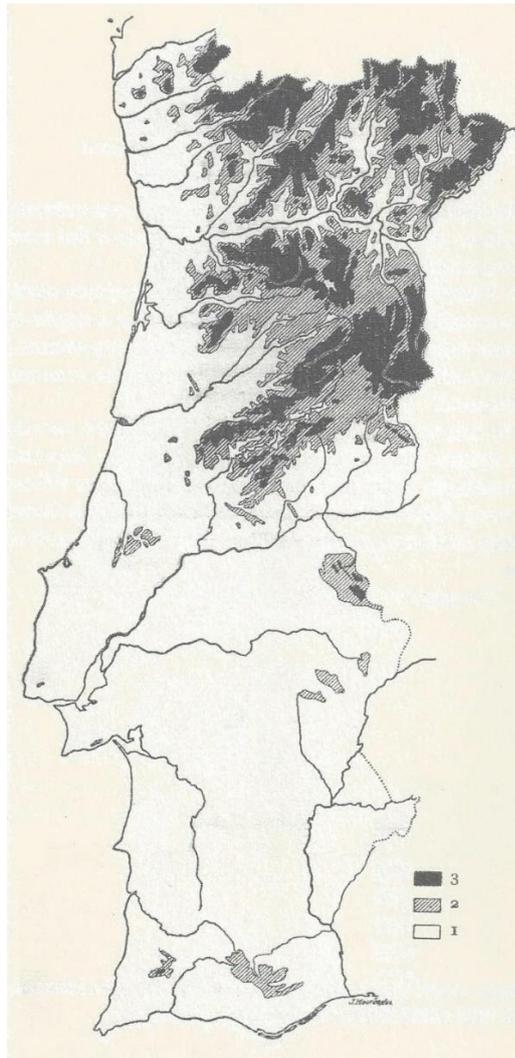


Figura 1- Mapa 1- O Relevo do Território Português.

Fonte: Ribeiro (2011:215)

Daveau (1990) defende para além da definição estrutural das cadeias montanhosas, são de uma enorme relevância os aspetos fisionómicos para o conceito geográfico. Sob uma perspetiva fisionómica, uma região é considerada montanhosa a partir do momento a que determinadas altitudes se associam múltiplas e acentuadas formas de maneira que as diferenciações verticais da paisagem sejam mais significativas que as variações horizontais em consequência de fatores como a continentalidade e a latitude.

Há diversos fatores para definir e compreender as regiões montanhosas. Contudo, a mesma não se define apenas pelas suas características geomorfológicas e físicas

mencionadas anteriormente. A montanha compreende-se também como um espaço social, consequente das relações sociais e culturais da sociedade. Em virtude das vantagens e desvantagens resultantes das características geográficas das montanhas, estas são alvo dos mais variados tipos de interesse, entre eles, a atividade turística (Lacoste, 2005).

2.2 O Turismo em Território de Montanha

Tanto no mundo académico como em organizações nacionais e internacionais foram adotadas várias abordagens na definição de turismo e embora existam várias definições, a natureza diversificada do fenómeno turístico dificulta todo o processo de definição (Gross & Klemmer, 2014).

Para De La Torre (1995 apud Almeida et al., 2016) o turismo é um fenómeno social que se traduz no movimento provisório e voluntário, tanto de indivíduos ou grupos de pessoas que, principalmente por motivos de recreação, de saúde ou culturais, saem do seu local de residência para um outro local em que não exercem nenhuma atividade profissional, gerando assim inúmeras inter-relações de valores económicos, sociais e culturais.

Em 1994 a Organização Mundial do Turismo (1994:5) definiu turismo como compreendendo “todas as atividades das pessoas que viajam e ficam em lugares fora do ambiente habitual por um período inferior a um ano, para atividades de lazer, negócios e outros fins”. Tal como o recreio, o turismo origina várias atividades produtivas que se destinam a satisfazer as necessidades de quem se desloca e consequentemente, cria um mercado. Estas atividades, que muitas das vezes se identificam com as de recreio, são bastante diferentes. O turismo requer um alojamento apropriado, enquanto que o recreio não (Cunha & Abrantes, 2019). Para Cunha (2012: 111) “o turismo é o conjunto de atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras”.

Para Smith (1989) o facto de os que viajam por motivos profissionais e os que viajam por motivos mais convencionais conseguirem interligar conferências com as típicas atividades turísticas, dificulta o encontro de uma definição exata do que é o turismo. Contudo, é possível encontrar uma definição mais precisa de turista. Este define

turista como uma pessoa que se encontra de forma temporária de férias, fora da sua área de habitação, com o intuito de experimentar algo que fuja dos padrões do seu quotidiano, derivado das mais variadas motivações.

Um indivíduo pode ser designado turista quando este passa uma determinada altura de tempo a visitar novos locais, longe da sua zona habitacional, onde procura essencialmente por novas experiências (Herbert, 1995).

É notável o aumento do número de turistas que tem ocorrido ao longo dos anos. Em consequência disto, o turismo assume assim uma forte influência no desenvolvimento do território. De acordo com dados da UNWTO (2019) em 2018 viajaram cerca de 1.4 biliões de pessoas, o que gerou cerca de 1.7 triliões de dólares. O turismo assume um papel imprescindível para a economia a uma escala global, em especial para territórios com maior potencial turístico. Este impulsiona a criação de mais e melhores empregos, uma reestruturação e melhoria dos equipamentos, o que traduz numa melhor qualidade de vida. É imprescindível trabalhar em prol da qualidade e sustentabilidade das regiões onde se regista um maior crescimento da atividade (UNWTO, 2019).

O turismo em território de montanha é uma parte importante do turismo a nível global muito em consequência de um idealismo romântico que os indivíduos atribuem a este tipo de território (Upadhyaya, 2015). Este tipo de território, pode ser idealizado não só numa perspetiva ambiental e natural, mas também cultural, considerando que aqui prevalecem valores que já são mais difíceis encontrar em ambientes industriais e urbanos, o que contribui para a prática da atividade nas mais diversas tipologias de turismo (Cunha, 2003).

O território de montanha, apresenta um elevado índice de procura turística. Estas representam cerca de 15% a 20% do turismo global, sendo apenas ultrapassadas pelas regiões costeiras e ilhas (UNEP, 2007) e estima-se que mais de 50 milhões de pessoas visitem as montanhas anualmente (FAO, 2005). Os produtos turísticos relacionados com a natureza passaram a registar um elevado crescimento, sendo uma das tipologias do turismo que têm registado uma maior taxa de crescimento a nível mundial (UNWTO, 2016). Independentemente das razões que possam motivar os turistas a procurar este tipo de territórios, as montanhas tornaram-se num destino turístico com uma elevada procura.

O turismo é uma atividade com grande taxa de êxito nas montanhas devido ao facto de esta oferecer condições únicas para o desenvolvimento da atividade. Isto deriva essencialmente do facto deste tipo de território ser rico em elementos naturais, tais como

a paisagem montanhosa, a neve, glaciares, desfiladeiros e picos elevados. Devido a sua grande diversidade e beleza, os turistas usufruem de excelentes condições para a prática de atividades radicais como alpinismo, escalada, esqui, parapente, canoagem, etc. (Panov et al., 2013).

O turismo tem um grande potencial de desenvolvimento económico para uma grande parte das comunidades de montanha de todo o mundo, contudo, não para todas. Grande parte das regiões de montanha, é perceptível as limitações das comunidades em gerar um valor de receitas notável. Atividades como a agricultura, pecuária e silvicultura são primordiais para a economia local. Porém, as condições climáticas, a baixa competitividade de mercado e problemas do solo são causas que levam as comunidades locais a procurar outros meios de subsistência, como a atividade turística (Debarbieux et al., 2014). Este é um tipo de território muito peculiar pelas suas características diferenciadoras e que o tornam num local dificilmente acessível devido a fatores como a altitude, a distância e faltas de meios de informação e comunicação, o que faz com que estes locais se tornem mais apetecíveis na perceção dos turistas.

As diversidades biológicas e culturais são características únicas das montanhas, estas regiões são centros de uma grande diversidade cultural, muito em consequência do isolamento e afastamento dos grandes centros urbanos (Price, 2004). As montanhas atraem uma grande variedade de turistas, todos eles com motivações diferentes e atividades a realizar em locais distintos (Buckley et al., 2000). As montanhas atraem turistas que desejam experienciar ambientes mais naturais, turistas que procuram conhecer mais da vida selvagem e turistas que vão em busca de novos desafios com um determinado nível de risco (Pickering & Barros, 2013) e uns simplesmente procuram a vida ao ar livre, apreciar as paisagens deslumbrantes, vivenciar com as comunidades locais, e prática de atividades desportivas mais radicais (UNEP, 2007). Apesar de tudo, atividades de aventura como o alpinismo não são compreendidas por grande maioria das pessoas que não as pratica, pois é vista como uma atividade perigosa comparativamente a outras atividades mais triviais (Krakauer, 2011).

Devido ao aumento exponencial da atividade turística, a consciência ambiental tornou-se desta forma eminente. A partir de 1980, começaram a surgir grandes mudanças em relação a esta temática. Países, províncias, comunidades ganharam uma maior consciência ambiental, começando desta forma a realizar conferências sobre o nível

mundial a fim de serem discutidos os impactos do turismo no meio ambiente (Edgell, 2006). A partir dos finais dos anos 80, a sustentabilidade começou a ganhar popularidade como uma forma de desenvolvimento ambiental no setor do turismo (Batta, 2000).

2.3 Impactes do Turismo e Sustentabilidade nas Montanhas

Em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com o objetivo de desenvolver uma agenda global com o intuito de esta se focar nas grandes questões sobre o meio-ambiente, sob a liderança de Gro Harlem Brundtland, ex-primeiro-ministro Norueguês juntamente com mais 23 especialistas (Morin et al., 2020). Contudo, só em 1987, no novo relatório intitulado “O Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento é que foi possível definir de uma forma mais sucinta o conceito de Desenvolvimento Sustentável “é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987: 37), com a convicção de que a equidade social, a proteção ambiental e o desenvolvimento económico são os grandes princípios que garantem o desenvolvimento sustentável.

No ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, as Nações Unidas organizaram uma conferência para debater questões sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Foi aqui constituída a “Agenda 21”. O capítulo 13 da Agenda “Gestão de ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas” foi um marco importante para melhor compreender as regiões montanhosas, este reconhece a importância que se deve dar aos recursos naturais deste tipo de territórios, em especial à água e à biodiversidade (Mountain Agenda, 1999).

A partir dos anos 80 a indústria do turismo começou a interessar-se com as questões ligadas ao meio ambiente e a ideia de turismo sustentável (Swarbrooke, 1999). Turismo sustentável foi assim definido pela WTO e UNEP (2005: 12) como “Turismo que tem plena consciência dos seus impactos económicos, sociais e ambientais tanto atualmente como no futuro, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria e das comunidades receptoras”. Para fazer do turismo uma atividade sustentável é imprescindível ter em consideração este tipo de impactos e necessidades. É um procedimento que requer uma constante continuidade de evolução, tanto para áreas

urbanas, áreas rurais, zonas costeiras, regiões de montanha e áreas protegidas devendo ser aplicado a qualquer tipologia de turismo (UNEP & WTO, 2005). A UNTWO acrescenta ainda a este conceito, a utilização dos recursos ambientais para o desenvolvimento da atividade turística, de uma forma ética, em que prevaleça a conservação da fauna e flora; o respeito e a preservação dos valores socioculturais das comunidades anfitriãs; a garantia de operações económicas que sejam benéficas para todas as partes envolvidas de forma a contribuir para diminuição da pobreza (UNTWO, 2013). Os impactos do turismo ocorrem principalmente no contexto social, cultural ambiental e económico (Williams & Lew, 2015) e sendo esta uma atividade complexa e multidimensional, pode causar impactos positivos e negativos (Tsiftelidou & Christodoulou, 2019), tornando-se assim desejável que as consequências negativas e positivas da atividade sejam analisadas antes do seu desenvolvimento, de forma a que os efeitos indesejáveis possam ser evitados e os efeitos desejáveis sejam otimizados (Wall, 1999).

Na opinião de Bramwell e Lane (2012: 3) “turismo sustentável pode ser considerado basicamente como a aplicação da ideia de desenvolvimento sustentável para o setor do turismo”. Toda a atividade turística é responsável por causar impactos que se multiplicam pelo sistema, tanto no espaço, como no tempo (Bosak & McCool, 2019), contudo estes impactos podem ser positivos ou negativos, tornando-se assim necessário realçar o facto de que a atividade turística gera imensas mudanças e transformações, algo que muitas das vezes é negado quando se fala em turismo sustentável (Bosak, 2015).

Relativamente ao meio ambiente, Buckley, Pickering e Warnken (2000) atribuem às estâncias de esqui uma grande importância para o desenvolvimento da atividade turística nas regiões de montanha, contudo, referem ainda que estas trazem grandes custos financeiros e causam impactos inevitáveis no meio ambiente. Swarbrooke (1999) defende ainda que a construção deste tipo de empreendimentos pode gerar problemas graves no solo, tornando-se desta forma essencial que a construção destes fosse mais restrita e ecológica.

As mudanças climáticas ditam muitas das vezes os padrões sazonais da atividade turística (Beniston, 2003), ou seja, a meteorologia é um fator decisivo na hora de escolher uma atividade ou um destino turístico. Por exemplo, turismo alpino durante o inverno é procurado essencialmente para a prática de atividades como o snowboard, ski, visitas

guiadas, tours, etc., enquanto que durante o verão os turistas estão mais interessados em atividades como a pesca, o golfe, BTT, passeios a cavalo, acampamentos, passeios de carro ou *off-road*, etc. (Buckley et al., 2000). Contudo, na época de verão, podem surgir vários constrangimentos causados pelo grande número de visitantes, como é o caso do congestionamento de estradas, superlotação em locais turísticos e até a erosão de solos causada pelas atividades como o BTT (Bramwell & Sharman, 2000).

O lixo é também uma grande preocupação. Neste tipo de territórios a forma como o lixo é descartado pode causar sérias consequências no ambiente natural, nos rios e nas estradas (Malviya, 2005). No território de montanha, há uma grande produção de lixo provocada pelos praticantes de atividades como o *trekking*, pois estes deixam imenso lixo, incluindo equipamento, provocando assim a degradação do meio ambiente (Singh, 2008).

Apesar das regiões de montanha desempenharem um papel fundamental nos ecossistemas, este tipo de territórios são caracterizados pelas suas fragilidades e são altamente suscetíveis a perturbações devido as suas características biológicas e culturais, com uma baixa e lenta capacidade de recuperação (Batta, 2000), porém, a atividade turística pode ter um papel favorável nestas situações, visto que esta pode ser alterada a partir de uma causa de degradação ambiental para uma fonte de restauração ambiental (Godde et al., 2000). É importante que haja plena consciência das consequências da atividade turística no meio ambiente, sendo desta forma crucial uma cooperação transparente entre as entidades empreendedoras e as entidades públicas responsáveis pela gestão e planeamento do turismo de forma ética e consciente para que assim seja assegurado o uso correto e sustentável dos recursos naturais.

As relações entre o turismo e o meio ambiente são tão fundamentais como completas devido a forte dependência que existe entre os dois, que por vezes é descrita como “simbiótica”. Por outras palavras, como a atividade turística beneficia dos bons ambientes em que se insere, esses mesmos ambientes também devem beneficiar de medidas de proteção e valorização (Williams, 2003).

A vertente económica da atividade turística tem tido um papel central para os indivíduos que procuram melhorar e desenvolver as condições económicas das comunidades inseridas nos territórios de montanha, incluindo as populações mais pobres e marginalizadas (Ives, 1997 apud Godde et al., 2000). O facto deste tipo de território ser

caracterizado pela fraca acessibilidade, falta de infraestruturas e até sofrer uma certa negligência pelo próprio estado, é um entrave para o desenvolvimento da atividade turística. O desenvolvimento da atividade turística neste tipo de regiões é muito dependente de fatores como a segurança, a atratividade do destino, disponibilidade de capital e o profissionalismo das empresas e alojamentos turísticos, porém, grande parte das vezes não existe capital para que sejam criadas as condições que vão ao encontro das necessidades e agrado dos visitantes (Debarbieux et al., 2014). Segundo Fletcher (2005), se o turismo se desenvolver rapidamente, a mudança que acompanha a economia desenvolveria uma nota estruturação de poder. Em contrapartida, se o desenvolvimento for lento, o que acontece com grande maioria das pequenas empresas, as mudanças não seriam tão expressivas.

A agricultura nos territórios de montanha não só é a principal forma de subsistência da comunidade como também representa uma forma primária do uso de recursos naturais neste tipo de territórios, tanto em países em desenvolvimento como desenvolvidos (FAO, 2019). O turismo possibilitou aos agricultores formas de sustentação adicionais, novas oportunidades de carreira e ainda criou mercados para os produtos tradicionais da região (Mountain Agenda, 1999). Swarbrooke (1999) acrescenta ainda que o turismo pode ser uma mais-valia para o rendimento dos agricultores através da organização de visitas guiadas pelas quintas e oferta de alojamento e refeições. O Desenvolvimento das práticas agrícolas pode também ser importante para o turismo, pois este garante um uso mais equilibrado dos recursos naturais, produtos com melhor qualidade, o que faz com que promova o comércio e atividades como o ecoturismo (FAO, 2011). Straaten (2000) realça ainda que a combinação entre uma agricultura tradicional e um turismo mais sustentável não é bem-sucedido por si só, pois a agricultura tradicional apesar de aumentar a taxa de empregabilidade, os produtos agrícolas acabam por se tornar mais caros. O segredo está essencialmente em assegurar uma boa estratégia de marketing.

A região de montanha é cada vez mais procurada para a prática de atividades de lazer e ao ar livre, muito em consequência do valor paisagístico, ambiental e modos de vida tradicionais que a caracterizam, o que provoca uma significativa valorização da atividade turística, assumindo assim um significado económico considerável para o desenvolvimento local (Cunha, 2003).

A gestão e planeamento das atividades económicas são feitas de uma forma pouco sustentável nas regiões de montanha, o que faz com que a comunidade viva em ambientes altamente poluídos e degradados. As diferenças culturais podem gerar um conflito entre a comunidade e as autoridades locais. É necessário a implementação de medidas e políticas financeiras pelos governos e pela indústria do turismo, só assim são assegurados benefícios económicos da atividade.

O turismo tem também uma grande implicação no contexto social e cultural dos destinos turísticos. Este tipo de impactos está inteiramente ligado à forma como o turismo e as viagens alteram os sistemas individuais e coletivos, nas estruturas da comunidade, no comportamento, no estilo e na qualidade de vida (Hall & Lew, 2009). Os impactos que o turismo causa no contexto social e cultural são bastante reais. Estes incluem sobretudo a destruição das estruturas sociais tradicionais em consequência do grande fluxo de turistas (Cochrane, 2000), sendo que a velocidade e a concentração do desenvolvimento da atividade turística influencia a magnitude e a direção dos impactos sociais (Fletcher 2005), contudo, os impactos socioculturais são de uma forma muito modesta avaliados pelos especialistas, muito pelo facto de grande maioria das crenças ou práticas sociais e culturais estarem menos predispostas à observação direta e as formas tradicionais de investigação (Williams, 2003). Swarbrooke (1999) afirma que há uma grande atenção nos impactos negativos. Contudo, o mesmo afirma que é importante também olhar para os impactos positivos que a atividade tem no contexto social e cultural. Grande maioria destes impactos, tanto positivos como negativos, refletem-se sobretudo no património, na língua, religião, artes e modos de vida tradicionais, nos valores e comportamentos dos indivíduos. Mas nem todos os efeitos do turismo são negativos no contexto cultural. Para Hall & Lew (2009), um dos grandes benefícios da atividade turística neste contexto é a conservação das artes tradicionais (artesanato, música, etc.). Os turistas procuram sempre experienciar práticas e modos de vida tradicionais da comunidade local. Derivado a isto, procuram através de representações simbólicas, guardar consigo o que vivenciaram no destino turístico, nomeadamente, através de acessórios de arte, roupas, fotografias, postais e objetos de adorno.

Segundo Godde et al. (2000), um dos elementos mais caracterizadores de uma cultura, é o património construído, estes podem ser destruídos em consequência da demolição de edifícios, pelo uso de técnicas de construção mais simples e práticas ou

simplesmente pela adoção de diferentes formas e funções estruturais. A nível global, um grande número de comunidades conseguiu preservar o seu património histórico e cultural através das receitas geradas pela atividade turística. O património cultural assume uma grande importância no turismo, pois ajuda a manter o desenvolvimento da atividade sem que se perca a identidade e as tradições locais. O próspero desenvolvimento do turismo espelha a distinção das pessoas e da cultura material e dos eventos importantes para o estilo de vida e a história da comunidade (Hall & Lew, 2009).

A relação entre turismo e cultura não são limitadas, cingem-se também nos impactos socioculturais que resultantes na relação entre os visitantes e a comunidade local. Na perspetiva geográfica, o nível e tipo de impactos varia consoante a região (Williams, 2003). “Nenhuma cultura é estática” (Godde et al., 2000: 13), isto é, as sociedades e os lugares convertem-se e adaptam-se consoante as circunstâncias que vivenciam. Algumas das particularidades que caracterizam uma sociedade, podem ser alteradas por influência do turismo.

Ainda que a sustentabilidade possa ser vista de uma forma utópica, é crucial perceber o quão importante é para o desenvolvimento dos territórios de montanha. A atividade turística é benéfica essencialmente para a comunidade e para o próprio ecossistema. A sustentabilidade do turismo é mais bem-sucedida quando a comunidade local usa a atividade em benefício próprio, para fortalecer os laços sociais e a sua identidade. A valorização das práticas e paisagens tradicionais pode ser algo bastante benéfico também para a economia da comunidade. Contudo, isto deve ser planeado prudentemente, a fim de evitar um excesso de mercantilização dos bens culturais (Debarbieux et al., 2014). Para além disto, pode ter outras contribuições benéficas como a diminuição da pobreza e a promoção da paz. Para que tal aconteça, deve sempre preservar e respeitar o meio ambiente e colocar toda a sua atenção em prol do desenvolvimento da comunidade local. Para que isto aconteça, é também importante que os governos de territórios assumam a responsabilidade para que o turismo prospere de forma sustentável (Honey & Gilpin, 2009).

2.5 Síntese Conclusiva

De uma forma sistematizada, importa aqui salientar que o território de montanha não deve ser visto apenas pela sua topografia ou geomorfologia. Este tipo de território deve ser entendido como um espaço resultante das relações culturais da sociedade. O turismo, é uma das atividades resultantes destas relações. A importância económica que a atividade gera é bastante benéfica para o desenvolvimento das comunidades aqui inseridas. Contudo, é preciso salientar que o setor primário, nomeadamente a agricultura e a pecuária, continuam a ser as principais formas de subsistência das comunidades deste tipo de territórios. É preciso garantir uma gestão eficaz da atividade turística, não apenas para que cresça de uma forma sustentável, mas também de forma a garantir a continuidade de atividades como a agropecuária, que continuam a ser de extrema importância para a comunidade.

Apesar de o turismo ser uma atividade que gera alguns impactos negativos neste tipo de territórios, devido às fragilidades que aqui se impõem em consequência das suas características físicas, o turismo pode ter um papel favorável nestes territórios. Para isso é importante que haja transparência e cooperação entre as entidades governamentais, as entidades empreendedoras e as comunidades locais. O turismo tem também uma grande influência nas culturas onde se insere. Os impactos da atividade no contexto sociocultural são reais e diversos. Algumas das particularidades que caracterizam uma sociedade, podem ser alteradas por influência do turismo, mas apesar disso, a atividade pode ser bastante favorável social e culturalmente, quando a comunidade faz uso da atividade para o seu próprio benefício, permitindo assim o fortalecimento da sua identidade. A sustentabilidade tem aqui um papel fundamental assegurar o desenvolvimento da atividade de uma forma mais equitativa.

CAPÍTULO III- RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO E ECONÓMICO DE PITÕES DAS JÚNIAS

3.1 PNPG- Um Breve Enquadramento

O Parque Nacional Peneda-Gerês, com uma extensão de cerca de 70 mil hectares, é sem sombra de dúvidas a mais esplêndida e antiga área natural protegida do país (Fernandes & Abreu,1994). Situado no Noroeste de Portugal, é uma extensa área com grande valor natural, com uma grande variedade de fauna, flora, ecossistemas e paisagens (Honrado, 2003).

Segundo o Decreto n.º 187/71, o Parque Nacional Peneda-Gerês (PNPG) foi criado em 8 de maio de 1971 pelo governo português, com o estatuto de único parque nacional em Portugal. A criação do parque visou a criação de um planeamento eficiente a fim de procurar enaltecer as atividades do ser humano e a proteção dos recursos naturais que esta área montanha predispunha, tendo em especial atenção, a conservação dos solos, águas, da fauna e da flora, bem como da preservação da paisagem nesta extensa área de montanha do noroeste de Portugal, tendo em vista finalidades turísticas pedagógicas e científicas.

No número 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 242/2015, é determinado que um parque nacional é “uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo”. Segundo este mesmo decreto, um parque nacional tem como finalidade a salvaguarda e conservação dos ecossistemas e de criação de medidas que sejam compatíveis com os objetivos propostos para a sua classificação, designadamente: o cumprimento dos atos necessários para a manutenção e conservação das espécies, bem como dos seus habitats; regulamentar as atividades concedidas, condicionadas ou proibidas tendo em conta as necessidades da população local; a promoção de atividades que valorizem essencialmente o desenvolvimento sustentável; a criação de um regime de visitação que assegure objetivos educacionais, culturais e recreativos.

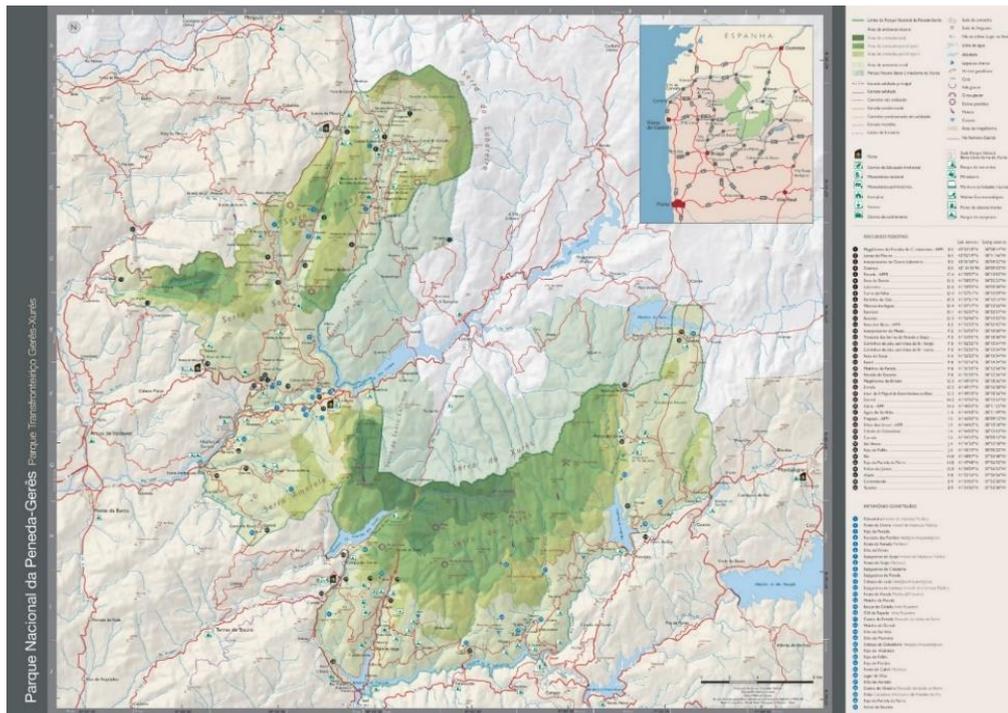


Figura 2- Mapa do Parque Natural Peneda-Gerês.

Fonte: ICNF (2019).

A Serra do Gerês, a serra minhota de maior altitude, estende-se de nordeste para sudoeste, a partir da Fonte Fria onde atinge uma altitude de cerca de 1458 m, próxima ao planalto da Mourela, até à Albufeira da Caniçada. As altitudes mais elevadas pertencem à Nevosa com uma altitude de 1545 m e ao Altar dos Cabrões com uma altitude de 1538 m, ambos situados no limite entre o território português e o espanhol (Henriques, 1990).

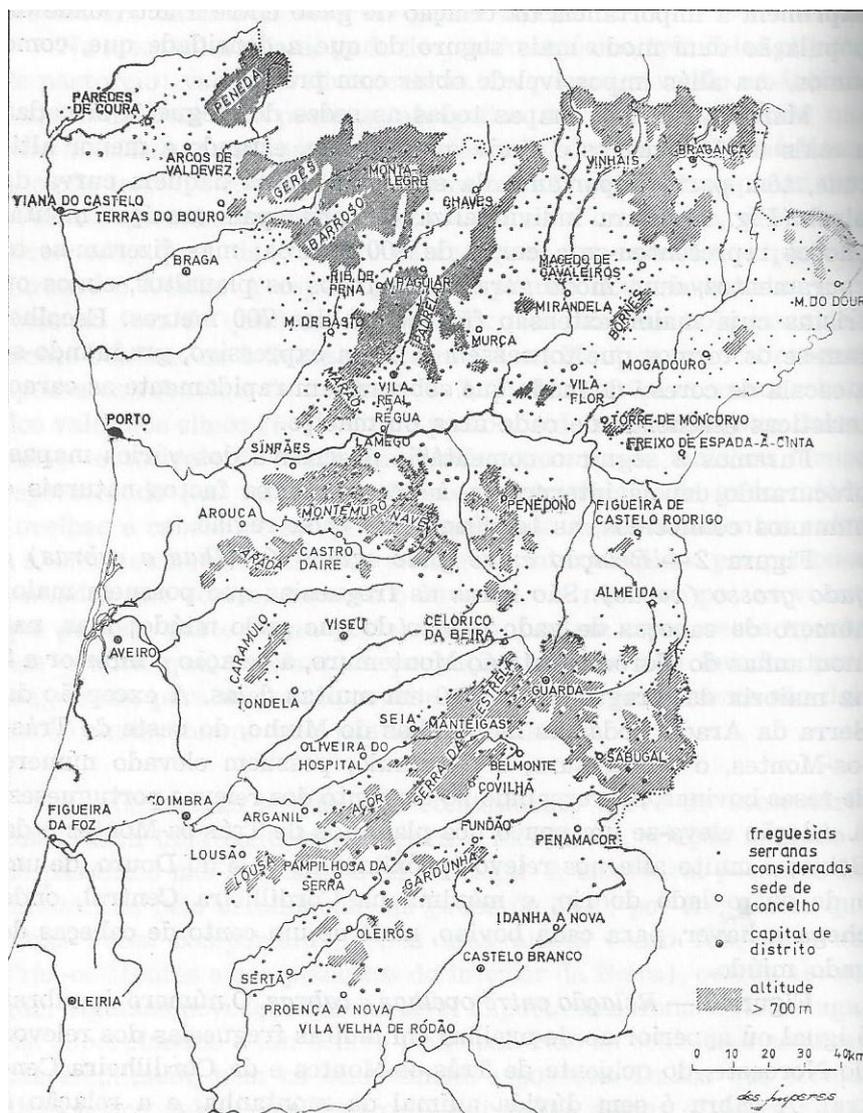


Figura 3- Mapa de Localização das freguesias serranas.

Fonte: Ribeiro (1991a: 264)

Fazendo fronteira com a Galiza, em Espanha, o parque abrange os distritos de Viana do Castelo, Braga e Vila Real, estendendo-se pelos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre, incluindo no seu território, um total de 22 freguesias (ICNF, 2013). Entre os planaltos de Castro Laboreiro, a oeste, e da Mourela, a leste, entre o Minho e Trás-os-Montes, estendem-se as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês (Henriques, 1990).

Concelho	Freguesia	Censos 2001	Censos 2011	Varição
Melgaço	Castro	726	540	-26%
	Laboreiro			
	Lamas de Mouro	148	117	-21%
Variação Média				-23,5%
Terras de Bouro	Vilar da Veiga	1530	1286	-16%
	Campo do Gerês	187	162	-13%
	Covide	404	343	-15%
	Rio Caldo	993	892	-10%
Variação Média				-13,5%
Ponte da Barca	Ermida	83	61	-27%
	Germil	70	49	-30%
	Britelo	614	485	-21%
	Entre Ambos-os-Rios	542	502	-7%
	Lindoso	536	427	-20%
Variação Média				-21%
Arcos de Valdevez	Soajo	1159	986	-15%
	Gondoriz	1109	958	-14%
	Cabreiro	574	428	-25%
	Gavieira	446	298	-33%
	Cabana Maior	365	239	-35%
Variação Média				-24,4%
Montalegre	Pitões das Júnias	201	161	-20%
	Tourém	185	151	-18%
	Outeiro	203	156	-23%
	Cabril	640	553	-14%
	Sezelhe	145	142	-2%
	Covelães	186	135	-27%
	Variação Média			
TOTAL		11046	9071	-18%

Tabela 1- Variação da população entre 2001 e 2011 nas freguesias do PNPG.

Fonte: INE (2002, 2012a).

Após, uma análise detalhada da tabela, é possível verificar um decréscimo populacional significativo nos concelhos do Parque Nacional Peneda-Gerês, essencialmente no concelho de Arcos de Valdevez que registou uma variação média de -24% entre 2001 e 2011, muito devido a elevada redução na população que se fez sentir nas freguesias de Gavieira e Cabana Maior, com uma variação de respetivamente de -35% e -33. Estas são as duas freguesias com uma variação mais significativa. De salientar que não há nenhuma freguesia que seja parte integrante do PNPG cuja variação tenha sido positiva entre 2011 e 2001. Contudo, é conveniente destacar a freguesia de Sezelhe do concelho de Montalegre, que registou uma redução de apenas 2%. Pitões das Júnias, a freguesia em estudo nesta investigação, registou um decréscimo de população de cerca de 20%.

A localização do território Português constitui uma herança cultural e natural primordial de um país que apresenta ainda graves problemas estruturais e desenvolvimento, onde quase sempre as questões ambientais, sociais e de ordenamento do território são deixadas de parte ou sobrepostas as questões de cariz económico. Segundo Brito, Julião e Fernandes (2005), apesar de Portugal possuir uma Rede Nacional de Áreas Protegidas, a mesma depara-se com problemas de funcionamento tanto por falta de meios financeiros como também por falta de recursos humanos que impedem a concretização de muitos dos objetivos propostos. As áreas protegidas são essencialmente territórios que refletem o equilíbrio entre a sociedade e a natureza, sendo que deste equilíbrio depende essencialmente as atividades económicas de maior impacto, como é o caso da agricultura, a criação de gado, a caça e a pesca.

A região onde se insere o PNPG, caracteriza-se por ser uma região com relevos fortemente acidentados, com predominantes níveis de aplanamento, muito provavelmente de idade terciária, separados por extensos regolfos de erosão que transpõem ao longo dos rios nas direções sudoeste-nordeste (Ferreira, 1983). Estende-se por uma vasta área, com uma diversa de variedade de rochas graníticas (Peixoto & Alves, 2009).

A inúmera presença de vales e corgas é aproveitada pelos rios, dando origem a uma rede hidrográfica (parte das bacias dos rios Lima, Minho e Cávado) de uma elevada densidade, constituída por um conjunto de afluentes e subafluentes que correm principalmente por vales agudos de vertentes escarpadas (ICNF, 2019). No que refere ao clima, este é essencialmente definido pela altitude e influência atlântica (Moreno &

Gonçalves, 2014), mediterrânica e continental (Reis, 1991). A temperatura média anual é de cerca de 13°C. As temperaturas mais elevadas registam-se entre os meses de julho e setembro, enquanto que as mais baixas se fazem sentir no período de inverno, entre dezembro e fevereiro (ICNF, 2019).

Por isto, o PNPG dispõe de uma variedade única de flora comparativamente a outras regiões do país, desta forma, pode ser visto dentro do parque uma multiplicidade de espécies de botânica. No Parque Nacional Peneda-Gerês, o coberto vegetal das serras e áreas de planalto é constituído essencialmente por lameiros, matos, e vegetação ribeirinha (Serra & Carvalho, 1989). Segundo Macedo e Tiago (1955), a diversidade botânica do parque é caracterizada pelas suas diferentes altitudes. Até 800 metros de altitude, o parque é dominado essencialmente por carvalhos. O carvalho-roble (*Quercus Robur*) é predominante até aos 800 metros, enquanto que entre os 800 e 1200 metros é o carvalho-negral (*quercus pyrenaica*). As espécies mais importantes nestas duas camadas são a negrela (*erica*), a giesta (*cytissus sciparius*), a hera (*hédera hélix*), o medronheiro (*arbutus unedo*) e o azevinho (*illex aquifolium*). Acima dos 1200 metros, o parque é composto por arbustos e algumas árvores, juntamente com bétulas ou vidoeiros (*betula pubescens*). Há outras espécies que podem também ser vistas nesta altitude, como é o caso da caldoneira (*echinospartum lusitanicum*), o junípero (*juniperus communis*) e a *jasionne crispa*. O teixo (*taxus baccata*), o sobreiro (*quercus suber*), o pinheiro-silvestre (*pinus sylvestris*) e o azereiro (*prunus lusitânica*) também são muito comuns no PNPG.

Marcado por uma grande variedade de habitats naturais, o Parque Nacional Peneda-Gerês é detentor de uma fauna diversificada, estando identificadas cerca de 235 espécies de vertebrados identificados. Contudo, existem espécies em perigo de extinção. Destas 235, 161 são aves, 40 mamíferos, 11 peixes, 20 répteis e 13 anfíbios, sendo que 53 pertencem à lista de espécies ameaçadas identificadas no Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal (ICNF, 2013). Estão também identificadas 15 espécies de Quirópteros (morcegos), sendo que 3 estão em vias de extinção (Rainho et al., 1998). Apesar da grande variedade de espécies, há algumas em que se concentra mais destaque, como é o caso do lobo-ibérico (*canis lupus*), o maior predador da fauna do território português, sendo também uma das espécies mais ameaçadas do país (Costa, 2015). Atualmente, o lobo encontra-se unicamente nas serras mais altas do Norte e Centro do país, sendo estas caracterizadas por serem áreas com pouca densidade populacional e com

uma importante atividade no setor da agropecuária, o que torna o PNPG um dos três principais núcleos de lupinos em território nacional (Álvares, 2006). O Corço (*Capreolus capreolus*) é o cervídeo mais abundante no continente europeu e encontra-se também em território português, no parque nacional Peneda-Gerês (Torres et al., 2015). A cabra-montês está presente essencialmente nos picos mais montanhosos, onde o contacto com o homem é raro. Em 1890 a cabra foi considerada extinta nesta região. Um século depois, regressam a este mítico território, provenientes da Galiza (Berg, 2017). O Garrano (*Equus caballus celticus*), proposto recentemente como parte do património nacional de Portugal, é um pequeno cavalo de origem Portuguesa, criado em ambientes e condições semisselvagens, que vive livremente nas montanhas do PNPG. Antigamente, estes cavalos eram usados como meio de transporte, mas o seu uso diminuiu drasticamente. Atualmente, são usados para atividades de lazer e ao ar livre (Santos & Ferreira, 2012).

No que diz respeito à paisagem humanizada, encontra-se no fundo dos vales, um espaço agrícola retalhado de cor verdejante ou acastanhada, refletindo-se assim o ritmo das culturas agrícolas ao longo de todo o ano. Subindo as encostas, revelam-se as bouças e matos que garantem a lenha, da mesma maneira que asseguram o pasto e o material para a cama do gado. Nas zonas de maior elevação, situam-se as grandes extensões designadas ao pastoreio extensivo. Os núcleos populacionais habitam em áreas mais planas, com uma agradável exposição solar e junto das linhas de água. As construções elevam-se sobre os afloramentos rochosos, dando assim origem a solos mais férteis para as atividades agrícolas. O embelezamento da paisagem pelo edificado é visível através de levadas, pontões, muros, espigueiros, moinhos, fojos, abrigos de pastor ou alminhas. Atualmente, reúnem-se à paisagem milenar grandes planos de água resultantes das albufeiras de barragens ou elementos lineares como é exemplo das novas estradas (ICNF, 2013).

O turismo de natureza e o ecoturismo são consideradas as tipologias de turismo com maiores níveis de crescimento, em especial nas áreas protegidas do continente Europeu, pelo seu valor cultural e natural. O Parque Nacional Peneda-Gerês é um exemplo disso mesmo.

3.2 Enquadramento Geográfico de Pitões das Júnias

“No Alto Barroso e no rebordo noroeste do planalto da Mourela, lá onde este acaba e começa o imenso, perturbante e agressivo Gerês, a meio de uma encosta sul, que a erosão abriu, e subindo até ao topo, a mais de 1000 metros de altitude, é que está implantada a povoação de Pitões”

(Guerreiro, 2016: 15)

Pitões das Júnias é uma aldeia e freguesia do concelho de Montalegre, situada no norte de Portugal, em Trás-os-Montes, não muito afastada da fronteira com o Minho, ou seja, do distrito de Braga. É uma aldeia de montanha, com um único núcleo, situando-se a cerca de 1100 metros de altitude, sendo assim uma das aldeias mais altas do país, juntamente com Castro Laboreiro (concelho de Melgaço), Gralheira (concelho de Cinfães) e Sabugueiro (concelho da Guarda), entre outras.

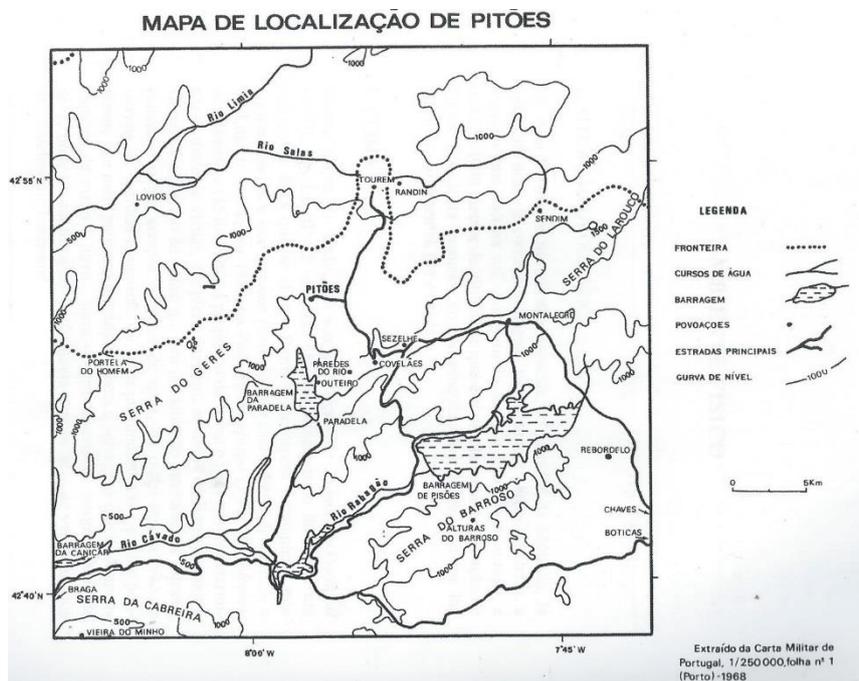


Figura 4- Mapa de Localização de Pitões das Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 13)

A aldeia insere-se nas serras da Peneda-Gerês, e nas Terras do Alto Barroso. Tal como Guerreiro (2016) refere, Pitões das Júnias localiza-se entre o Planalto da Mourela e o início das serras do Gerês. O primeiro apresenta formas onduladas e suaves, enquanto o segundo apresenta formas mais vigorosas.

Este espaço é ocupado há muito, podendo no planalto da Mourela ser encontrados vestígios megalíticos (V milénio A.C.), povoados da Idade do Ferro (I milénio A.C.), não estando identificados vestígios da romanização (depois de 173 a.c.) (Jorge, 1999). A partir da Idade Média reconhecem-se transformações significativas na paisagem, sendo uma das marcas principais, o mosteiro de Santa Maria das Júnias, construído no século XII. Este albergava uma comunidade beneditina, que abraçou mais tarde a ordem de Cister que aqui procurava um local extremamente isolado e rural.

Contrariamente às serras da Peneda e Soajo, onde se identifica uma forma de ocupação do território desdobrado em brandas (povoamento de verão) e inverneiras (povoamento de inverno), no Gerês o povoamento é fixo. O gado circula entre a povoação e os currais (ou prados), estes sim, localizados a maior altitude na serra, e dispersos. Em Pitões das Júnias, o gado circula entre a aldeia e as áreas de pastagem e currais de altitude, podendo aí pernoitar nos meses de verão.

3.3 Evolução da População

Ano	População Residente
	HM
1864	488
1878	471
1890	511
1900	554
1911	516
1920	475
1930	468
1940	485
1950	501
1960	375
1970	292
1981	238
1991	226
2001	201
2011	161

Tabela 2- Evolução da População Residente na Freguesia de Pitões das Júnias entre 1864 e 2011.

Fonte: INE (várias datas)

Desde que há registo, a população da freguesia sofreu um decréscimo considerável no número de habitantes. Entre o ano de 1864 e 1878 houve um pequeno decréscimo de cerca de 2,25% (17 habitantes). Contudo, a partir de 1878 houve um aumento considerável até ao ano de 1900 em que se registou um aumento de 83 pessoas (15%). A partir de 1900 até 1930 registou-se um decréscimo constante, de cerca de 16% (85 habitantes). O único crescimento populacional do século XX é datado entre o ano de 1930 e 1950, onde se regista um aumento de 33 habitantes (7%). Em grande parte, nos concelhos do interior, o máximo de população foi registado pelo censo do ano 1950 (Daveau, 1995). Em Pitões das Júnias, verifica-se a mesma situação. Desde o início do século XX, que 1950 é o ano com maior taxa de população e 3 vezes maior que a densidade populacional atual. Segundo Daveau (1995), o decréscimo da população no interior do país é conseqüente da fuga generalizada ao campo. Primeiramente, a grande maioria dos jovens começou por procurar trabalho na sede de concelho, antes de decidirem partir para outros locais, desde o litoral do país, até outros países da Europa. Em 1950, grande maioria da população ativa dedicava-se essencialmente ao sector

primário, nomeadamente, à agricultura, salvo exceções, como é o caso dos dois grandes centros urbanos do país, Lisboa e Porto. Ribeiro (2011), argumenta ainda que uma das causas consideráveis no deslocamento da população são também os contrastes naturais, sendo alguns deles de carácter efémero como é o caso das migrações regulares entre territórios com uma economia bastante abundante e deambulações oriundas da pastorícia. O povoamento das áreas meridionais com gente proveniente do Norte do país, é também uma causa, contudo, de cariz definitivo. Relativamente à região em estudo, apesar de 1950 ser o ano com o maior número de habitantes, é também a partir de aqui, que se regista um decréscimo populacional constante até aos dias de hoje. De 1950 para 1960 regista-se uma queda de cerca de 25%, o equivalente a 126 habitantes. Em 1960, 22% da população Portuguesa concentrava-se nos distritos do interior do País, entre Vila Real e Beja, enquanto que atualmente, apenas 11% aqui reside, sendo que grande maioria desta população é envelhecida (Daveau, 2016). Segundo Guerreiro (2016), a partir de 1950, regista-se um decréscimo populacional acentuado até ao fim dos anos 70, muito em consequência da emigração. O autor argumenta ainda que a emigração se dava em consequência das más épocas agrícolas, que muitas das vezes levava a carências alimentares e a fome. Lautensach (1989a) defende ainda que uma das grandes causas da emigração era também o desequilíbrio entre o aumento da população e os recursos disponíveis. Segundo o autor, a grande maioria dos portugueses que emigravam, seguiam para países como o Brasil, onde a agricultura era bastante favorável. Em Pitões das Júnias, entre 1951 e 1960, 109 habitantes (22,7% da população em 1950) foram à procura de melhores condições de vida nesse país (Gusmão apud guerreiro, 2016). Os polos de maior atração para os emigrantes portugueses foram sem sombra de dúvidas o continente sul-americano (especialmente o Brasil) e depois da segunda grande guerra, os países industrializados da Europa, nomeadamente a França (Serrão, 1985), a Alemanha e a Suíça. Contudo, tudo era feito de forma clandestina em consequência do regime salazarista (Guerreiro, 2016).

A migração também é um fenómeno bastante considerável no território português derivado essencialmente dos contrastes naturais do território. Migrações temporárias de trabalhadores para regiões onde a economia é diversa em diferentes épocas do ano (como é o caso da vindima ou da ceifa) e migrações definitivas, em que grande maioria são indivíduos que abandonaram o meio rural e fixaram-se nas cidades (Ribeiro, 1989a & 2011). Muitos habitantes de Pitões das Júnias migraram para a capital à procura de

melhores condições, numa altura em que o desenvolvimento industrial e comercial se fazia sentir na grande cidade (Guerreiro, 2016). Depois de instaurada a democracia em 1974, registou-se uma quebra na emigração portuguesa.

Segundo Daveau (2016), na obra do geógrafo Bodo Freund intitulada de “Estudos da Geografia Agrária e do Povoamento na Terra do Barroso, No Norte de Portugal” o autor tentou determinar o tipo de efeitos que a emigração podia provocar. Mesmo no fim do período de emigração, continua a sentir-se um decréscimo na população, em consequência da diminuição da proporção de mulheres jovens. Apesar de o número das habitações ter aumentado, a taxa de ocupação não é correspondente. Também se registaram alterações na estrutura agrária. Não houve alargamento das explorações por duas razões: os proprietários que viviam no estrangeiro não tencionavam vender nem arrendar as propriedades; o facto de a grande maioria dos proprietários ser reformado, faz com que produza apenas para consumo próprio. Os mais novos já não equacionam sequer a possibilidade de trabalhar no meio rural, para eles o futuro encontra-se em outros territórios (Daveau, 2016). A população rural transmontana é pouco mais de metade do que era no século passado. Restam apenas os mais velhos, o que torna muito visível o abandono dos campos (Mattoso et al., 2010).

3.4 Caracterização da Economia

Como referido anteriormente, existem 161 pessoas na freguesia de Pitões das Júnias. Destes 161, cerca de 67 estão a exercer atividade profissional remunerada, ou seja cerca de 42% da população, menos de metade.

População Empregada por sector de atividade na Freguesia de Pitões das Júnias		
Setor de Atividade Económica		
Primário	Secundário	Terciário
38	10	19

Tabela 3- População Empregada por sector de atividade na Freguesia de Pitões das Júnias.

Fonte: INE (2012b).

Relativamente ao setor de atividade, como se pode comprovar pela tabela 3, dos 67 habitantes que exercem atividade profissional, mais de metade trabalha no setor primário (cerca de 38 indivíduos), ou seja, dedicam-se sobretudo à pecuária e à agricultura. No setor secundário há 10 pessoas a exercer atividade. Em relação ao setor terciário, registam-se cerca de 19 profissionais.

Esta aldeia transmontana é caracterizada essencialmente pelo modo como vive a terra. A pastorícia é a atividade económica de maior relevância para esta comunidade. “A pastorícia é, aliás, o modo de vida que sobretudo valoriza os Barrosões” Guerreiro (2016: 75). Nesta região, a economia pastoril extensiva predomina sobre a agricultura (Ribeiro, 1991b). Contudo, a pastorícia não se poderia desenvolver sem a agricultura, o que acaba por tornar as duas atividades complementares e interdependentes (Guerreiro, 2016). Devido ao facto de anteriormente a região do Barroso não possuir linha ferroviária e fracas ligações rodoviárias, permaneceu durante muito tempo isolada e quase toda a produção agrícola era usada para autoconsumo. Apenas os animais que poderiam ser conduzidos por grandes distâncias eram vendidos e é devido a isso que estas regiões de montanha se especializaram na raça barrosã (Freund, 2016), a mais notável do território português (Lautensach, 1991) e a mais predominante em Pitões das Júnias e em todo o território abrangente. “Com os altos preços da carne o gado multiplica-se (...)” Guerreiro (2016: 78). Nos anos de 1970, durante a produção da obra, o gado bovino ficava resguardado na corte e já se fazia sentir a necessidade da criação de espaços de maiores dimensões para o efeito. Atualmente, e com desenvolvimento da indústria agroindustrial, a construção e existência de armazéns na aldeia tornou-se numa constante, o que de certa forma confere a importância que a carne barrosã tem para a economia da região.

A indústria queijeira está também presente no Barroso (Vasconcelos, 2007). Alguns animais, como os bovinos, cabras e ovelhas são usados para a produção de laticínios (leite, manteigas e queijos) (Ribeiro, 2011). Em tempos de maior precariedade em Pitões das Júnias, este tipo de alimentos era produzido pela comunidade para consumo próprio e para venda. Contudo, já desde os anos de 1950 deixaram de ser fabricados (Guerreiro, 2016), o que perdura até aos dias de hoje.

É compreensível que a pecuária seja desde sempre o setor económico predominante nesta aldeia. Tudo neste tipo de territórios é favorável à pastorícia (Ribeiro, 1991a). A carne sempre foi vista como um luxo na refeição dos Portugueses e que

raramente entrava nas refeições, e ainda assim, limitada à de porco (Vaquinhas, 1993). A criação de porcos é bastante desenvolvida no Noroeste da Europa. Alimentam-se essencialmente de milho e de desperdícios provenientes das culturas intensivas. (Ribeiro, 2011). Nos anos 1960, no território Português, a criação de gado porcino era de grande relevância na faixa litoral que vai do rio Minho e se estende até Península de Peniche, pois a esta região corresponde cerca de um terço dos suínos do país. (Nogueira apud Lautensach, 1991). Atualmente, em Pitões das Júnias, estes vivem por norma numa divisão própria denominada de cortelho e alimentam-se essencialmente de legumes e restos de comidas. A carne que é produzida através da criação destes animais, é por norma para enchidos e carne fumada, que fazem também parte da alimentação da comunidade. Por norma, para comércio os presuntos são o produto mais apreciado (Guerreiro, 2016). O Fumeiro de Pitões continua a ter bastante procura por apreciadores de gastronomia e por turistas. Contudo, algo que era bastante usual e estava bem presente na cultura da região era a tradicional matança do porco, que tem vindo a ser esquecida ao longo do tempo, mas que ainda por vezes é visível em climas de festa, como é o caso do Entrudo. Apesar do Decreto-Lei n.º 28/84 ter proibido o abate de suínos fora dos estabelecimentos aprovados para o efeito (matadouro), o Decreto-Lei n.º 142/2006, determinado pelo Despacho n.º 14535-A/2013 veio permitir a matança tradicional de suíno, organizada por entidades públicas ou privadas, desde que as carnes se destinem em exclusivo a ser consumidas em eventos ocasionais de carácter cultural e que sejam respeitadas todas as normas, o que favoreceu as práticas culturais da aldeia.

“O termo escrito que o pastoreio é a atividade predominante dos Pitoneses não quer dizer que situemos a agricultura em plano secundário, menos importante” Guerreiro (2016: 107). Fatores climáticos e a própria fisionomia das montanhas, concede a este tipo de regiões dotes que a comunidade soube usar para o seu próprio proveito. Trás-os-Montes, é dividido em duas regiões naturais: Terra Fria e Terra Quente. Na terra fria, o cereal dominante é o centeio, que devido aos elevados níveis de precipitação, nunca foi possível o cultivo de oliveiras e as árvores de fruta são extremamente raras, devido à destruição provocada pelas fortes geadas (Freund, 2016). Para além disso, o cultivo da batata, que começou a ser predominante em algumas vilas durante o século XVIII e que permaneceu até ao início do século XX, principalmente para autoconsumo (Freund, 2016) é também aqui bastante característico (Ribeiro, 1991b) e sendo esta uma alternativa bastante rentável, principalmente no Barroso (Mattoso et al., 2010). Estando Pitões das

Júrias localizada no Alto do Barroso, é conseqüentemente uma terra de centeio. Proveniente da cordilheira dos Andes, o cultivo da batata tornou-se essencial em Pitões, sendo considerada a segunda maior riqueza da terra, depois do gado. As batatas são um alimento base da comunidade (Guerreiro, 2016). O milho, é o alimento principal da população que vive regiões rurais, especialmente no Noroeste (Ribeiro, 1991c). O milho é também um cereal importante na cultura agrária de Pitões. Este destina-se principalmente para a criação de animais, nomeadamente de galinhas e porcos. É também usado para o fabrico de pão (Guerreiro, 2016). Ainda nos dias de hoje se verifica a existência de moinhos na aldeia. Contudo, nem todos se encontram em funcionamento. Para Amorim Girão o pão, o vinho e o azeite constituem a trilogia da alimentação dos países do mediterrâneo, inclusive Portugal (Medeiros, 1978). Sempre foi a base de sustento, tanto para a classe rica como a pobre, tanto no ambiente urbano como no rural, apesar de em algumas épocas assumirem uma maior importância devido à escassez de outros alimentos (Santos & Gama, 2011). Em Pitões, o fabrico de pão é também uma tradição. Feito essencialmente de centeio e de milho, este é produzido no forno do povo (Guerreiro, 2016). Hoje, o forno é parte do projeto do Ecomuseu do Barroso e é cada vez menos utilizado pela população (ver figura 24). Contudo, a indústria do pão continua a ser de extrema importância para a comunidade. A “Padaria Pitões”, em atividade desde 2004 e que para muitos que lá passam, fabrica o melhor pão da região, encontra-se aberta 24 horas por dia e distribui pão por uma região muito alargada de todo o norte de Portugal.

Em território Português, em inícios dos anos 50, a população agrícola era cerca de 52% e a indústria moderna era ainda invulgar (Barreto, 2017), contudo, as formas de vida tradicionais que eram predominantes no campo e no litoral perderam o destaque que mantinham na primeira metade do século XX (Daveau, 1991a). Na União Europeia, calcula-se a renda dos agricultores consoante o valor gerado pela venda de animais e área cultivada, o que leva desta forma a concluir que o Barroso é uma região de extrema pobreza em termos económicos (Freund, 2016), o que leva as comunidades a procurar outro tipo de atividade para seu o sustento.

Não só da terra vive a gente de Pitões, o comércio tem demonstrado também uma crescente importância ao longo do tempo. Nos anos 70, segundo o autor, estavam presentes 3 lojas. Vendiam bens de primeira e segunda necessidade como: roupa, calçado, utensílios para a casa, produtos de mercearia, bebidas e tabaco (Guerreiro, 2016).

Segundo o autor, nos anos 50, existia gente dotada sobretudo para atividades de artesanato e construção, como alfaiates, costureiras, soqueiros, carpinteiros, colmadores, pedreiros, carvoeiros, etc., contudo, já nos anos 70, algumas dessas atividades tinham-se de certa forma perdido no tempo (Guerreiro, 2016). O comércio sofreu bastantes alterações na região. A restauração e o alojamento ganharam lugar com uma grande influência nas tradições seculares. Estão neste momento a exercer atividade: 2 restaurantes, 2 cafés e uma padaria (referida anteriormente). (Dados contabilizados durante o trabalho de campo, não existem estatísticas oficiais).

Nome	Alojamento Local		
	Modalidade	Nº de Camas	Nº de Utentes
Abrigo de Pitões	Moradia	2	4
António João Gomes Fernandes	Moradia	8	16
Carlos Alexandre Dias Pereiras	Moradia	4	8

Tabela 4- Alojamento Local em Pitões das Júnias.

Fonte: Registo Nacional de Turismo (2020).

Tipologia	Empreendimentos Turísticos			
	Nome	Nº de Camas	Unidades de Alojamento	Nº de Quartos
Casa de Campo	Cantinho do T'Carlos	2	1	1
Casa de Campo	Casa de Campo Ferreira	7	4	3 e 1 suite
Casa de Campo	Casa Frei Bartolomeu	10	5	5

Tabela 5- Empreendimentos Turísticos em Pitões das Júnias.

Fonte: Registo Nacional de Turismo (2020).



Figura 5- Exemplos de Empreendimentos Turísticos em Pitões das Júnias.

Fonte: Fotografias do Autor.

Segundo Freund (2016) muitas das habitações da região do Barroso foram renovadas e transformadas em espaços para turismo rural, com interiores tradicionais. Existem também *land-hotels* e pensões, contudo, são pouco visíveis e frequentados. Segundo dados do Turismo de Portugal, existem em Pitões das Júnias 3 estabelecimentos de Alojamento Local e 3 Empreendimentos Turísticos. Os estabelecimentos de Alojamento Local da freguesia de Pitões das Júnias, todos eles de dimensões distintas, tem entre 2 e 8 camas disponíveis. Tem uma capacidade de alojamento de 4 a 16 pessoas. Os empreendimentos turísticos, todos eles da tipologia “Casa de Campo” também com uma capacidade de alojamento diferente, tem entre 2 e 10 camas disponíveis e com um

número de quartos que difere entre 1 e 5 disponíveis. Sabe-se também da existência de casas particulares de emigrantes ou de indivíduos com uma área de residência fora de Pitões das Júnias que arrendam a turistas.

Apesar de não haver estatísticas sobre o setor de turismo relativamente aos anos anteriores, através da análise da obra etnográfica, conclui-se que até ao fim dos anos 70, a freguesia não era um território turístico. Segundo Daveau (1991b), a forte expansão turística no território Português, deu-se no início dos anos 60. Contudo, o interesse estava sobretudo nos grandes centros urbanos e nas zonas costeiras e não em territórios de montanha. Segundo Freund (2016), a região do Barroso ainda não dispõe de particularidades que o permitam auferir de determinadas singularidades atraentes entre os territórios de montanha do nordeste do país, devido ao facto das aldeias aqui situadas já não conservarem traços pitorescos, sob o ponto de vista social e arquitetónico.

3.5 Potencialidades Turísticas

Tipologia	Atratividades Turísticas
Património Natural	Planalto da Mourela; Cascata; Cornos da Fonte Fria;
Património Cultural	Mosteiro de Santa Maria das Júnias; Capela São João da Fraga; Igreja de São Rosendo; Aldeia Velha do Juriz;
Gastronomia	Fumeiro; Cozido Barrosão
Comércio Tradicional	Pão
Etnografia	Centro de Interpretação; Ecomuseu Corte do Boi;
Eventos Culturais	Entrudo; São João da Fraga; Magusto Celta; Fiadeiro dos Contos; Jornadas Galego-Portuguesas Pitões das Júnias; Festas de Nossa Senhora das Júnias

Tabela 6- Atrações Turísticas em Pitões das Júnias.

Fonte: Elaboração Própria

O Património natural da freguesia de Pitões das Júnias é bastante importante, muito em consequência das particularidades do território em que se insere. A Cascata de Pitões das Júnias, uma queda de água singular com mais de 30 metros, situada perto do sudoeste de Pitões das Júnias e alimentada pelas águas do ribeiro de Pitões, é uma das

muitas cascatas da região do Barroso e da Serra do Gerês. (Almeida & Belo, 2007). Para facilitar o acesso à mesma, é utilizado um passadiço em madeira. O Planalto da Mourela está situado na parte Oriental da serra do Gerês, a cerca de 1200 metros de altitude, representa a interação entre as comunidades e os condicionalismos que são propensos nos territórios de montanha, que se refletem sobretudo nas práticas associadas aos sistemas agrários mais tradicionais e na sua fauna e flora. Os Cornos da Fonte Fria, situados a 1330 metros de altitude na serra do Gerês, contribuem para uma imagem singular da aldeia. Estes escarpados graníticos chamam bastante a atenção dos turistas e entusiastas do desporto de aventura e radicais, que aqui procuram desenvolver atividades como *trekking*.

O Património Histórico e Cultural da freguesia, é também um grande motivo da crescente atividade turística na região. O Mosteiro de Santa Maria das Júnias, encontra-se localizado num vale a dois quilómetros a sul da aldeia de Pitões das Júnias. De difícil acesso, isolado numa região fronteiriça, o acesso é feito de carro até determinado ponto e depois o resto a pé, por um caminho irregular. De todo o mosteiro, a igreja é a única parte que está conservada (Espada, 2008). De origem desconhecida, a Capela São João da Fraga, encontra-se localizada a mais de 1100 metros de altitude “a capela carregasse no alto de uma fraga, e daí o seu nome, que forma abismos para todos os lados. É antiga como a romagem” Guerreiro (2016: 235).

O Ecomuseu do Barroso e o Centro de interpretação da Mourela são dois espaços culturais e etnográficos desenvolvidos com o intuito de divulgar o património natural e cultural de Pitões das Júnias e do Planalto da Mourela. O Centro de Interpretação é responsável pela interpretação e divulgação das práticas associadas aos sistemas agrários tradicionais da região. Já o Ecomuseu do Barroso, um espaço museológico criado na antiga “corte do boi” é-lhe destinado à divulgação de algumas temáticas como a tecelagem, a vezeira, a agricultura de montanha, os modos de produção da região, a pastorícia, o património etnográfico, entre outros.

O São João, a Festa da Nossa Senhora de Júnias e o Entrudo constituem-se como as festas religiosas mais emblemáticas da região. Todos os anos, no primeiro domingo logo após o dia de São João, uma grande maioria dos habitantes da freguesia cumprem uma tradição de cariz religioso que consiste em subir ao alto da serra em romaria ao santo que protege a aldeia. A Festa de Nossa Senhora das Júnias, é uma festa de romaria, que se realiza de forma anual no dia 15 de agosto (Guerreiro, 2016). O Entrudo é festejado

anualmente em Pitões das Júnias durante 4 dias no fim do mês de fevereiro. É importante para mostrar um pouco da ruralidade e autenticidade da freguesia e também uma forma de dar a conhecer a gastronomia local.

3.6 Síntese Conclusiva

O Parque Nacional Peneda-Gerês, situado no Norte de Portugal, é a única área protegida do país com o título de Parque Nacional. É uma das atrações naturais do território português com maior visibilidade internacional, o que se traduz numa grande procura turística, em consequência dos valores paisagísticos, ecológicos e culturais que aqui se inserem. Pitões das Júnias, uma das freguesias inserida no Parque Nacional Peneda-Gerês, uma aldeia tipicamente transmontana, tem vindo ao longo dos anos a sofrer um grande decréscimo populacional, decorrente sobretudo do êxodo rural e da emigração que se fez sentir com mais intensidade a partir da década de 60. O Setor primário, nomeadamente a agropecuária, continua a ser o setor que mais habitantes da freguesia emprega, representado cerca de 56% de toda a população que se encontra a exercer profissionalmente. Apesar disso, é preciso referir que algumas atividades de comércio e indústrias que em tempos faziam parte do modo de vida e de subsistência de alguns dos habitantes, hoje são praticamente inexistentes. Contudo, começa-se também a notar um crescente interesse da população pelo setor do turismo, nomeadamente na restauração e alojamento local, o que se reflete sobretudo no crescente número de empreendimentos turísticos. O interesse pela atividade, advém sobretudo pela procura de melhores condições de vida. Porém, grande maioria dos habitantes da aldeia que se procuram estabelecer na atividade, fazem-no de forma a complementar a sua forma principal de subsistência: a agropecuária. Desta forma, apesar de o turismo estar cada vez mais presente devido à grande variedade de potencialidades turísticas que a região predispõe e ser cada vez mais notório e ambicionado pelos habitantes que procuram outros setores de subsistência é possível afirmar que ao turismo nunca lhe será conferida a mesma importância que é dada a agropecuária.

CAPÍTULO IV- A TRANSFORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE MONTANHA: O CASO DE PITÕES DAS JÚNIAS

4.1 Amostra e Trabalho de Campo

O Turismo em Pitões das Júnias é uma atividade que compreende não só os próprios turistas, mas também os habitantes da região e as empresas que aqui exercem a sua atividade, nomeadamente empreendimentos turísticos, sector da restauração e pequeno comércio. Na minha primeira deslocação à região, dia 11 de junho de 2018, fiquei a conhecer os principais pontos de interesse turístico e procurei também compreender melhor alguns aspetos fisionómicos do património natural e cultural da região. Apesar desta primeira deslocação ter sido muito breve, tive oportunidade de dialogar muito informalmente com alguns dos habitantes da região, com proprietários e funcionários de 4 estabelecimentos e com 4 turistas, sendo que com 2 deles procurei conhecer melhor parte do património cultural e natural de Pitões (nomeadamente o Mosteiro de Santa Maria das Júnias e a Cascata). Nesta deslocação, procurei apenas dialogar de uma forma muito aleatória com algumas das pessoas que iam passando. Fiz também fotografias de alguns pontos que me chamaram mais atenção, nomeadamente de ruas, edifícios, habitações e aos modos de vida da população, sem ter tido em conta as fotografias presentes na monografia. A segunda deslocação ocorreu dia 13 de julho do mesmo ano, data coincidente ao dia da Festa das Bruxas, em Montalegre. Nesta segunda deslocação, apesar de ter permanecido mais tempo na região, cerca de 3 dias, o método de trabalho foi exatamente o mesmo. Contudo, desta vez fiquei alojado na habitação de uma família natural e residente em Pitões, o que me permitiu compreender melhor alguns aspetos sociais e culturais desta comunidade.

A minha terceira deslocação voltou apenas a acontecer durante o inverno de 2019, no dia 7 de março. Apesar de ter permanecido apenas um dia na região, desta vez, o meu intuito foi de conhecer de uma forma mais formal alguns dos principais polos e pontos turísticos da região. Esta deslocação ocorreu no âmbito de uma visita de estudo programada pelo Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Através da Professora Margarida Paiva, tive aqui oportunidade de conhecer o Centro e Interpretação do Planalto da Mourela e o Ecomuseu de Pitões das Júnias. Isto permitiu-me de uma forma mais pormenorizada conhecer os modos de vida da população de pitões e algumas das suas tradições, nomeadamente a indústria

agropecuária. Com a criação destes estes polos, tornam-se assim notáveis o cuidado e a consideração que as entidades regionais têm com a preservação dos valores culturais da comunidade. Contudo, nota-se também aqui uma forma de responder a crescente procura turística. Tive também oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada o património natural e cultural da região, através da visita guiada que foi decorrendo ao longo do dia. Nesta terceira deslocação, vinha também com o intuito de iniciar finalmente o levantamento fotográfico, contudo, devido às condições climáticas que se faziam sentir nesse dia, não foi de todo fazível.

A quarta e última deslocação a Pitões das Júnias, ocorreu entre o dia 4 e 6 de setembro de 2019, sendo esta a mais proveitosa do ponto de vista empírico, e aquela em que mais tempo permaneci na aldeia. Durante 2 dias, pernoitei em casa de um habitante local, o que me permitiu também compreender alguns aspetos sociais e culturais da comunidade.

O primeiro dia serviu essencialmente para a realização de grande parte do levantamento fotográfico feito a partir dos mesmos locais de onde Viegas Guerreiro fizera as suas fotografias. De forma a facilitar o trabalho e tornar este dia mais rentável, tinha já anteriormente selecionado as fotografias presentes na monografia que posteriormente iriam ser usadas para este propósito. Para isso digitalizei cerca de 23 fotografias e converti-as num único ficheiro PDF, onde no decorrer do levantamento fotográfico foram visualizadas através do *smartphone*. Através de uma busca exaustiva e da cooperação de alguns dos moradores da região, foi possível identificar 19 das 23 fotografias selecionadas. Foi também feito um levantamento fotográfico de parte dos empreendimentos turísticos presentes na região e de alguns recursos próprios que pudessem de certa forma evidenciar alguns dos valores culturais que tornam esta região característica.

O dia seguinte serviu essencialmente para o cumprimento da segunda parte empírica da dissertação. Foram inquiridos cerca de 16 indivíduos da comunidade local procurando complementar através do uso do diálogo informal. Os habitantes inquiridos mostraram-se bastante recetivos, o que possibilitou um diálogo mais extensivo e rentável que resultou numa melhor obtenção de certos dados que não eram acessíveis apenas através do uso de questionários. O dia seguinte serviu apenas para finalizar algum do levantamento fotográfico que tinha ficado pendente.

4.2 A Paisagem Atual de Pitões das Júnias

“Muitos traços desta economia arcaica persistem ainda nas terras altas de Trás-os-Montes, povoadas lentamente, nos primeiros tempos da monarquia por aforamentos colectivos a grupos de colonos, com a população estacionária pela emigração, imobilizada na rotina da comunidade aldeã. Numa paisagem carregada de tons severos, cinzentos, acastanhados, as manchas da ocupação humana são ainda ténues e distantes. Os baldios, terrenos de pasto, reserva de mato e lenhas, onde, de quando em quando, se abria a breve clareira de uma arroteia, ocupavam há setenta anos três quartas partes da província, metade ainda no fim do século passado. As aldeias ponteiam, de longe em longe, a solidão dos maninhos”. Ribeiro (1963: 122).

Em 1945, o geógrafo Orlando Ribeiro mostrou que dentro do território Português existem três grandes áreas naturais: O Norte Atlântico, o Norte Transmontano e o Sul, prolongando-se todas elas pelo território espanhol. Este entendimento da divisão da grande maioria dos aspectos humanos da geografia do território português é bastante usado até meados do século XX: os modos de ocupação e exploração da terra, as tradições culturais, repartição social e a densidade demográfica (Mattoso et al., 2010). Pitões das Júnias, aldeia geográfica e culturalmente transmontana, foi estudada por Viegas Guerreiro há 40 anos. A partir de um ponto alto junto ao cemitério, a sua contemplação da paisagem da freguesia, mostra que as casas, pouco se distinguem do chão íngreme e escuro, se não fosse o vermelho dos telhados. Há 40 anos ainda era notória a presença de casas colmadas, especialmente palheiros. De determinados pontos, era possível ver casas de cor completamente branca, como era o caso da escola, o posto da guarda-fiscal, as casas reconstruídas ou novas de emigrantes, ou de habitantes com um maior poder económico. Como pano de fundo da povoação, permaneciam as fragas e picos *agressivos* e majestosos

do Gerês, a contrastar com os elegantes dorsos da Mourela, a nordeste. A sudoeste, ficavam as águas límpidas e transparentes da albufeira da barragem da Paradela, concluída em 1956 (Guerreiro, 2016).

A fisionomia dos campos é uma das características mais marcantes da paisagem rural, que provém tanto da forma da terra como dos aspetos culturais (Ribeiro, 1991a), sendo o clima um dos fatores mais determinantes nas práticas agrícolas deste tipo de territórios (Freund, 2016). O estado de conservação da arquitetura Pitões das Júnias faz deste território um ponto singular e de grande interesse. Caracterizada essencialmente pelo património rural com características únicas, construído sobretudo de forma a corresponder ao clima rigoroso que aqui é imposto.

“(…) Pitões acenava-me lá longe, de tectos colmados e de chancas ferradas. Não obstante pisar o mais belo pedaço de chão pátrio, queria repousar em terra real e consubstancialmente minha. Ansiava por estender os ossos nos tomentos do Barroso, onde, apesar de tudo, era mais seguro adormecer (…)” Torga (2017: 22).

As montanhas do Noroeste do país, e do Barroso em particular, são praticamente todas graníticas (Ribeiro, 1991a). A paisagem natural do Gerês, em que é característica a presença de fragas e picos elevados, ainda se faz sentir de uma forma muito significativa. A existência de pastos naturais (lameiros) que é tão característico das paisagens desta região, possibilitados pela elevada precipitação, fazem de Pitões das Júnias um território com excelentes condições para a prática da atividade pastoril e da pecuária (Dionísio, 1987). Contudo, a pluviosidade excessiva das serras e as baixas temperaturas nas regiões do Barroso, são um impedimento para a prática da agricultura intensiva (Mattoso, 2010).



Figura 6- Paisagem de Pitões das Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 21)



Figura 7- Paisagem atual de Pitões das Júnias.

Fotografia do autor.



Figura 8- A Povoação de Pitões das Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 21)



Figura 9- A Povoação de Pitões das Júnias Atualmente.

Fonte: Fotografia do Autor.

Muitas das regiões rurais do território europeu resultam de uma multiplicidade de fatores, como o facto de haver uma grande escassez de recursos naturais, o facto de estarem afastadas dos grandes centros económicos, e condições demográficas e socioeconómicas que se refletem posteriormente em condições nada favoráveis para as

práticas agrícolas (Freund, 2016). As transformações ocorridas na aldeia, alteraram alguns aspetos da paisagem natural e da caracterização dos baldios da região, com indícios de humanização presentes “Dos anos 30 por diante, com a emigração para S. Paulo e depois para França, o uso de adubos e de técnicas mais produtivas e mecanização, a valorização do armentio, tudo mudou (...) acabaram os cabaneiros (...)” (Guerreiro, 2016: 68).

A grande concentração de povoamento caracterizado essencialmente pelo ajuntamento das habitações, ruas que atravessam toda a aldeia, as povoações divididas em bairros distintos (Guerreiro, 2016), são características ainda bastante enraizadas no presente. Segundo Fernando Gusmão (cit. Guerreiro 2016), os baldios eram responsáveis pela ocupação de cerca de cinco sextos da área de Pitões das Júnias em 1964, sendo que na época em que o livro foi escrito, era bastante semelhante.

A tradição cultural tem uma imensa capacidade de resiliência e adaptação, que apesar da inevitável uniformização urbana, as existências das mesmas condições no território orientam a evolução dos valores culturais de cada região (Mattoso et al., 2010).

	Alojamento Familiares			Alojamento Coletivo	Edifícios Clássicos
	Total	Clássicos	Não Clássico		
1970	92	-	-	-	-
1981	84	84	-	-	84
1991	141	141	-	-	141
2001	161	160	1	-	159
2011	210	210	-	2	206

Tabela 7- Número de Alojamentos em Pitões das Júnias.

Fonte: INE (várias datas)

Apesar de fatores como a emigração e êxodo rural, houve um considerável aumento de alojamentos e edifícios entre o ano de 1970 e 2011. 1970 foi o ano com o registo do número mais elevado de habitantes (292 residentes), contudo, foi o segundo ano com o menor número total de alojamentos, cerca de 92. De 1970 para 1981, houve uma diminuição no número de total de alojamentos familiares (menos 8 alojamentos) mas também houve uma descida de cerca de 18% (74 habitantes). Contudo, a partir do mesmo ano, registou-se um aumento considerável de alojamentos. De 1981 para 1991 houve um aumento de cerca de 40% (57 alojamentos). Em contrapartida, registou-se um decréscimo de cerca de 5% (12 habitantes) relativamente ao número total de habitantes. A partir desse

ano, começa-se a registar uma grande discrepância entre o número total de habitantes e o número total de alojamentos. Entre 1991 e 2001, registou-se uma diminuição no número de habitantes, cerca de 11% (25 habitantes), contudo, registou-se também um aumento do número de alojamentos, de cerca de 12% (20 alojamentos). A partir de 2001, a freguesia de Pitões das Júnias sofre uma grande queda na densidade populacional, o que culmina posteriormente no número mais baixo de habitantes de que há registo. No ano de 2011, segundo os registos oficiais, o número de habitantes é 161, mas, em contrapartida, é o ano em que regista o maior número de alojamentos (210), um aumento de cerca de 23% (49 alojamentos) face ao ano de 2001. Torna-se desta forma notória, um aumento considerável de habitações nos últimos 40 anos. Muitas destas novas construções ou reabilitações de edifícios degradados, ou em ruínas, surgem como respostas a necessidades primárias e ao bem-estar da população residente, bem como forma de responder às necessidades de lazer de muitos emigrantes da aldeia e à procura turística que ao longo dos anos se tem vindo a fazer sentir. Habitações com telhados revestidos em colmo, habitações em que era predominante material de construção como a cal, usada essencialmente para o processo de pintura, é algo praticamente inexistente e sem visibilidade na aldeia, algo que era bastante característico há 40 anos “(...) casas colmadas ainda as há e muitas (...) num ponto ou outro, branqueia casa caiada: a escola (...)” (Guerreiro, 2016: 20), a pequena escola primária já não se encontra em funcionamento, foi aqui inaugurado em 2017 o “Anfiteatro Largo da Escola- Espaço Lúdico e Cultural de Pitões das Júnias” (fig.10), com o objetivo de potencializar as atividades culturais, uma maior otimização da atividade turística e sobretudo como forma de criar melhores condições para os habitantes da região.



Figura 10- Anfiteatro Largo da Escola- Espaço Lúdico e Cultural de Pitões das Júnias.

Fonte: Fotografia do Autor

Também se faz notar a construção e reabilitação de caminhos, isto em consequência de uma constante presença de veículos ligeiros, pertencentes tanto aos moradores locais, como aos trabalhadores e aos turistas.

As comunidades de montanha, sobretudo as mais isoladas, preservam formas materiais civilizacionais mais arcaicas e pouco alteradas, principalmente pelo facto de que a sua estabilização no tempo as permitiu diferenciar progressivamente das outras comunidades, o que é algo bastante característico das comunidades presentes na serra do Gerês e da região do Barroso (Mattoso et al., 2010). Apesar de todas as alterações, continua a ser visível o uso de uma grande parte da paisagem para a prática da atividade agrícola, essencialmente pelo facto de continuar a ser a atividade primordial de sustento para os habitantes da região.



Figura 11- Habitações em Pitões das Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 18)



Figura 12- Estado atual das Habitações.

“Não existem casas brasonadas, bairros ricos e nem na linguagem se acham vestígios de vínculos servis (...)” Guerreiro (2016: 69). A tradicional casa rural distingue-se por não servir apenas de lar, mas também como apoio à exploração agrícola. Normalmente constituída por dois andares, o andar térreo é usado para guardar o gado e os utensílios de trabalho agrícolas, e o andar superior é o de habitação, onde ficam a cozinha e os quartos (Ribeiro, 1989b). A sua construção é essencialmente feita em granito, sendo a parte interior da parede feita geralmente em pedras soltas, todas elas sobrepostas. Devido às fracas vias de comunicação e às condições económicas, os materiais usados para a construção das habitações são provenientes de regiões próximas, especialmente o granito (Lautensach, 1989b). Para evitar as chuvas, no interior da habitação era utilizado barro nas paredes. O rés-de-chão era usado essencialmente para guardar material de trabalho agrícola e animais de gado. No 1.º andar, o andar habitacional, por norma, havia apenas uma divisão com um espaço com lareira que servia de cozinha, espaço de jantar e estar, e outro espaço para o quarto (Guerreiro, 2016), era também muito pouco visível o uso de fechaduras nas portas (Vasconcelos, 2007).

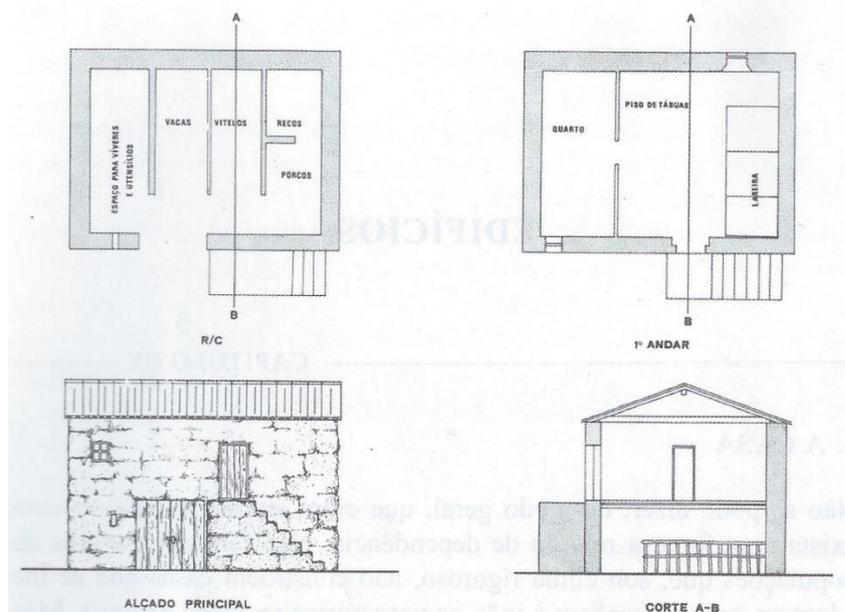


Figura 13- Planta de uma Casa de Pitões.

Fonte: Fonte: Guerreiro (2016: 34)

A parte interior da parede era feita geralmente em pedras. Como podemos constatar através da figura 11, já quando o livro foi editado, era possível encontrar alterações significativas nos padrões da arquitetura tradicional da região. Na figura 11, é possível verificar que já se faziam notar naquele tempo casas com cobertura em telha “A cobertura é hoje, como dissemos, geralmente de telha de marselha (...)” Guerreiro (2016: 37). Ao comparar a figura 11 e 12, é também nítida a preocupação que a população tem com o seu bem-estar e conforto através das reabilitações a que estas foram sujeitas. Houve um aumento na dimensão e espaço de ambas as habitações. Na habitação ao fundo, o andar que foi colocado em cima, não coincide de todo com as cores tradicionais impostas pela arquitetura local nem com a arquitetura tradicional das habitações da aldeia, que era constituída apenas pelo primeiro andar (habitacional) e o rés-de-chão, tal como foi referido anteriormente. Na casa da frente, para que esta fosse aumentada, foi retirada a varanda em madeira, que era também tradicional na altura em que a obra foi escrita “o patamar dá para a porta de entrada e outras vezes ainda se prolonga em varanda de madeira (...)” Guerreiro (2016: 38).



Figura 14- Habitações de Pitões das Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 18)



Figura 15- Habitações atuais em Pitões das Júnias.

Fonte: Fotografia do Autor

Ao comparar as figuras 14 e 15, verificamos que ainda existem edifícios que mantêm a arquitetura e não sofreram qualquer alteração neste espaço de tempo. Contudo, pela sua arquitetura, verificamos que durante o fim da década de 1970, já se faziam notar alterações nos padrões de arquitetura tradicional de algumas das habitações presentes na aldeia. Registam-se também outras alterações: os degraus das escadas foram reabilitados em granito e cimento e foi ainda colocado uma balaustrada (corrimão); a varanda foi encurtada, e conseqüentemente o prolongamento do telhado.



Figura 16- Portão com fechadura tradicional.

Fonte: Guerreiro (2016: 41)



Figura 17- Portão Moderno.

Fonte: Fotografia do Autor

As eiras eram geralmente em pedra, redondas ou retangulares, sendo que estas eram apenas de um só proprietário (Guerreiro, 2016). Junto a estas, era também usual existir uma pequena casa, denominada geralmente por “tulha”. Esta servia essencialmente para guardar o milho e o centeio (Vasconcelos, 2007), o único cereal cultivado desde há muito tempo (Freund, 2016).

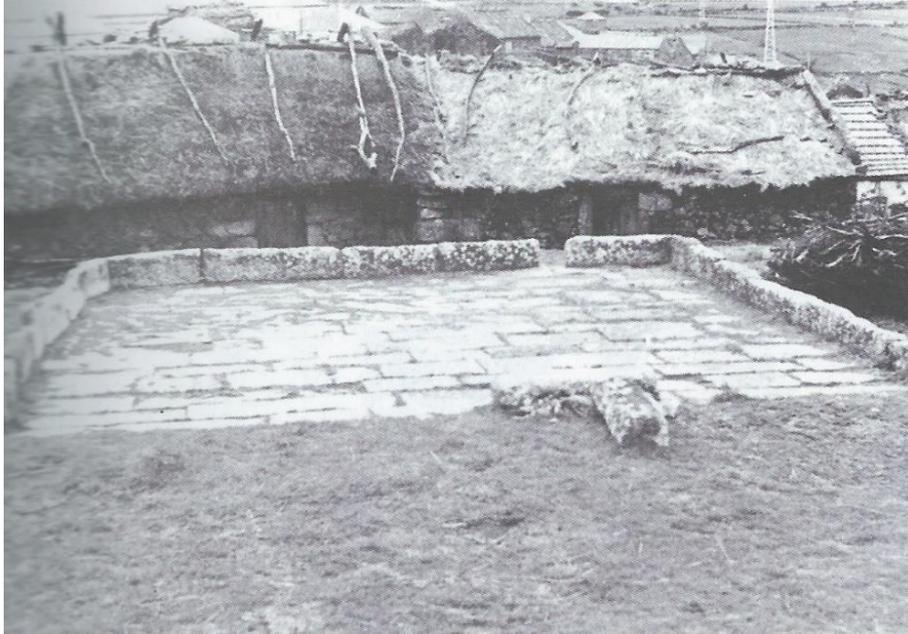


Figura 18- A Eira.

Fonte: Guerreiro (2016: 129)



Figura 19- A Eira atualmente.

Fonte: Fotografia do Autor

Através da comparação da figura 18 e 19, é possível verificar as mudanças que aqui foram impostas ao longo dos anos. A eira, devido ao seu uso diminuto, já não se encontra com a mesma preservação e cuidado que tinha anteriormente, sendo que atualmente é também usada para guardar outros materiais como lenha ou utensílios de trabalho. Ao fundo, já não se encontram “tulhas” com teto em colmo, as paredes estão também revestidas em cimento, para além que existe atualmente ao lado uma habitação, fugindo esta bastante dos padrões da arquitetura tradicional da aldeia como já foi referido.

Já em agosto 1991, Miguel Torga escrevia, nos seus diários em relação às serras do Barroso, que “(...) O mal é que o povo, em meia dúzia de anos, deixou apagar nos olhos a imagem viril, e perdeu a identidade. O Barroso de hoje é uma caricatura. Sem força testicular, fala francês, bebe Coca-Cola, deixou de comer o pão de centeio do forno comunitário, assiste a chegas comerciais, em campos de futebol, com bilhetes pagos e animais alugados” Torga (2011: 332).

Os moinhos estão presentes na Península ibérica desde o século X. Segundo Guerreiro (2016), na aldeia existiam 11 moinhos, sendo que apenas 6 estavam em pleno funcionamento. Relativamente a sua constituição, é idêntica as outras casas da aldeia, com o teto revisto em colmo e uma planta retangular.



Figura 20- O Moinho.

Fonte: Guerreiro (2016: 135)



Figura 21- O Moinho Atualmente.

Fonte: Fotografia do Autor

O moinho representado na figura 21 já não se encontra em funcionamento, mas são visíveis as remodelações que foi sendo sujeito ao longo dos anos: o telhado foi restaurando, o colmo foi substituído pela telha, as paredes foram também reabilitadas. É visível também a recuperação da estrutura e engenho no interior do moinho, apesar deste já não estar em funcionamento: paredes cimentadas e o teto reparado. Contudo, também se faz notar uma certa degradação do mesmo. Pelo acumulado de telhas dentro do moinho, é certo que este desde a sua última reabilitação não teve qualquer uso para o efeito que lhe era destinado, servindo como espaço de armazenagem.



Figura 22- Interior do Moinho.

Fonte: Fotografia do Autor

Na região do Barroso ainda é notável a conservação de alguns costumes da vida comunitária, como é o caso do uso do forno do povo (Dionísio, 1987). Para Guerreiro (2016), o forno é o elemento arquitetónico da aldeia mais deslumbrante.



Figura 23- Forno de Pitões.

Fonte: Guerreiro (2016: 140)



Figura 24- Forno de Pitões Atualmente.

Fonte: Fotografia do Autor

O forno do povo como é denominado, no que toca a sua arquitetura comparativamente a casa tradicional, exteriormente, este apenas difere por nele estarem presentes três contrafortes que servem de sustento aos três arcos de volta perfeita, que suportam o telhado (Guerreiro, 2016).

Atualmente, o telhado continua a ser revestido por lajes, como se pode comprovar pela figura 24, sendo que este material já substituiu o colmo há mais de 100 anos “a cobertura, inicialmente de colmo, foi substituída pelas referidas lajes há uns 60 anos” Guerreiro (2016: 138), um sistema construtivo que é predominante nos fornos comunitários nas terras do Barroso. A porta que dá acesso ao interior do forno já não é em madeira “a porta de madeira, voltada para noroeste e sempre aberta (...)” Guerreiro (2016: 138), hoje, é feita em metal vermelho.

Atualmente o forno de Pitões é parte integrante do Ecomuseu do Barroso. Este projeto tem como propósito representar e preservar a identidade e modos de vida do território, bem como o seu desenvolvimento de uma forma sustentável.

Segundo Guerreiro (2016), algo muito característico e presente nas aldeias onde era predominante uma economia agropastoril e de estrutura comunitária era a presença de um boi do povo, que se alimentava essencialmente em lameiros igualmente coletivos (Mattoso et al., 2010), “à vizinhança das casas correspondem os hábitos comunitários da gente e dos rebanhos: os gados reunidos sob a vigilância de pastores escolhidos alternadamente entre os proprietários ou pagos pela comunidade, juntam-se de manhã num largo de povoação para se separarem à volta do pasto e buscarem sozinhos as cortes dos seus donos; o touro, mantido num prado comunal, abriga-se nos estábulos de cada um, consoante o número de vacas que possui.” Ribeiro (1991a: 260).

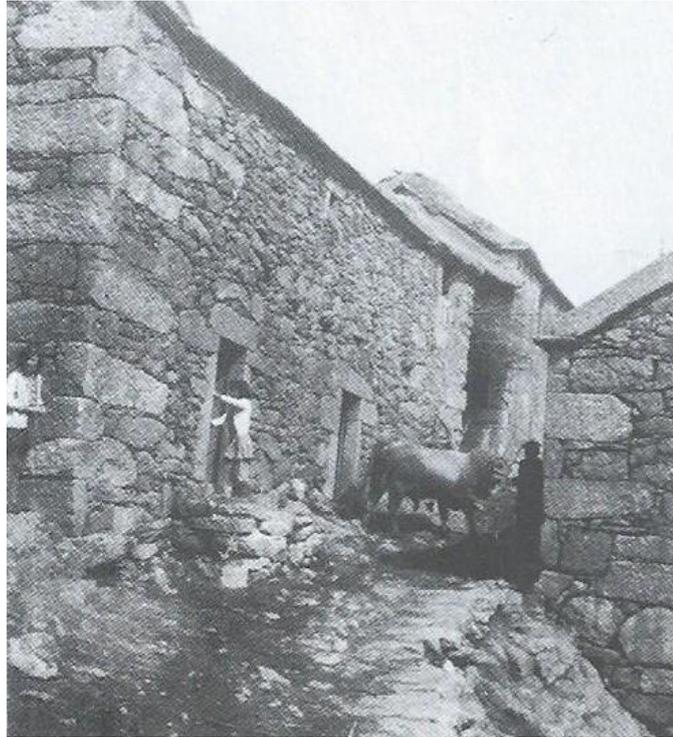


Figura 25- Corte do Boi.

Fonte: Guerreiro (2016: 91)



Figura 26- Corte do Boi atualmente:

Fonte: Fotografia do autor.

Pitões tinha ainda durante a década de 1970 dois bois do povo, apesar de anteriormente ter possuído três. Eram bem estimados e tratados pelos agricultores: tinham lamas, corte e palheiros próprios. Existiam também bois de particulares. Os preços elevados da carne, a venda da batata e o dinheiro proveniente da emigração eram favoráveis para que alguns dos habitantes pudessem adquirir estes animais (Guerreiro, 2016). Atualmente, esta prática é inexistente. A corte já não serve o seu propósito. Hoje, este espaço é um polo exclusivo do Ecomuseu do Barroso (fig.27).



Figura 27- Ecomuseu do Barroso- Corte do Boi.

Fonte: Fotografia do autor.

Aqui encontram-se vinculadas algumas das temáticas que fazem parte da identidade da região: a pastorícia em regime extensivo, a tecelagem, a agricultura em território de montanha, os modos de produção tradicionais, a vezeira, a tecelagem e o património etnográfico (Ecomuseu, 2020).

Os movimentos migratórios, nomeadamente a emigração e o êxodo rural, tiveram uma certa relevância na transformação da região, “A casa reconstruída ou a nova de emigrante ou vizinho endinheirado” (Guerreiro, 2016: 20). Segundo Guerreiro (2016), estes movimentos alteraram a fisionomia da aldeia, contudo, não de uma forma muito expressiva. Apesar de uma conceção diferente na arquitetura das novas casas, não se fez sentir uma grande discrepância comparativamente a arquitetura tradicional.

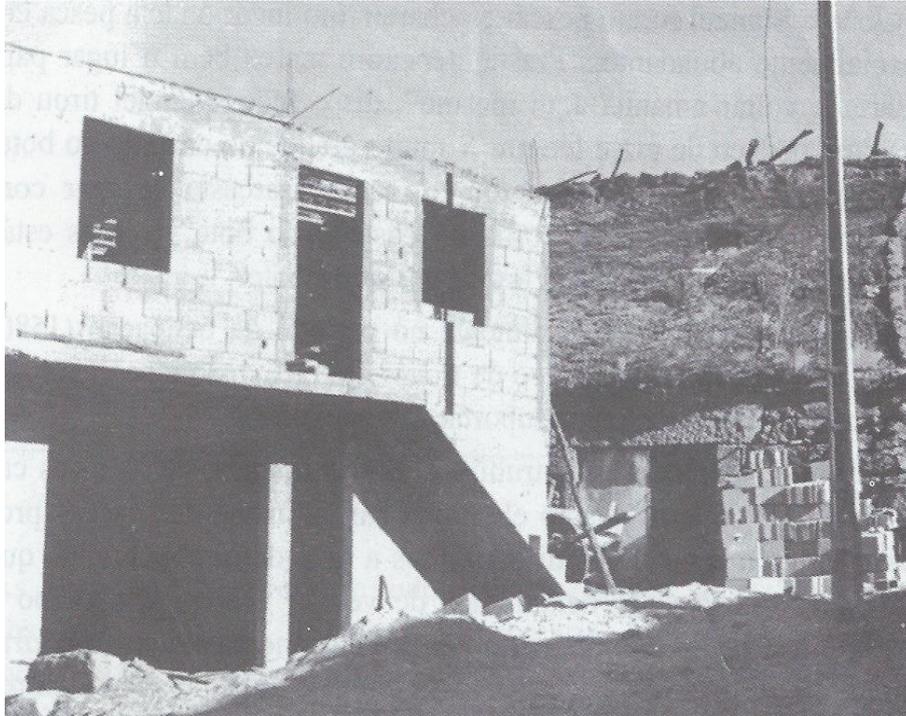


Figura 28- Casa de um Emigrante.

Fonte: Guerreiro (2016: 171)



Figura 29- Estado atual da casa do emigrante.

Fonte: Fotografia do Autor



Figura 30- Casa Moderna de Emigrante.

Fonte: Guerreiro (2016: 171)



Figura 31- Atual Estado da Casa Moderna de Emigrante.

Fonte: Fotografia do Autor

Para a reconstrução de algumas habitações da aldeia, como é o caso das que estão presentes na figura 28 e 30, foram usados padrões arquitetónicos pouco convencionais,

provenientes de outras regiões, como refere Guerreiro (2016: 170) “no meio da aldeia só um ou outro aproveitamento da velha estrutura lembram o mau gosto, dominante em outros lugares”. Como se pode verificar, o autor era um crítico das transformações ocorridas na aldeia.

Relativamente à habitação que se pode ver na figura 31, são visíveis algumas alterações significativas, sendo que a de maior expressão seja talvez a remodelação do rés-de-chão, que passou a ser um andar de habitação. Apesar do autor dar destaque a esta habitação, hoje, as que estão à volta, sofreram alterações mais significativas. O espigueiro já não está presente. A habitação da frente foi também completamente remodelada, e é muito recente. A habitação ao fundo, foi a que mais alterações sofreu ao longo deste tempo. Apesar de difícil caracterização por não estar completamente visível na fotografia, nota-se perfeitamente a presença de uma cobertura em colmo, um aumento considerável na sua dimensão e matérias de construção modernos. Podemos também constatar a presença de postes de eletricidade e sinais de circulação, algo que não estava presente no passado.

As figuras 32 e 33 mostram o largo do Eiró, sendo este considerado o “centro da aldeia”. É para este largo que convergem quase todas as ruas da aldeia. Segundo Guerreiro (2016), o largo era usado essencialmente para se discutir questões em prol do desenvolvimento da aldeia e em proveito de todos os aldeões (reparação de caminhos, pontes, reabilitação da igreja, limpezas das ruas, etc.), a este tipo de assembleia, dá-se o nome de “coutos” (guia de Portugal). A fotografia representada na figura 32, foi tirada durante uma assembleia que decorrer em 1978 “(...) A assembleia delibera e a Junta de Freguesia (presidente, secretário e tesoureiro) (...) O presidente, Sr. António João Gomes Fernandes, fala ao povo da varanda de uma das casas que dão para o larguete (...)” Guerreiro (2016: 202). Nos dias de hoje, o largo continua a ser o centro da aldeia. É também ainda o centro de partida para muitas ruas, contudo, hoje é usado também para outros fins. No largo há a presença de dois cafés onde muitos dos habitantes se encontram depois de um dia árduo de trabalho no campo e também serve como referência a muitos turistas que procuram mais informações sobre a região.

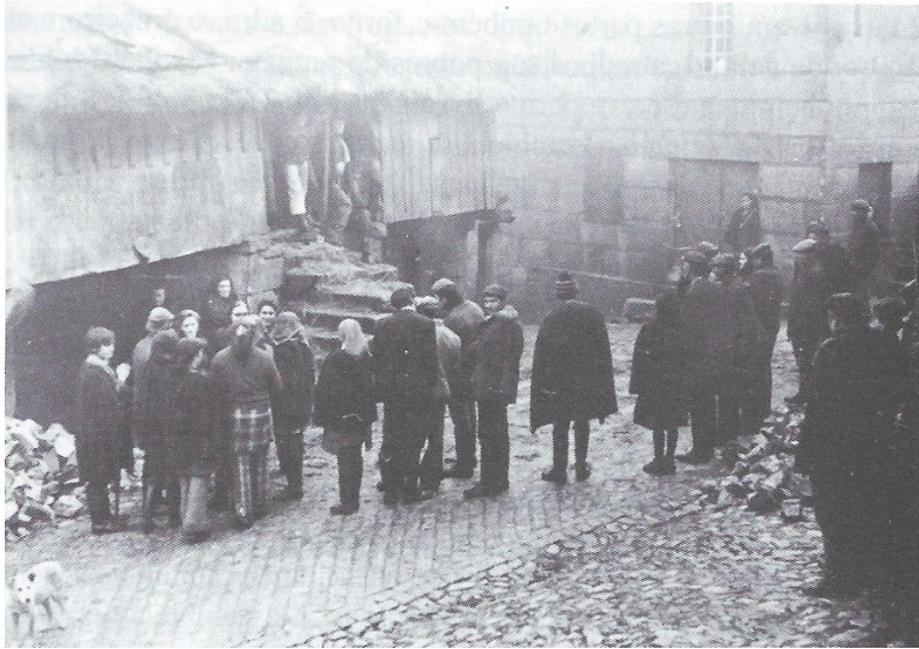


Figura 32- Eiró.

Fonte: Guerreiro (2016: 201)



Figura 33- Eiró Atualmente.

Fonte: Fotografia do Autor

No que diz respeito às habitações presentes nas figuras, é notável uma grande transformação das mesmas. O teto do edifício central (que servia e serve como sede de junta de freguesia) já não é de colmo, e é hoje completamente feito em telha. O seu revestimento foi completamente alterado, a habitação é completamente em pedra, a varanda foge aos padrões tradicionais da região. Atualmente, para além de junta de freguesia, serve também como posto de correio local, uma pequena biblioteca e uma associação de desenvolvimento da região. O pavimento da rua sofreu também grandes alterações, e beneficiaram sobretudo a circulação de veículos. Também são visíveis os postes de eletricidade e redes de comunicação que antes não estavam presentes. Relativamente à habitação ao fundo, não é possível perceber a cobertura da mesma. Contudo, devido aos materiais de construção usados, é possível especular que a cobertura seja em telha. São visíveis também alterações nas portas e janelas.

“Impressiona o lugar onde foi edificado. As ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias situam-se próximo da aldeia de Pitões das Júnias, nas margens do ribeiro de Campesino. Eremitério de montanha, aparece, talvez, no século XII, e viria a tornar-se uma abadia cisterciense dependente do mosteiro galego de Ossera. Alguns autores referem que o atual templo, de arquitetura românica, data da primeira metade do século XII. É um dos raros mosteiros antigos implantados em terras transmontanas” (Mattoso et al., 2010: 172)

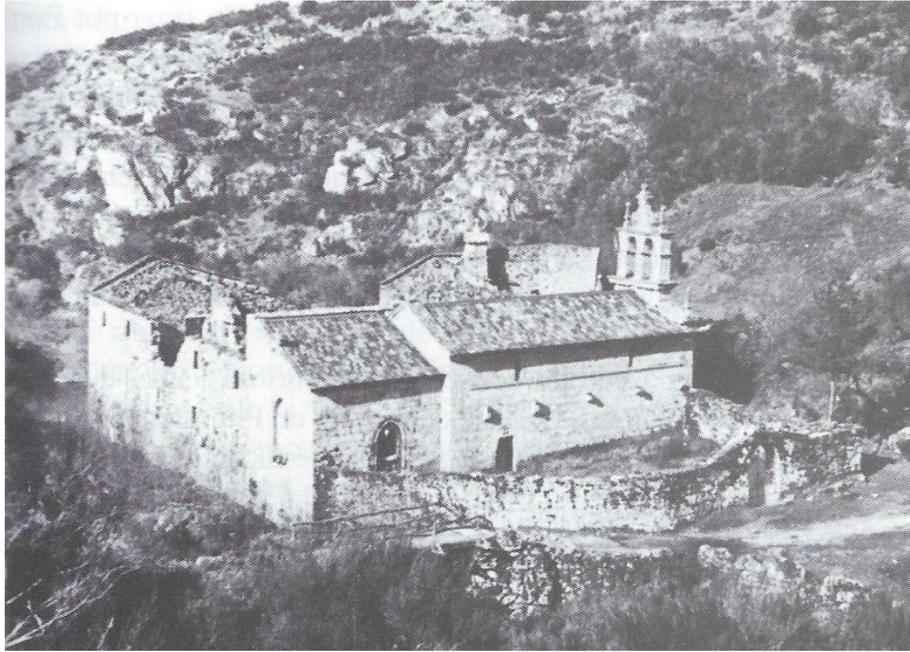


Figura 34- Mosteiro de Santa Maria de Júnias.

Fonte: Guerreiro (2016: 243).



Figura 35- Estado atual do Mosteiro de Santa Maria de Júnias.

Fonte: Fotografia do Autor

Em Pitões das Júnias encontram-se as ruínas de um mosteiro cisterciense, datado entre os séculos XII e XIII, e caracterizada pela sua arquitetura românica (Azevedo, 1993). Segundo Guerreiro (2016), do mosteiro resistiam apenas casas de residência, um

forno, três arcos do claustro (figura 37), um moinho (figura 20) e a igreja (figura 39) que ao longo do tempo veio a sofrer alterações, nomeadamente na porta principal (figura 41) e nas portas laterais (figura 43). Atualmente, comparativamente ao passado datado, há algumas mudanças no mosteiro, contudo, não são demasiado notórias. No que concerne ao espaço envolvente, nota-se um crescimento considerável da vegetação (não sendo desta forma possível no verão ver o mosteiro como um todo à distância). Nota-se também um certo cuidado na manutenção do interior. Apesar de o moinho já não ser utilizado (figura 21) para os efeitos que lhe era destinado, a ponte que dá acesso ao mesmo foi restaurada, o que pode ser considerado uma mais-valia, pois zela pela segurança da população local e turistas que por ali passam. Uma das paredes laterais do mosteiro está neste momento completamente em ruínas, ao contrário do que era há 40 anos (figura 36). Relativamente à igreja, esta continua praticamente intacta (figura 40), tendo sido apenas registadas alterações na porta de entrada (figura 42) e reabilitação do telhado (ver figura 36 e 40).



Figura 36- Parede do mosteiro em ruínas.

Fonte: Fotografia do Autor

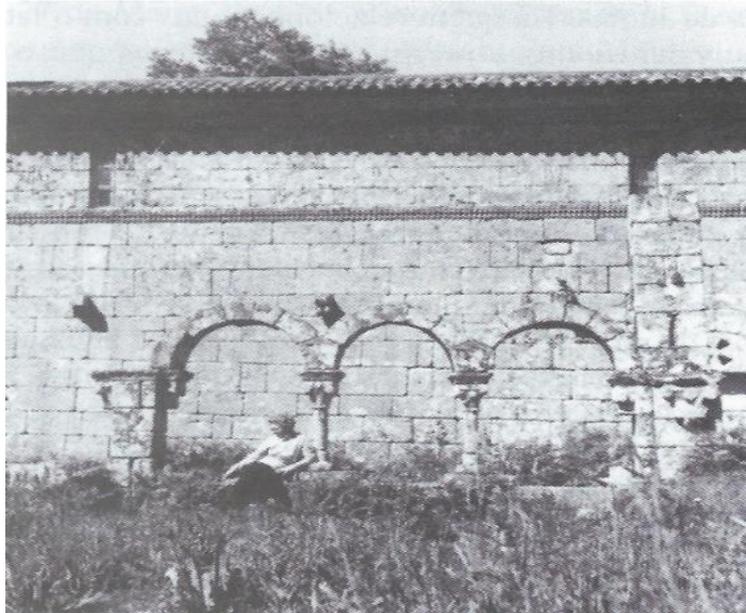


Figura 37- Arcos do Claustro no Passado.

Fonte: Guerreiro (2016: 246).



Figura 38- Estado atual dos Arcos do Claustro.

Fonte: Fotografia do Autor.



Figura 39- A Igreja do Mosteiro no Passado.

Fonte: Guerreiro (2016: 246).



Figura 40- Estado atual da Igreja do Mosteiro.

Fonte: Fotografia do Autor.

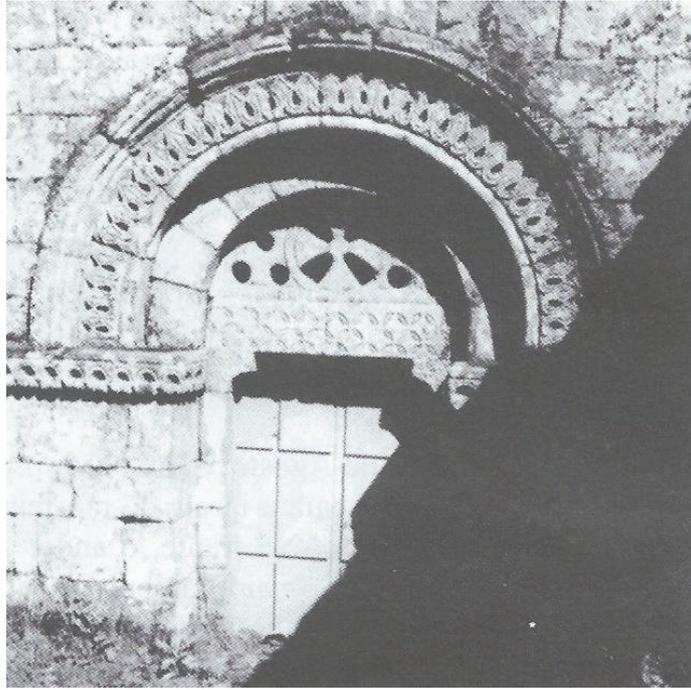


Figura 41- Porta de Entrada do Mosteiro no Passado.

Fonte: Guerreiro (2016: 247).



Figura 42- Estado atual da Porta de Entrada do Mosteiro.

Fonte: Fotografia do Autor.

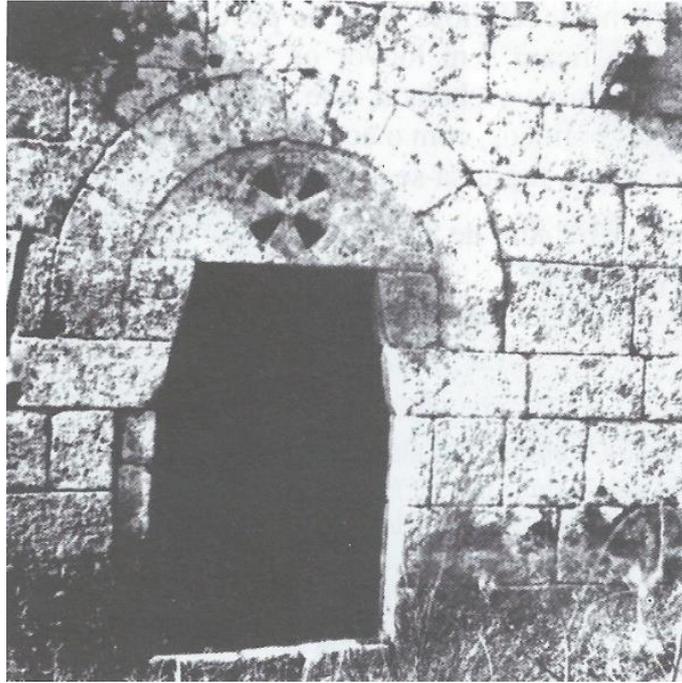


Figura 43- Porta Lateral do Mosteiro no Passado.

Fonte: Guerreiro (2016: 247)



Figura 44- Estado atual da Porta Lateral do Mosteiro de Santa Maria das Júnias.

Fonte: Fotografia do Autor.



Figura 45- Ruínas do Mosteiro.

Fonte: Guerreiro (2016: 249)

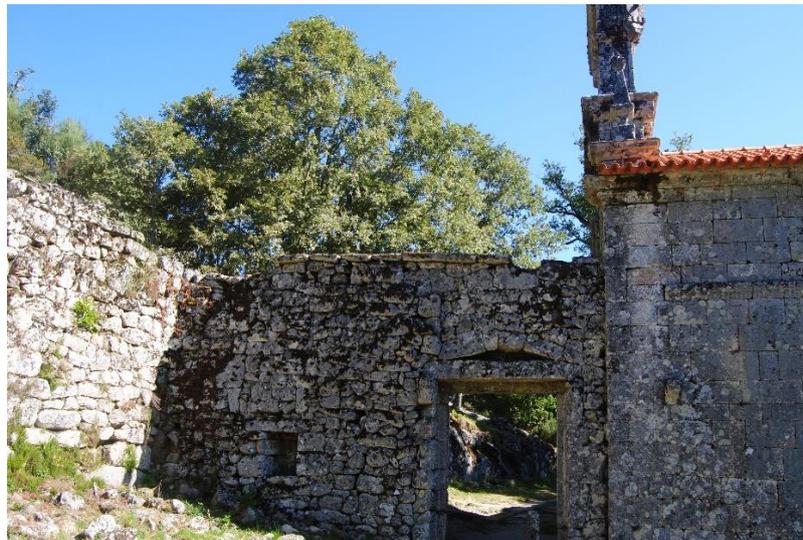


Figura 46- Ruínas do Mosteiro em 2019.

Fonte: Fotografia do Autor.

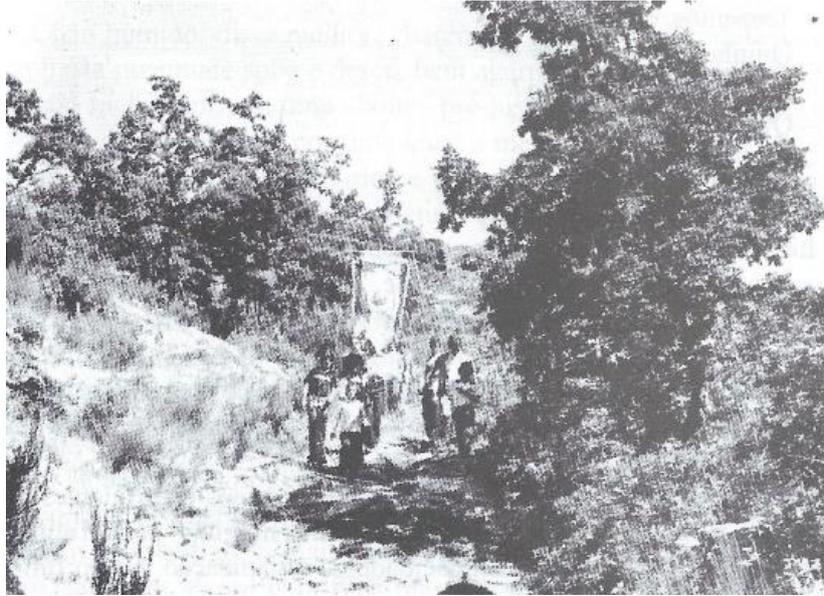


Figura 47- Caminho para o Mosteiro.

Fonte: Guerreiro (2016: 249).



Figura 48- Estado atual do Caminho para o Mosteiro.

Fonte: Fotografia do Autor.

“O percurso é de meia hora, mas, na parte final, áspero, difícil, sobre rocha viva” Guerreiro (2016: 248). O percurso para o mosteiro teve melhorias significativas (figura 48), também em consequência da procura turística, visto que o mosteiro é uma parte integrante dos Itinerários de Cister e do Percurso Pedestre de Pitões das Júnias. O acesso ao mesmo pode ser feito através de uso do automóvel até determinado lugar, sendo que o resto deve ser apenas feito a pé devido ao piso irregular como se pode verificar pela figura 48.



Figura 49- Planalto da Mourela.

Fonte: Guerreiro (2016: 8)



Figura 50- Planalto da Mourela.

O Planalto da Mourela, inserido exclusivamente no Parque Nacional Peneda-Gerês, é essencialmente caracterizado pela grande diversidade de fauna e flora que o constituem. Muito em consequência das condições climatéricas, há uma fraca predominância de campos agrícolas. Entre Pitões das Júnias e Tourém, é predominante uma paisagem de pasto cercada por muros de granito (Belo, 2012), onde a presença de garranos e de gado sem pastoreio (à solta) é muito habitual (Freund, 2014).

“o gado é a maior riqueza da terra, hoje como ontem. É esta a vocação da montanha: uma economia agro-pastoril com predomínio do pastoreio (...) Vacas, cabras e ovelhas, este o capital das serras, o foco da cultura em torno do qual a vida se move (...)” Guerreiro (2016: 75), neste período de tempo, surgiram algumas transformações nesta paisagem, apesar destas não serem visíveis nas fotografias. O planalto continua a ser usado para o mesmo tipo de atividades pela população de Pitões das Júnias. Contudo, com a evolução na atividade agrícola e aumento da procura turística foram desenvolvidos projetos e ações em prol da sustentabilidade do planalto. “É escusado dizer que os rebanhos têm de conter-se dentro dos limites da freguesia. Andam por pousios e alqueives, pouco nos restolhos e principalmente nos baldios da Mourela e do fragoso Gerês” Guerreiro (2016: 77)

Em 2009, a ADERE-PG criou um projeto com o principal intuito de desenvolver e potencializar o Planalto da Mourela e os seus sete baldios (Covelães, Outeiro, Paredes do Rio, Pitões das Júnias, Tourém, Travessos e Sezelhe) de uma forma sustentável. A condução do giestal, roça de matos, fogos controlados, pastoreio e a vedação da turfeira são medidas que visam corresponder aos objetivos deste projeto. De forma a promover o planalto e potencializar práticas pedagógicas foi criado um centro de interpretação cujo espaço se destinasse essencialmente a propagação e a interpretação do património cultural e natural do planalto, um centro de acolhimento para acolher visitantes, trilhos interpretativos para permitir aos visitantes contactar com a comunidade local e os seus costumes e também materiais de apoio à visita (guias de campo, livros, etc.) (ADERE-PG, 2011).



Figura 51- Centro de Interpretação do Planalto da Mourela.

Fonte: Fotografia do autor.

Como já foi referido, a pecuária continua a ser a principal fonte de rendimentos de grande parte da comunidade da aldeia. Como consequência do desenvolvimento industrial e económico, deu-se um aumento significativo da criação de animais e outras indústrias do sector primário. Segundo Guerreiro (2016), os suínos e vitelos eram guardados em divisões no rés-de-chão da casa, enquanto que ovelhas, cabras e vacas ficavam recolhidas no palheiro. “O excepcional rendimento que nos últimos anos provém da venda do gado tem multiplicado os palheiros-uma família chega a possuir cinco (...)” Guerreiro (2016: 44). Nesta altura já se fazia sentir a necessidade de obtenção de espaços de maiores dimensões para guardar os animais devido a um maior número de vendas de animais de gado.

Atualmente, é notória a existência de grandes armazéns que servem para garantir assim espaços com maiores dimensões e melhores condições para a criação de animais de gado. Através de imagens do *GoogleEarth*, é possível perceber a área próxima do núcleo central da aldeia, e que é ocupada por estes armazéns. A grande maioria situa-se na parte norte e estes edifícios podem ser vistos de imediato à entrada da freguesia.



Figura 52- Armazéns Presentes em Pitões das Júnias.

Fonte: GoogleEarth (maio de 2020).

Contudo, como se pode comprovar pelas fotografias, estes espaços vieram de alguma forma alterar e romper com os padrões da arquitetura rural e tradicional da região.

Em consequência das alterações paisagísticas e culturais provocadas pela presença destes grandes armazéns, foram tomadas medidas pelo PNPG que não foram ao encontro das expectativas de grande maioria dos proprietários destes espaços. Segundo Barbosa (2017), vários produtores de gado, proprietários de alguns dos armazéns foram multados pelo PNPG pelo facto destes armazéns deterem uma área superior ao que é permitido por lei. A construção destes armazéns é concebida de forma a garantir melhores condições das necessidades de trabalho destes agricultores. Este desencontro de posições tem gerado algumas tensões entre o parque e as comunidades locais.

As fotografias que se seguem foram tiradas no início do mês de setembro de 2019. Os armazéns fotografados foram escolhidos de forma aleatória. Foi tido em conta apenas a sua visibilidade.



Figura 53- Alguns dos Armazéns Presentes em Pitões das Júnias- Parte 1

Fonte: Fotografias do Autor.



Figura 54- Alguns dos Armazéns Presentes em Pitões das Júnias- Parte 2

Parte 2. Fonte: Fotografias do Autor.

Neste caso em particular, a conservação da paisagem pode ser entendida como um paradoxo. Do ponto de vista de quem aqui vive, alterações como esta são imprescindíveis, pois garantem condições dignas para quem vive da terra. De um ponto de vista externo, tanto para entidades regionais como para os turistas, estes tipos de alterações deixam algumas reticências, pois altera em demasia as estéticas da paisagem que se procura.

4.3 Universo Estatístico- Comunidade Local

A amostra englobou 16 pessoas residentes na freguesia em estudo, Pitões das Júnias. Os questionários feitos à comunidade local revelaram ter uma grande importância para o estudo. Através destes, foi possível obter um conhecimento mais alargado sobre alguns aspetos sociodemográficos e sobre quais as atividades mais importantes para a região numa perspetiva de cariz económico e qual é o papel e a importância da atividade turística. Isto não apenas no presente, mas também numa perspetiva futura.

O questionário foi entregue à comunidade na quarta deslocação à Pitões das Júnias, durante o verão, sendo este realizado no início do mês de setembro de 2019. A amostragem foi feita de uma forma aleatória, contudo, foi tida alguma atenção na escolha de diferentes grupos etários, para melhor compreender os vários pontos de vista sobre o turismo na região e outras questões pertinentes.

1- Informação Sociodemográfica

Variável	Descrição	Nº de respostas
Sexo	Masculino	9
	Feminino	7
Grupo etário	16-25 anos	2
	26-35 anos	-
	36-45 anos	2
	46-55 anos	1
	56-65 anos	6
	Mais de 65 anos	5
Nível de Escolaridade	Não frequentou	-
	Pré-Primária	-
	Ensino Primário	9
	2º e 3º Ciclo	3
	Ensino Secundário	1
Naturalidade	Ensino Superior	3
	Pitões das Júnias	13
	Outro	3

Tabela 8- Informação Sociodemográfica.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Como já referido, o questionário foi respondido por 16 habitantes locais durante o mês de setembro de 2019, sendo que 9 foram respondidos por indivíduos do sexo masculino e os restantes por 7 do sexo feminino. No que refere ao grupo etário, é possível concluir maior parte dos indivíduos inquiridos tem uma idade superior a 56 anos (cerca de 11 pessoas). Há apenas uma pessoa com idade compreendida entre os 46 e 55 anos, sendo que este grupo etário tem a mais pequena representação comparativamente aos restantes grupos etários. O grupo etário “16-25 anos” representa apenas 2 dos inquiridos, tal como o grupo etário de idades compreendidas entre os 36 e 45 anos. No que respeita as habilitações literárias, cerca de 9 inquiridos frequentaram apenas o ensino primário. Os restantes inquiridos, prosseguiram os estudos, sendo que 3 frequentaram o 2.º e 3.º ciclo, 1 o ensino secundário e os restantes 3 o ensino superior. 14 dos inquiridos são de nacionalidade Portuguesa, sendo que 13 são naturais de Pitões das Júnias e 1 de Vieira do Minho. Há também 2 inquiridos de nacionalidade francesa.

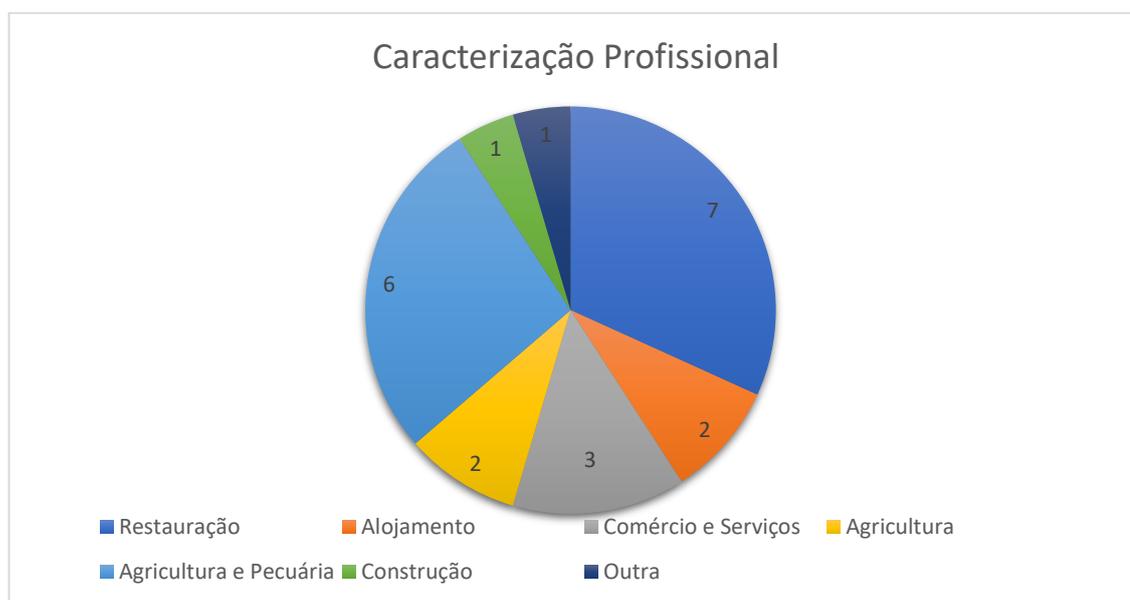


Figura 55- Caracterização Profissional dos habitantes.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

No que concerne à atividade profissional exercida pelos habitantes de Pitões das Júnias, através da figura, é possível comprovar que a agricultura e a pecuária são as atividades profissionais predominantes da região, sendo que seis dos inquiridos afirmam

trabalhar na agricultura e na pecuária e dois apenas na agricultura, contudo, é de realçar que um dos inquiridos que trabalha na agricultura e na pecuária e os dois inquiridos que trabalham apenas na agricultura já se encontram reformados, ou seja, estes três não dependem da atividade para assegurar a sua sustentação económica. Torna-se também evidente o destaque que a restauração tem na região: cerca de sete inquiridos trabalham nesta área, sendo que destes sete, cinco trabalham por conta própria, um por conta de outrem, sendo que um não especificou. Destes, cinco trabalham em restauração por conta própria, dois trabalham também em alojamentos sendo estes os proprietários dos respetivos alojamentos. Há três inquiridos que se dedicam à área do comércio, dos quais um encontra-se a trabalhar numa Padaria da região. A construção é a atividade profissional com menor representatividade, existindo apenas um inquirido a exercer neste setor. Existe também um inquirido a trabalhar na área da saúde.

Torna-se também necessário realçar que vários dos inquiridos exercem em mais que um setor de atividade. Dois dos inquiridos trabalham ambos por conta própria em alojamento e restauração, contudo, tanto um como o outro, exercem ambas as atividades no mesmo estabelecimento. Há também três inquiridos que para além da restauração, trabalham também na agricultura e na pecuária (um deles trabalha também em comércio), com a justificação de que trabalhar em restauração na aldeia (mesmo por conta própria), não é suficiente para garantir a sua própria subsistência económica.

Para além disto, os inquiridos deram o seu parecer sobre qual lhes parece ser a atividade profissional mais determinante para garantir a estabilidade económica da região. Dos 16 inquiridos, um elegeu a pecuária como a atividade primordial para a sustentabilidade económica da aldeia, nove elegeram a agricultura, seis inquiridos, para além da agricultura, elegeram também a pecuária, porém, estando esta sobreposta pela agricultura com a justificação de que se não houver agricultura, não poderá haver pecuária “Pastorícia e agricultura são, pois, no caso emergente, duas atividades complementares e de tal maneira interdependentes que não subsiste uma sem a outra, são órgãos de um mesmo corpo, constituem um todo indivisível. O gado não poderia prosperar sem o feno dos lameiros cultivados, o refugo da batata, a beterraba, os nabos, a cenoura, e nem a terra produziria com a abundância necessária à sua alimentação e à dos homens, sem adubação animal” Guerreiro (2016: 107,8).

Apesar de atividades como a restauração e alojamento estarem a ganhar cada vez mais força como é possível comprovar, a agricultura e a pecuária continuam a ser as atividades vitais de ponto de vista económico para a aldeia, tal como há 40 anos.

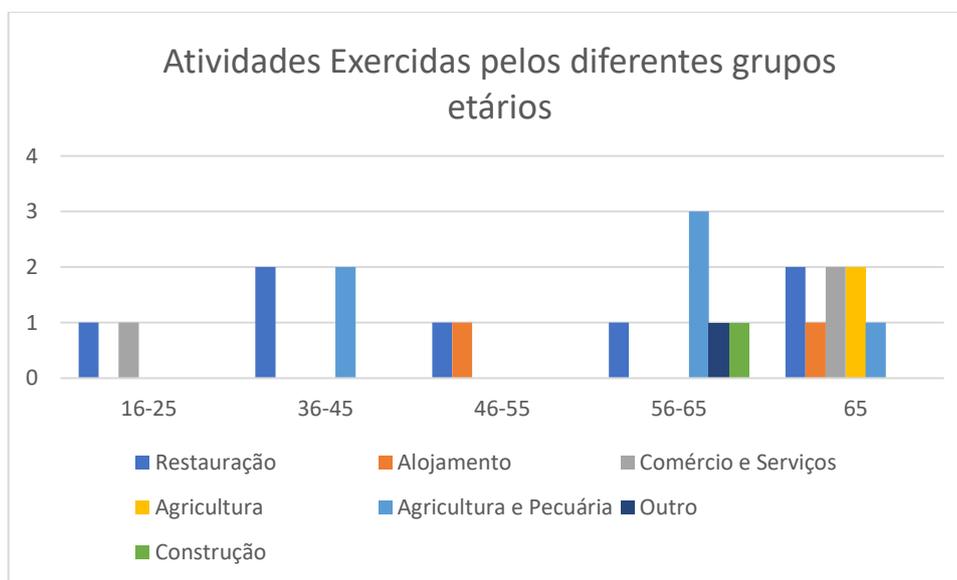


Figura 56- Atividade exercida conforme o grupo etário.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Com o que está representado no gráfico, é possível analisar de uma forma muito precisa a relação entre o grupo etário dos inquiridos e a suas atividades profissionais. Mais uma vez, é necessário salientar que há vários inquiridos com mais de uma atividade profissional, por conseguinte, estão presentes 22 respostas e não 16.

Entre os 16 e 25 anos encontram-se dois inquiridos a trabalhar na área da restauração e comércio, sendo que um destes trabalha num restaurante em que a família é proprietário e o outro trabalha numa padaria local da aldeia. Existem também dois inquiridos com idades compreendidas entre os 36 e 45 anos a trabalhar em restauração por conta própria, mas que por razões de subsistência tem também atividade na agricultura e pecuária. Entre os 45 e 55 anos há um inquirido a trabalhar em restauração e alojamento por conta própria. Os grupos etários com idades compreendidas entre os 56 e 65 anos e os que tem mais de 65 anos, é onde se regista um maior número de inquiridos. Entre os 55 e 65 anos há um inquirido a trabalhar na restauração a trabalhar por conta de outrem, há um a trabalhar na área da construção e outro em saúde. Existem também três inquiridos que se dedicam

exclusivamente a agricultura e pecuária, sendo que um destes não depende da atividade para garantir a sua subsistência, pois já se encontra reformado. Com mais de 65 anos, há dois inquiridos que se dedicam a restauração, sendo que um deles dedica-se também ao alojamento (conta própria) e o outro tem também atividade no comércio, agricultura e pecuária. No mesmo grupo etário, há também dois inquiridos que se dedicam a agricultura e a pecuária, mas apenas por lazer, que ambos já estão reformados.

2- Turismo em Pitões das Júnias

Variável	Descrição	Nº de respostas
Importância do turismo para Pitões das Júnias	Não é importante	1
	Sem opinião	1
	É importante	14
Fluxo Turístico na aldeia	Baixo	-
	Normal	6
	Demasiado	10
Mais desenvolvimento da atividade na aldeia?	Sem opinião	-
	Não	6
	Sim	10

Tabela 9- Turismo em Pitões das Júnias.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Em relação às questões relacionadas com a importância e os impactos do turismo na perspetivada comunidade local, houve um conjunto de questões que foram colocadas: “Na sua opinião, qual a importância do desenvolvimento do turismo para a aldeia?”, “Como descreve o fluxo turístico em Pitões das Júnias?”, “No futuro, seria relevante para si, ver o turismo mais desenvolvido na aldeia?”.

Relativamente à primeira questão apresentada, 14 dos inquiridos responderam que é importante a atividade turística para a região. Apenas um inquirido respondeu que não considera a atividade importante e não deu a sua opinião.

Sobre a segunda questão colocada, grande parte dos inquiridos, cerca de dez, acham que há demasiado turismo na região, e os restantes seis, acham que a quantidade de turismo que há é relativamente normal. Sobre a terceira questão, as respostas foram similares as respondidas na questão anterior, dez dos inquiridos responderam que pretendem ver a atividade mais desenvolvida na aldeia e seis responderam que não.

Por se tratar de um território rural de montanha onde grande maioria da população é de idade mais avançada onde não há uma presença significativa de jovens foi também necessário confrontar estas questões com a idade dos inquiridos, para assim ser possível ter uma melhor perceção de que grupos etários apoiam a atividade turística na região.

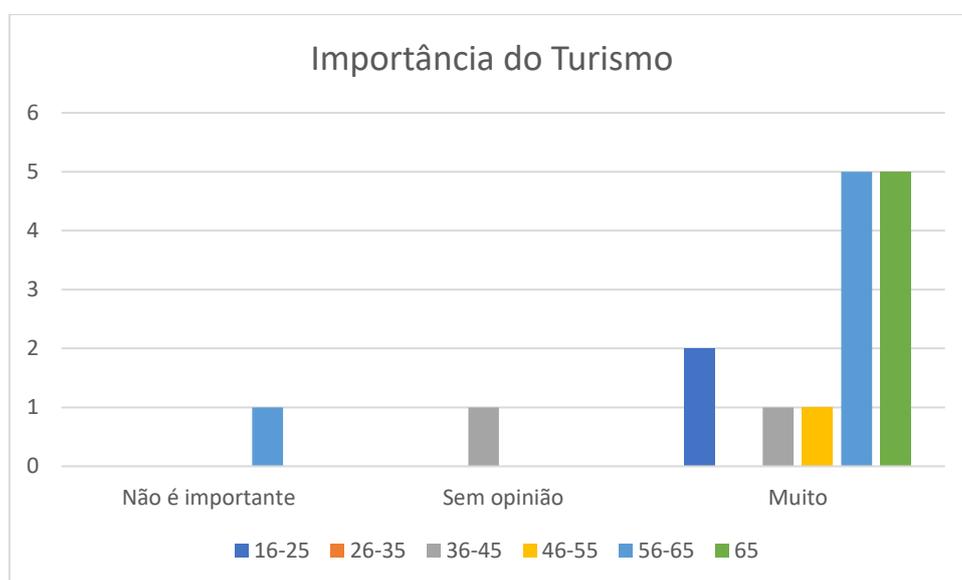


Figura 57- Importância do Turismo para a comunidade.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Como se pode constatar através do gráfico, o turismo é uma atividade importante para o desenvolvimento da região para um grande número de inquiridos de diferentes grupos etários. Apesar de a agricultura e pecuária serem as atividades primordiais da região e a fonte de subsistência de grande maioria dos inquiridos com uma idade superior a 56 anos (dez inquiridos), é notável que estes atribuem uma grande importância a atividade na região, muitos sobretudo por estarem grande parte do tempo isolados, por serem detentores de estabelecimentos de restauração e de alojamento em que os níveis de faturação estão muito dependentes da procura turística e também pelo facto de muitos produtos gastronómicos e outros produtos do comércio local serem muito cobiçados por

peças do exterior. Há apenas um inquirido, este com idade compreendida entre 56 e 65 anos que não considera o turismo importante para a região. O único inquirido do grupo etário “46-55” anos considera a atividade importante. Já os dois inquiridos com idade entre os 36 e 45 anos, um considera a atividade importante e outro não quis dar o seu parecer. Como seria expectável tendo em conta a faixa etária, os dois inquiridos com idades compreendidas entre os 16 e 25 anos consideram a atividade importante para a região.

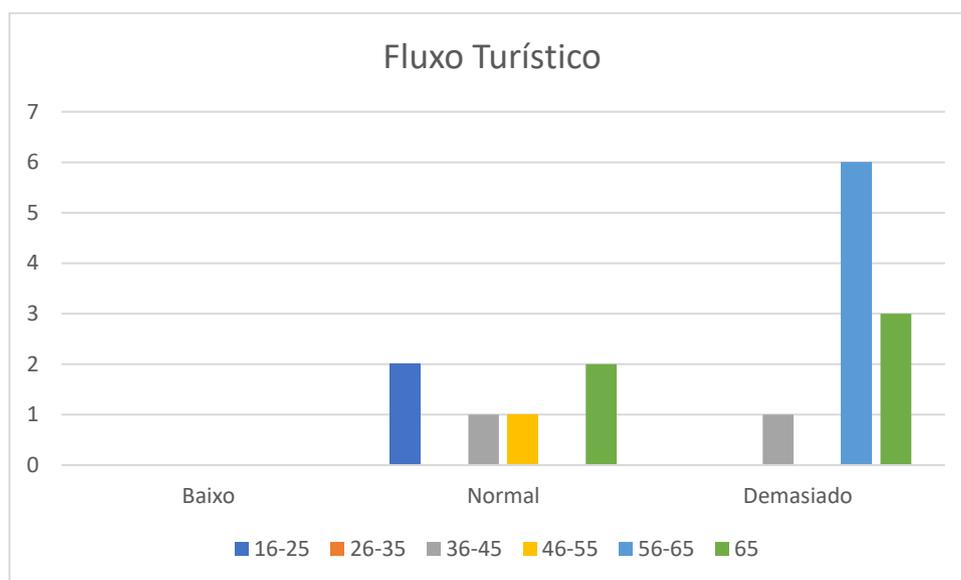


Figura 58- Quantidade de Turismo presente na aldeia.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Já no que diz respeito à quantidade de turismo em Pitões das Júnias, é notável que grande maioria dos indivíduos com mais de 56 anos (nove inquiridos) consideram que há uma presença muito grande da atividade na região. Há apenas um inquirido com mais de 65 anos que acha que a presença atual de turismo na aldeia é normal, tal como o único inquirido com idade compreendida entre os 46 e 55 anos e também um dos indivíduos do grupo etário “36-45 anos”, já o outro inquirido deste grupo etário, considera que há demasiado turismo na aldeia. Os dois inquiridos mais jovens consideram que a quantidade atual da atividade é normal. Não há nenhum inquirido de nenhum grupo etário que tivesse dito que há pouco turismo na aldeia, o que podemos nos pode levar a concluir que a atividade tem sido uma constante no decorrer do tempo.

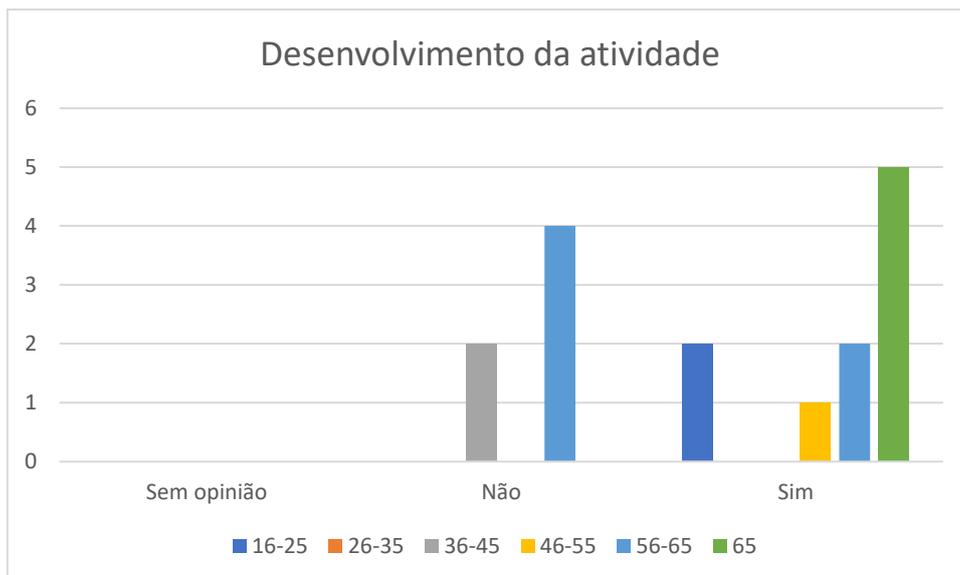


Figura 59- Opinião dos inquiridos sobre o desenvolvimento da atividade no futuro.

Fonte: Elaboração Própria com base nas respostas obtidas nos questionários.

Todos os inquiridos com mais de 65 anos e dois com idade uma idade compreendida entre os 56 e 65 anos desejam ver a atividade turística mais desenvolvida na aldeia, porém, há quatro inquiridos deste grupo de etário que não partilham da mesma opinião. Tanto os dois inquiridos mais jovens como o único inquirido com idade superior a 46 e inferior a 55 anos desejam ver a evolução da atividade na aldeia. Os dois indivíduos com idade compreendida entre os 36 e 45 anos são da opinião que não deve haver uma evolução do turismo na aldeia.

Por último, foi também feita a seguinte questão de resposta aberta “Na sua perspetiva, quais foram as mudanças mais significativas que a atividade turística causou em Pitões das Júnias?”. Para uma melhor compreensão das respostas dadas foi elaborado o quadro seguinte:

Ambientais	Económicos	Socioculturais
Maiores níveis de Poluição (lixo no planalto, ruas etc.);	Aumento dos rendimentos e melhoria da qualidade de vida da população; Criação de Emprego; Aumento da procura pelo comércio tradicional e gastronomia local;	Alguma hostilidade por parte dos turistas; Novas infraestruturas; Interação com novas culturas; Aumento dos níveis culturais;

Tabela 10- Impactes do Turismo em Pitões das Júnias.

Fonte: Elaboração Própria com base nas repostas obtidas nos questionários.

Na tabela estão representados os impactes que o turismo trouxe para a aldeia na opinião de alguns dos elementos da comunidade local.

Numa perspetiva económica, na opinião de quatro inquiridos o turismo é uma fonte de aumento e melhoria dos rendimentos dos indivíduos da comunidade local, que por consequente, se faz refletir numa melhor qualidade de vida. Nove dos inquiridos pronunciaram-se também em relação ao aumento do consumo gerado pela procura de produtos regionais e gastronomia local. A criação de postos de trabalho foi referida apenas por um dos inquiridos.

No ponto de vista sociocultural, na opinião de oito dos inquiridos o turismo é uma fonte muito positiva porque permite experienciar novas culturas e interagir com pessoas diferentes do que é habitual. É também uma fonte de aprendizagem de novos saberes, referiu um dos inquiridos.

Contudo, foi referido por dois dos inquiridos que existem vários turistas mal-educados e com atitudes oportunistas para com a comunidade. Foi também mencionado por um dos inquiridos, que devido ao crescimento da atividade turística, houve criação de novas

infraestruturas na aldeia e reabilitação (ruas, parques, etc.), contudo, um dos inquiridos demonstrou o seu descontentamento ao reportar o facto de as entidades regiões fazerem muito pelo turismo e pouco pela aldeia.

Em relação ao ambiente, dois dos inquiridos referiram somente impactes negativos: o lixo que é encontrado variadíssimas vezes nas ruas da aldeia e no Planalto da Mourela.

4.4 Diálogo Informal ou Conversas Livres

As conversas informais que fui tendo com a comunidade local e com alguns dos turistas, durante as minhas deslocações a Pitões das Júnias, permitiram-me tirar algumas conclusões sobre algumas questões que se foram levantando ao longo do decorrer da investigação. Estas incidem sobretudo na forma como o crescimento do turismo é visto pelos habitantes locais e pelos turistas, sobretudo pelos que já tinham tido oportunidade de conhecer a aldeia anteriormente. Para a comunidade local:

- i) As entidades públicas responsáveis pela gestão e planeamento da freguesia e do PNPG estão mais focadas no desenvolvimento da atividade turística do que em garantir melhores condições para a comunidade que aqui se insere;
- ii) Os turistas são causadores de grande parte do lixo que é encontrado no Planalto da Mourela e nas áreas serranas da região;
- iii) Alguns habitantes não se mostram confortáveis com o aumento de turistas na região devido ao ruído que estes são causam;
- iv) O turismo é responsável por criar postos de emprego e pelo aumento de rendimentos de muitas famílias;
- v) Melhores infraestruturas que para além de potencializarem o crescimento da atividade, permitem sobretudo melhores condições de vida aos habitantes;
- vi) A presença de outras culturas na aldeia é gratificante, pois permite o aumento de novos saberes;

Já na perspetiva dos turistas:

- i) A necessidade de querer responder ao aumento da atividade turística que se vem vindo a fazer sentir nos últimos anos, traduz-se sobretudo em mudanças no edificado e na

paisagem cultural da região, que alteram em demasia os seus padrões tradicionais e culturais;

ii) Os alojamentos turísticos presentes na aldeia apresentam características particulares seguindo os padrões tradicionais da aldeia, zelando sempre pela modernidade, qualidade e conforto;

iii) Apesar de Pitões das Júnias ser uma aldeia com um grande valor turístico, muitos dos turistas que por cá passam, fazem-no apenas por esta estar inserida no PNPG, sendo assim um local que usufruem por um período muito limitado (as vezes apenas umas horas);

Desta forma, entende-se que apesar de grande maioria dos habitantes da aldeia olharem para o turismo de uma forma positiva, pelo crescimento económico e melhores condições de vida que este proporciona, na opinião de alguns habitantes a presença da atividade na região tem mostrado também um lado menos bom, nomeadamente pela poluição ambiental e sonora que causa e também pelo facto verem as entidades responsáveis pela gestão da aldeia, mas preocupadas com o desenvolvimento do turismo mais do que propriamente com a própria comunidade. Compreende-se através do ponto de vista dos turistas que a aldeia é um ponto de referência turística do PNPG que oferece qualidade e exclusividade aos seus visitantes, derivado do seu valor cultural e tradicional. Contudo, com aumento da atividade que se tem vindo a fazer sentir no decorrer dos últimos anos, na opinião de alguns turistas, nomeadamente os que já conheciam anteriormente a aldeia, algumas das suas características e particularidades culturais tem vindo a deteriorar-se e a perder valor. Outro ponto pertinente, prende-se ao facto de que muitos turistas que ali passam, não terem Pitões das Júnias como destino ou principal ponto de referência, fazem-no apenas por estar inserido no Parque Nacional Peneda-Gerês, sendo este o seu principal destino, o que muitas das vezes acaba por não se traduzir em nenhum tipo de benefício para a região e a sua comunidade.

4.5 Síntese Conclusiva

O capítulo que agora se encerra culminou nos resultados da componente empírica da investigação aqui concebida, possibilitando desta forma qualificar e quantificar as transformações decorridas na paisagem da freguesia de Pitões das Júnias e compreender em que medida é que o turismo interferiu nessas mesmas transformações.

Os dados obtidos através dos questionários entregues à comunidade local permitiram reter uma compreensão mais profunda sobre de que forma esta sociedade aqui inserida considera e crê na atividade turística e no seu crescimento. Mesmo que o turismo aumente consideravelmente em Pitões das Júnias e que os habitantes equacionem envergar na atividade, a agropecuária será sempre a atividade determinante para a subsistência de toda a região. Importa também reter que os inquiridos consideraram a agropecuária a atividade mais importante para o desenvolvimento económico da região.

Apesar de grande maioria dos inquiridos apoiar o desenvolvimento da atividade na região, apenas os mais novos mostraram interesse em num futuro próximo exercer atividade profissional na área. Em contrapartida, alguns dos inquiridos mostram-se reticentes sobre o aumento do turismo na região, mostrando a sua satisfação com a dimensão atual. Apesar de alguns dos inquiridos terem demonstrado um cerco descontentamento com as práticas de alguns visitantes, todos se mostrarem bastante recetivos em relação ao turismo na região.

O levantamento fotográfico foi basilar para uma absorção mais clara de quais os agentes responsáveis pelas alterações da paisagem. Apesar de a densidade populacional ter sofrido um decréscimo considerável, entre a década de 70, década em que a monografia foi iniciada e o ano 2011, o número total de registou um crescimento de cerca de 55%, o que se traduz num aumento de 116 alojamentos. Este crescimento surge de forma a responder às necessidades e ao bem-estar da comunidade. A construção, modernização e reabilitação de habitações é uma forma de garantir melhores condições de vida da população e o seu bem-estar individual. Este crescimento é também forma de responder às necessidades de lazer de muitos emigrantes, que durante as férias ou pequenas estadias na aldeia, procuram desta forma também mais conforto e alguns destes usam a habitação como alojamento de turismo de rural. É também visível a construção e reabilitação de edifícios com o único propósito da atividade turística: tanto alojamento como restauração. Contudo, devido ao número de edifícios que serve este propósito, não se pode considerar que o turismo altere de forma significava a paisagem de Pitões das Júnias. A construção de um elevado número de armazéns que surge em consequência da evolução das práticas agrícolas da comunidade e do crescimento de número de animais, impulsionou transformações consideráveis na paisagem cultural e nos modos de vida da comunidade. O espaço público, nomeadamente, vias de comunicação sofreu também

bastantes alterações. Alguns espaços e edifícios que anteriormente serviam para a prática de atividades tradicionais da comunidade e que já não estão em funcionamento, hoje servem como espaços de atividades recreativas e turísticas, com o principal objetivo de promover e valorizar de uma forma sustentável e pedagógica as práticas tradicionais da comunidade.

Tornou-se deste modo evidente que o bem-estar pessoal é determinante para que estas alterações ocorram: o desejo de melhores condições de vida, de mais conforto e modernização são fatores que hoje os habitantes levam em grande consideração, o que posteriormente se traduz numa transformação do edificado da região e dos modos de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação visou analisar os impactes e transformações consequentes da atividade turística, ocorridos na paisagem, num território de montanha, mais especificamente na aldeia de Pitões das Júnias.

Em primeira instância, é necessário referir que as conclusões fundamentais desta dissertação foram elaboradas ao longo de toda a investigação, estando as mesmas presentes no final de cada capítulo, de modo que este capítulo servirá apenas para reter algumas breves reflexões de cada um dos capítulos.

Nos primeiros dois capítulos desta dissertação, procurei sobretudo aprofundar os principais conceitos teóricos que posteriormente serviram de sustentação para elaboração da parte empírica. Deste modo, dediquei o primeiro capítulo a debater a evolução recente da geografia cultural, que desde o pós-guerra tem vindo a sofrer grandes mudanças na sua teorização. O conceito de paisagem, tema central desta investigação e uma das principais temáticas da geografia cultural e humana, foi também analisada neste capítulo. A sua compreensão mostrou-se bastante efetiva, servindo assim para uma análise detalhada do território em estudo. A representação da paisagem na fotografia e a sua importância metodológica foram temas também bastante debatidos neste capítulo. A fotografia ganhou uma grande notabilidade na geografia a partir do século XX, servindo de auxílio ao trabalho científico e como instrumento de análise aos geógrafos, devido a sua observação rigorosa e detalhada. Em Portugal, o uso da fotografia como instrumento de apoio de trabalho, é inegável no trabalho científico e geográfico do mais prestigiado geógrafo, Orlando Ribeiro, que posteriormente iria servir de inspiração no trabalho de outros vários geógrafos, cientistas sociais e outros ligados as artes visuais, como é o caso do fotógrafo Duarte Belo. Nesta dissertação, é demonstrada a importância desta componente para a progressão de todo o trabalho empírico.

No segundo capítulo, através de uma extensa análise bibliográfica, foi possível compreender, ainda que de forma sucinta, a importância dos territórios de montanha. Foi possível concluir que este tipo de território não se manifesta apenas pela sua composição geomorfológica e topográfica. A relação entre o ser-humano e o ambiente, expressa-se através de uma imensa multiplicidade de elementos culturais e sociais, o que torna este tipo de território tão fascinante e admirável. Como foi possível constatar, estes elementos

acabam por despertar um elevado interesse para a prática de uma ampla diversidade de atividade, entre elas, o turismo. Deste modo, torna-se imprescindível desenhar políticas públicas sustentáveis, que permitam assegurar o desenvolvimento e crescimento da atividade turística neste tipo de territórios, de forma a assegurar um equilíbrio dos valores económicos, sociais e culturais do território e da população que o habita.

O terceiro capítulo retrata os aspetos sociodemográficos e económicos do território em estudo. Fiz também um breve enquadramento do Parque Nacional Peneda-Gerês e de uma forma mais aprofundada apresentei o território em estudo, o que me permitiu depreender de forma mais precisa a geografia deste território e todas as suas peculiaridades. Esta aldeia da região do Barroso, inserida no Parque Nacional Peneda-Gerês, muito devido aos seus valores naturais e culturais, é uma das aldeias do norte do país mais procuradas pelos turistas, tanto nacionais como internacionais. Apesar de nos últimos anos ter registado um aumento considerável da procura turística, torna-se cada vez mais notório o declínio populacional e a pequena proporção de jovens. Isto é sobretudo resultante do êxodo rural, que se tornou mais notório a partir da década de 1960 e que se continua a fazer notar de forma exponencial até aos dias de hoje. No que diz respeito a economia da região, os dados mostram-se evidentes apesar de a evolução da atividade turística ser notória nos últimos anos, o setor primário, neste caso, a agropecuária, continua a ser o setor que regista mais profissionais e representa 56% de todos os indivíduos em atividade, como já referido anteriormente. É também evidente a resposta que a população tem dado ao crescimento da atividade na região, o que se traduz no aumento de empreendimentos turísticos, especialmente de restauração e alojamento local.

O quarto capítulo é referente à parte empírica da investigação. Aqui foi possível perceber as transformações ocorridas na paisagem de Pitões das Júnias e entender de que forma os impactes do turismo se mostram significativos na mesma. Metodologicamente, através da fotografia, instrumento central para esta dissertação, foi possível depreender, de uma forma bastante clara, as principais alterações verificadas na paisagem da região, especialmente no seu edificado. Foi possível averiguar o aumento considerável no número de edifícios, em particular, de habitações e armazéns, tanto como a sua reabilitação. Contudo, o número de edifícios que serve exclusivamente para fazer face à procura turística não é suficiente para considerar que a atividade seja impactante na

paisagem e no edificado deste território, o que me leva também a concluir que a construção e reabilitação das habitações da comunidade local que resultam como forma de responder as suas necessidades, bem-estar individual e melhores condições de vida, é de facto o fator incontestável na transformação da paisagem de Pitões das Júnias.

A segunda parte do quarto capítulo diz respeito ao universo estatístico. Os questionários feitos à comunidade local tiveram também uma grande importância na obtenção de respostas mais conclusivas. Apesar da comunidade se mostrar recetiva ao aumento do turismo na região, é perceptível e evidente que a agropecuária é a atividade mais importante para a subsistência de toda a comunidade e que apesar da comunidade apoiar a continuidade do seu crescimento, apenas os mais jovens mostram interesse em futuramente desempenharem a atividade. É também necessário referir que a grande maioria dos habitantes que iniciaram a sua atividade no setor do turismo, fazem-no se forma secundária, continuando a agropecuária a ser a principal atividade. A agropecuária continua a ser o motor de desenvolvimento económico e sociocultural da região.

Em síntese, torna-se deste modo irrefutável a existência de significativas transformações ocorridas na paisagem face aquelas que podemos encontrar na primeira publicação da obra “Pitões das Júnias- Esboço de Monografia Etnográfica” de Manuel Viegas Guerreiro de 1981. Apesar de a atividade turística ser uma atividade em ascensão neste território, a mesma não se mostra responsável por transformações significativas ocorridas na paisagem. As transformações aqui ocorridas resultam essencialmente da procura da comunidade local por melhores condições de vida, conforto, bem-estar pessoal e modernização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, C., Rodrigues, O., Azevedo, J., Domingos, T. (2009). Montanha. In: Pereira, H, M., Domingos, T., Vicente, L., Proença, V. (eds). *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Escolar Editora. Pp. 295- 340.
- Almeida, A, D., Belo, D. (2007). *Portugal Património: Guia- inventário*. Vila Real, Bragança. Vol.2. Porto: Círculo de Leitores.
- Almeida, I, C, S., Ribeiro, H, C., Santos, E, O. (2016). Domestic Medical Tourism: A New Look on Patients of the Public Health System and Their Companions. In: Katsoni, V., Stratigea, A. (Eds). *Tourism and Culture in the age of Innovation. Second Internatcional, Conference IACuDiT, Athens 2015*. Pp. 207-218.
- Álvares, F (2006). Espécies emblemáticas & Desenvolvimento Rural: O Potencial do Lobo-Ibérico e da sua identidade na cultura Popular. *Actas das Jornadas sobre “Jornadas de Debate sobre Biodiversidade e Mundo Rural: Perspetivas e Estratégias de Conservação da Fauna Selvagem”*. Associação ALDEIA/NEBUP.
- Alves, T. (2001). Paisagem- Em Busca do Lugar Perdido. *Finisterra*. Vol.36. No.72. pp.67-74.
- Amaral, I. (2001). Acerca de «Paisagem»: Apontamentos para um Debate. *Finisterra*. Vol.36. No.72. pp.75-81.
- Anderson, B., Harrison, P. (2010). The Promise of Non-Representational Theories. In: Anderson, B., Harrison, P. (Eds). *Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography*. Farnham: Ashgate. Pp.1-36.
- Anderson, J. (2009). *Understanding Cultural Geography- Places and Traces*. London/ New York: Routledge.
- Anderson, K., Domosh, M., Pile, S., Thrift, N. (2003). A Rough Guide. In: Anderson, K., Domosh, M., Pile, S., Thrift, N. *Handbook of Cultural Geography*. London/ Thousand Oaks/ New Delhi: SAGE Publications. Pp. 1-36.
- Atkinson, D., Jackson, P., Sibley, D., Washbourne, N. (2005). Editor’s Preface: On Cultural and Critical Geographies. In: Atkinson, D., Jackson, P., Sibley, D., Washbourne, N. (Eds). *Cultural Geography- A Critical Dictionary of Key Concepts*. London/ New York: I.B. TAURIS. Pp. Vii- Xviii.
- Azevedo, A, F. (2006). Desgeografização do corpo. Uma política de Lugar. In: Azevedo, A, F., Pimenta, J, R., Sarmiento, J. (Eds). *Geografias do Corpo- Ensaios de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas. Pp.31-80.

- Azevedo, A, F. (2007). *Geografia e Cinema: Representações Culturais de Espaço e Lugar e Paisagem na Cinematografia Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Guimarães: Universidade do Minho.
- Azevedo, A, F., Pimenta, J, R. (2006). Geografia Cultural circa 2000 d.C. In. Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, R. (Eds). *Ensaaios de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas. Pp. 1-19.
- Azevedo, J, C. (1993). *Portugal Monumental Inventário Ilustrado: Trás-os-Montes e Alto Douro*. Algés: Nova Gesta
- Barreto, A. (2017). *Anatomia de uma Revolução: A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976*. (2ªed). Lisboa: Dom Quixote.
- Batta, R, N. (2000). *Tourism & The Environment: A Quest for Sustainability- With special reference to Developing Countries, and Policy Analysis on Himachal Pradesh*. New Delhi: Indus Publishing Company
- Baud, P., Bourget, S., Bras, C. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Belo, D. (2003). A Representação da Paisagem pela Fotografia. *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*. I série, vol. XIX. Pp.159-162.
- Belo, D. (2012). *Portugal Luz e Sombra- O País depois de Orlando Ribeiro*. Porto: Temas e Debates/ Círculo de Leitores
- Belo, D. (2015). Tinta e Pó. Fotografias em Viagem. *Finisterra*, L, 100. Pp. 41-54.
- Beniston, M. (2003). Climatic change in mountain regions: a review of possible impacts. *Climatic Change*, 59. Pp. 5-31.
- Berg, E, V. (2017). Cabriolas ibéricas. *National Geographic*, Vol.40, Nº1. Pp. 64-81.
- Berque, A. (2013). *Thinking Through Landscape*. Oxon/ New York: Routledge.
- Bosak, K. (2015). Tourism, Development, and Sustainability. In. McCool, S, F., Bosak, K. (Eds). *Reframing Sustainable Tourism*. New York/ London: Springer. Pp.33-44.
- Bosak, K., McCool, S, F. (2019). A research agenda for sustainable tourism: ideas worth pursuing. In. McCool, S, F., Bosak, K. (eds). *A Research Agenda for Sustainable Tourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. Pp. 239-246.
- Boyd, C, P. (2017). *Non-Representational Geographies of Therapeutic Art Making- Thinking Through Practice*. Cham: Palgrave Macmillan.

- Bramwell, B., Lane, B. (2012). Introduction: Critical research on the governance of tourism and sustainability. In. Bramwell, B., Lane, B. (eds). *Tourism Governance: Critical Perspectives on Governance and Sustainability*. Oxon/New York: Routledge. 1-11.
- Bramwell, B., Sharman, A. (2000). Approaches to sustainable tourism planning and community participation: the case of the Hope Valley. In. Richards, G., Hall, D. (eds). *Tourism and Sustainable Community Development*. London/ New York: Routledge. Pp. 17-35.
- Brito, R, S., Julião, R, P., Fernandes, J, N. (2005). *Atlas de Portugal*. Lisboa: Instituto Geográfico Português.
- Buckley, R, C., Pickering, C, M., Warnken, J. (2000). Environmental Management for Alpine Tourism and Resorts in Australia. In. Godde, P, M., Price, M, F., Zimmermann, F, M. (eds). *Tourism and Development in Mountain Regions*. Oxon/ New York: CABI Publishing. Pp. 27-45.
- Cauquelin, A. (2015). *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70.
- Claval, P. (1987a). *Geografia do Homem- Cultura, Economia, Sociedade*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Claval, P. (1987b). *A Nova Geografia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Claval, P. (1995). *La Géographie Culturelle*. Paris: Nathan.
- Claval, P. (2007). *A Geografia Cultural*. 3ª. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Claval, P. (2011). Geografia Cultural: Um Balanço. *Revista Geografia (Londrina)*, v. 20, n. 3. Pp. 5-24.
- Claval, P. (2014). *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70.
- Cochrane, J. (2000). The Role of the Community in Relation to the Tourism Industry: A Case Study from Mount Bromo, East Java, Indonesia. In. Godde, P, M., Price, M, F., Zimmermann, F, M. (eds). *Tourism and Development in Mountain Regions*. Oxon/ New York: CABI Publishing. Pp. 199-220.
- Cosgrove, D. (1983). Towards A Radical Cultural Geography: Problems of Theory. *ANTIPODE- A Radical Journal of Geography*. Vol.15. No.1. pp.1-11.
- Cosgrove, D. (1984). *Social Formation and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm

- Cosgrove, D. (1989). Geography is Everywhere: Culture and Symbolism in Human Landscapes. In. Gregory, D., Walford, R. (Eds). *Horizons in Human Geography*. Totowa/New Jersey: Barnes & Noble Books. Pp.118-135.
- Cosgrove, D. (1996). Ideas and Culture: A Response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol.21. No.3. pp. 574-575.
- Cosgrove, D. (2003). Landscape and the European Sense of Sight- Eyeing Nature. In. Anderdon, K., Domosh, M., Pile, S., Thrift, N. (Eds). *Handbook of Cultural Geography*. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE Publications Ltd. Pp.249- 268.
- Cosgrove, D. (2009). Iconography. In. Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M, J., Whatmore, S. (Eds). *The Dictionary of Human Geography*. (5^aed). Oxford: Blackwell Publishing. pp. 363.
- Cosgrove, D., Daniels, S. (1988). Introduction: Iconography and Landscape. In. Cosgrove, D., Daniels, S. (Eds). *The Iconography of Landscape- Essays on the Symbolic Representation, Design and use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp.1-10.
- Cosgrove, D., Jackson, P. (1987). New Directions in Cultural Geography. *Area*. Vol.19, No.2. pp.95-101.
- Costa, G, F. (2015). *Plano de Monitorização do Lobo: Parque Eólico da Serra do Barroso III, Reforço de Potência. Relatório Anual-Ano I*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Crang, M. (2009). Cultural Geography. In. Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M., Whatmore, S. (Eds). *The Dictionary of Human Geography*. (5^oed). Pp.129-133.
- Cresswell, T. (2010). New Cultural Geography- An Unfinished Project? *Cultural Geographies*. Vol.17, No.2. pp.169-174.
- Cresswell, T. (2012). Review Essay- Nonrepresentational Theory and me: Notes of an Interested Sceptic. *Environment and Planning D: Society and Space*. Vol.30. pp.96-105.
- Cresswell, T. (2013). *Geographic Thought- A Critical Introduction*. Oxford/ Malden: Wiley-Blackwell
- Cunha, L. (2003). A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local. In. Caetano, L. (coord.). *Territórios, Ambiente, e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos. Pp- 175- 191
- Cunha, L. (2012). The Definition and Scope of Tourism: A Necessary Inquiry. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*. N. °5. pp. 91-114

- Cunha, L., Abrantes, A. (2019). *Introdução ao Turismo*. (6.^a ed). Lisboa: Lidel
- Daniels, S. (2004). Landscape and Art. In. Duncan, J, S., Johnson, N, C., Schein, R, H. (Eds). *A Companion do Cultural Geography*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell Publishing. Pp.430- 446
- Daveau, S. (1990). *O ambiente geográfico natural*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- Daveau, S. (1991a). Comentários e Atualização. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal IV- A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp. 1193- 1228.
- Daveau, S. (1991b). Comentários e Atualização. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal IV- A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.1133- 1154.
- Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- Daveau, S. (2016). Passado, Presente e Futuro das Serras do Norte de Portugal: Duas Análises Geográficas. *Finisterra*, 101. Pp.133-136.
- Debarbieux, B. (2001). La Montagne: un objet géographique? In. Veyret, Y. (Ed.). *Les montagnes: discours et enjeux géographiques*. Paris: SEDES. Pp. 6-27.
- Debarbieux, B., Oiry Varacca, M., Rudaz, G., Maselli, D., Kohler, T., Jurek, M. (2014). *Tourism in Mountain Regions: Hopes, Fears, and Realities*. Sustainable Mountain Development Series. Geneva: UNIGE, CDE, SDC
- Demangeot, J. (2000). *Os meios “naturais” do Globo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Dionísio, S. (1987). *Guia de Portugal V- Trás-os-Montes e Alto-Douro I- Vila Real, Chaves e Barroso*. (2.^a ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Driver, F. (2003). On Geography as a Visual Discipline. *Antipode- A Radical Journal of Geography*. Vol. 35 (2). Pp. 227-331.
- Duncan, J, S. (1980). The Superorganic in American Cultural Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol.70. No. 2. Pp.181-198.
- Duncan, J., Johnson, N., Schein, R. (2004). Introduction. In. Duncan, J., Johnson, N. Schein, R. (Eds). *A Companion to Cultural Geography*. Oxford: Blackwell Publishing. Pp. 1-8.

- Duncan, J., Ley, D. (1993). Introduction: Representing the Place of Culture. In. Duncan, J., Ley, D. (Eds). *Place/ Culture/ Representation*. Oxon/ New York: Routledge. Pp. 1-24.
- Duncan, N., Legg, S. (2004). Social Class. In. Duncan, J, S., Johnson, N, C., Schein, R, H. *A Companion to Cultural Geography*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell Publishing. Pp. 250- 264.
- Edgell, D, L. (2006). *Managing Sustainable Tourism: A Legacy for the future*. Binghamton: The Haworth Hospitality Press, Inc.
- Espada, D. (2008). Mosteiro de Santa Maria das Júnias. *Revista Medievalista*. N.4. pp.1-29.
- FAO. (2005). *Mountain tourism: Making it work for the poor*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO. (2011). *Why Invest in Sustainable Mountain Development?*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO. (2019). *Mountain Agriculture: Opportunities for harnessing Zero Hunger in Asia*. Bangkok: Food and Agriculture Organization.
- Fernandes, J, M., Abreu, M. (1994). *Serras de Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Fernandes, M, M. (2016). Os Inqueritos [À Fotografia e ao Território]: Um Retrato Múltiplo do Território Português [Do Séc. XIX até ao Presente]. *Finisterra*, 103. Pp.113-115.
- Ferreira, A, B. (1983). Problemas da evolução geomorfológica quaternária do Noroeste de Portugal. *Cuadernos do Laboratório Xeolóxico de Laxe*, 5. Pp. 311-330.
- Fletcher, J. (2005). The Social-cultural Impacts of Tourism. In. Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., Wanhill, S. (Eds). *Tourism- Principles and Practice*. (3^aed). London: Pearson Education. Pp.224-257.
- Freund, B. (2014). Langfristige Effekte der Arbeitsmigration in der südeuropäischen Peripherie: das Beispiel Barroso/Nordportugal. *Daten, Fakten, Literatur zur Géographie Europas*, 12. Leipzig : Leibniz- Institut für Länderkunde e.V.
- Freund, B. (2016). Barroso Revisited: Long-Term Consequences of Emigration on Mountain Landscape in Northern Portugal. In. Roca, Z., Claval, P., Agnew, J. (Eds). *Landscapes, Identities and Development*. (2^a ed). Oxon/ New York: Routledge. Pp.207-226.

Gaspar, J. (2001). O Retorno da Paisagem à Geografia- Apontamentos místicos. *Finisterra*, XXXVI, 72. Pp.83-99.

Godde, P, M., Price, M, F., Zimmermann, F, M. (2000). Tourism and Development in Mountain Regions: Moving Forward into the New Millennium. In. Godde, P, M., Price, M, F., Zimmermann, F, M. (Eds). *Tourism and Development in Mountain Regions*. Oxon/New York: CABI Publishing. Pp.1-26.

Gross, S., Klemmer, L. (2014). *Introduction to Tourism Transport*. Oxon/ Boston: CABI.

Guerreiro, M, V. (2016). *Pitões das Júnias- Esboço de Monografia Etnográfica*. (3ª ed). Lisboa: Edições Colibri/ Freguesia Pitões das Júnias.

Hall, C, M., Lew, A, A. (2009). *Understanding and Managing Tourism Impacts- An Integrated Approach*. Oxon: Routledge

Henriques, E, B. (2007). Lugares e Patrimónios. In. Simões, J, M. (Ed). *Portugal- Olhares da Geografia*. Mirandela: João Azevedo Editor. Pp. 55-102.

Henriques, P, C. (1990). *Parques e Reservas Naturais de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Herbert, D, T. (1995). Heritage Places, Leisure and Tourism. In. Herbert, D. (Ed). *Heritage, Tourism and Society*. London: Pinter. Pp. 1-20.

Honey, M., Gilpin, R. (2009). *Tourism in the Developing World- Promoting Peace and Reducing Poverty*. Washington: United States Institute of Peace.

Honrado, J. (2003). *Flora e Vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

ICNF. (2013). *Parque Nacional Peneda-Gerês*. Lisboa: ICNF/PNPG

INE. (1973). *11º Recenseamento da População 1970- Continente e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: INE

INE. (1983). *Recenseamentos da População e Habitação 1981- Distrito Vila Real*. Lisboa: INE

INE. (1993). *Censos 1991- Resultados Definitivos- Região Norte*. Lisboa: INE

INE. (2002). *Censos 2001- Resultados Definitivos Norte*. Lisboa: INE.

INE. (2012a). *Censos 2011- Resultados Definitivos Norte*. Lisboa: INE.

Jackson, P. (1996). The Idea of Culture: A Response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol.21. N.3. pp.572-573.

- Jackson, P. (1989). *Maps of Meaning- An Introduction to Cultural Geography*. London/ New York: Routledge.
- Jones, O. (2011). Geography, Memory and Non-Representational Geographies. *Geography Compass*. Vol.5. No.12. pp.875-885.
- Jorge, S. O. (1999). *Domesticar a terra: as primeiras comunidades agrárias em território português*. Porto: Gradiva.
- Kirsch, S. (2012). Cultural Geography I: Materialist Turns. *Progress in Human Geography*. Vol.37, N.3. pp. 433-441.
- Krakauer, J. (2011). *Eiger Dreams*. (4^aed). London: Pan Books.
- Lacoste, Y. (2005). *Dicionário de Geografia- Da Geopolítica às Paisagens*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Lautensach, H. (1989a). Geografia da População. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal Volume III- O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.705- 730,
- Lautensach, H. (1989b). Povoamento, Nomes de Lugar e Circulação. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal Volume III- O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.829- 856.
- Lautensach, H. (1991). A Criação de Gado. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal IV- A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.981-988.
- Lévy, J. (2015). Qual o sentido da Geografia Cultural? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. N. 61. Pp. 19-38.
- Linehan, D., Sarmiento, J. (2006). A Transformação da Paisagem Irlandesa: o Fim da Geografia? In. Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, R. (Eds). *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas. Pp. 115-134.
- Lorimer, H. (2005). Cultural Geography: The Busyness of Being ‘More-Than-Representational’. *Progress in Human Geography*. Vol.29. N.1. pp.83-94.
- Lousada, M, A. (2007). Gentes e Vivências. In. Simões, J, M. (Ed). *Portugal- Olhares da Geografia*. Mirandela: João Azevedo Editor. Pp.103- 156.
- Macedo, G, F, B., Tiago, M, H, L, A. (1985). *Flores do Parque Nacional*. Braga: PNPG.
- Malviya, S. (2005). *Tourism: Leisure and Recreation- Tourism, Environment and the Society*. Delhi: Isha Books.

Mattoso, J., Daveau, S., Belo, D. (2010). *Portugal O Sabor da Terra- Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*. (2.^aed). Porto: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.

McDowell, L. (1994). The Transformation of Cultural Geography. In. Gregory, D., Martin, R., Smith, G. (Eds). *Human Geography Society, Space, and Social Science*. London: Macmillan. Pp.146-173.

Medeiros, C, A. (1978). *Portugal- Esboço Breve da Geografia Humana*. Lisboa: Terra Livre.

Mitchell, D. (1995). There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol.20. N.1. pp.102-116.

Mitchell, D. (2005). Landscape. In. Atkinson, D., Jackson, D., Sibley, D. (Eds). *Cultural Geography- A Critical Dictionary of Key Concepts*. London/ New York: I.B. TAURIS. Pp.49- 56.

Moreno, M, A, D., Gonçalves, G. (2014). Susceptibilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Vez ao Risco de Cheia. In. Lourenço, L. (Ed). *Multidimensão e Territórios de Risco. III Congresso Internacional I Simpósio Ibero-Americano VIII Encontro Nacional de Riscos*. Coimbra: Riscos- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. 321-325.

Morin, J, F., Orsini, A., Jinnah, S. (2020). *Global Environmental Politics*. Oxford: Oxford University Press.

Mountain Agenda (1999). *Mountain of the world: Tourism and sustainable mountain development*. Berne: Mountain Agenda.

Muir, R. (1998). Geography and the History of Landscape: Half a Century of Development as Recorded in the Geographic Journal. *The Geographical Journal*. Vol.164. No.2. pp.148-154.

Olwig, K, R. (2008). Has 'Geography' Always Been Modern?: Choros, (Non)Representation, Performance, and the Landscape. *Environment and Planning A: Economy and Space*. Vol.40. No.8. pp.1843-1861.

Panov, N., Taleska, M., Dimeska, H. (2013). The importance of Mountain Regions for Tourism Development in Republic of Macedonia. *Hilly- Mountain Areas- Problems and Perspectives*. Ohrid, 12-15 IX. Pp. 547-553.

Peckham, R, S. (2004). Landscape Film. In. Duncan, J, S., Johnson, N, C., Schein, R, H. (Eds). *A Companion do Cultural Geography*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell Publishing. Pp.420- 429.

Peet, R. (1998). *Modern Geographical Thought*. New Jersey: Wiley- Blackwell

- Peixoto, L., Alves, I, C., (2009). Quantificação do Património Geomorfológico- Glaciário no Parque Nacional da Peneda-Gerês (Portugal). *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*. Volume VI. Pp.265-268.
- Pickering, C., Barros, A., (2013). Mountain Environments and tourism. In: Holden, A., Fennell, D. (Eds). *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment*. London: Routledge. Pp. 183-191.
- Price, L, W. (1981). *Mountains & Man: A Study of Process and Environment*. California: University of California Press.
- Price, M, F. (2004). *Conservation and Sustainable Development in Mountain Areas*. Gland: International Union for Conservation of Nature.
- Price, M., Lewis, M. (1993). The Reinvention of Cultural Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 83, No. 1. Pp. 1-17.
- Rainho, A., Rodrigues, L., Bicho, S., Franco, C., Palmerim, J, M. (1998). *Morcegos das Áreas Protegidas Portuguesas (I)*. Estudos de Biologia e Conservação da Natureza, 26. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- Reis, S, S. (1991). *Portugal Moderno- Fauna*. Lisboa: Pomo
- Ribeiro, O. (1963). *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa.
- Ribeiro, O. (1989a). Evolução e Distribuição da População. In. Ribeiro, O., Lautensach, H, Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal Volume III- O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp. 731- 778.
- Ribeiro, O. (1989b). Povoamento e Circulação. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal Volume III- O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.857- 876.
- Ribeiro, O. (1991). Opúsculos Geográficos- IV Volume, O Mundo Rural. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (1991b). As Regiões Geográficas. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal IV- A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.1241-1266.
- Ribeiro, O. (1991c). Traços Essenciais da Economia. In. Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (Eds). *Geografia de Portugal IV- A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp.1181-1191.

- Ribeiro, O. (1995). *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- Ribeiro, O. (2001). Paisagens, Regiões e Organização do Espaço. *Finisterra*, XXXVI, 72. Pp. 27-35.
- Ribeiro, O. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. (8.^a ed). Lisboa: Letra Livre.
- Rose, G. (2008). Using Photographs as Illustrations in Human Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, Vol.32, No. 1. Pp.151-160.
- Rose, G. (2016). Cultural Geography Going Viral. *Social & Cultural Geography*. Vol.17. No.6. pp.763-767.
- Santos, A, S., Ferreira, L, M, M. (2012). The Portuguese Garrano breed: an efficient and sustainable production system. In. Saastamoinen, M., Fradinho, M, J., Santos, A, S., Miraglia, N. (Eds). *Forages and Grazing in Horse Nutrition*. Wageningen: Wageningen Academic Publishers. Pp.481-484.
- Santos, N, P., Gama, A. (2011). As Tradições do Pão, Territórios e Desenvolvimento. In. Santos, N., Cunha, L. (Eds). *Trunfos de uma Geografia Activa- Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Pp.273- 282.
- Sarmiento, J. (1999). *Geografia Cultural e Geografia do Turismo: Configurações para o final da década de 90*. III Congresso da Geografia Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos. Pp.163-172.
- Sarmiento, J. (2004). *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sarmiento, J. (2008). *Searching for cultural geography in Portugal*. *Social & Cultural Geography*. Vol. 9, No. 5. Pp. 573- 600.
- Sarmiento, J. (2012). David Harvey e a Geografia Cultural. In. Corrêa, R, L., Rosendahl, Z. (Eds). *Geografia Cultural- Uma Antologia- Volume 1*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pp. 129-151.
- Sarmiento, J. (2015). Landscape. In. Cater, C., Garrod, B., Low, T. (Eds). *The Encyclopedia of Sustainable Tourism*. Oxford/ Boston: CABI. Pp.307-308.
- Sarmiento, J. (2017). Tourists' Walking Rhythms: 'doing' the Tunis Medina, Tunisia. *Social & Cultural Geography* 18, 3. Pp.295-314.

- Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, F. (2006). Introdução. In. Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, R. (Eds). *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinha. Pp. vii- xii.
- Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, F. (2009). Introdução. In. Sarmiento, J., Azevedo, A, F., Pimenta, J, F. (Eds). *Geografias do Corpo- Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinha. Pp11-30.
- Scott, H. (2004). Cultural Turns. In. Duncan, J, S., Johnson, N, C., Schein, R, H. (Eds). *A Companion to Cultural Geography*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell Publishing. Pp.24- 37.
- Serra, M^a. G. L. & Carvalho M^a. L. S. (1989). *A flora e vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Contribuição para o Plano de Ordenamento desta Área Protegida*. Coleção Natureza e Paisagem, n.º6. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- Serrão, J. (1985). Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo. *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89). Pp.995-1004.
- Sidaway, J, D. (2002). Photography as Geographical Fieldwork. *Journal of Geography in Higher Education*, Vol.26, No. 1. Pp.95-103.
- Singh, L, K. (2008). *Ecology, Environment and Tourism*. Delhi: Isha Books.
- Smith, V. (1989). Introduction. In. Smith, V, L. (Ed). *The Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. (2.^aed). Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Pp.1-17.
- Söderström, O. (2005). Representation. In. Sibley, D., Jackson, P., Atkinson, D., Washbourne, N. (Eds). *Cultural Geography- A Critical Dictionary of Key Concepts*. London/New York: I.B. TAURIS. Pp.11-15.
- Straaten, J. (2000). Can Sustainable Tourism positively influence rural regions? In. Richards, G., Hall, D. (Eds). *Tourism and Sustainable Community Development*. London/ New York: Routledge. Pp.221-232.
- Subba, J, R. (2008). *Evolution of Man and the Modern Society in Mountainous Sikkim*. Delhi: Gyan Publishing House.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Oxon/ New York: CABI Publishing.
- Thrift, N. (2008). *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect*. London/ New York: Routledge.

- Thrift, N. (2014). *Summoning Life*. In: Cloke, P., Crang, P., Goodwin, M. (Eds). *Envisioning Human Geographies*. London/ New York: Routledge. Pp.81-103.
- Till, K. (1999). *Landscape*. In: McDowell, L., Sharp, J, P. *A Feminist Glossary of Human Geography*. London/ New York: Routledge. Pp. 147-148.
- Torga, M. (2011). *Miguel Torga Diário- Vols. XIII a XVI*. (5ªed). Lisboa: D.Quixote.
- Torga, M. (2017). *Portugal*. Lisboa: D.Quixote
- Torres, R, T., Miranda, J., Carvalho, J., Fonseca, C. (2015). Expansion and Current Status of Roe Deer (*Capreolus capreolus*) at the Edge of Its Distribution in Portugal. *Annales Zoologici Fennici*. Vol.52. No. 5/6. Pp. 339-352.
- Tsiftelidou, S., Christodoulou, A, C. (2019). The Semiotic History of Thermal Springs and Their Contribution to Tourism Development. In: Katsoni, V., Segarra-Oña, M. (Eds). *Smart Tourism as a Driver for Culture and Sustainability- Fifth International Conference IACuDiT, Athens 2018*. Cham: Springer. Pp. 249-260.
- UNEP & WTO. (2005). *Making Tourism More Sustainable- A Guide for Policy Makers*. Paris/Madrid: UNEP/WTO
- UNEP. (2007). *Tourism and Mountains: A practical guide to managing the social and environmental impacts of Mountain Tours*. Paris: UNEP
- UNWTO. (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. New York: United Nations
- UNWTO. (2013). *Sustainable Tourism for Development Guidebook: Enhancing capacities for Sustainable Tourism for development in developing countries*. Madrid: UNWTO
- UNWTO. (2016). *UNWTO Tourism Highlights*. Madrid: World Tourism Organization.
- UNWTO. (2019). *Tourism Highlights, 2019 Edition*. Madrid: UNWTO
- Upadhyaya, P. (2015). Sustainability Threats to Mountain Tourism with Tourist Mechanized Mobility Induced Global Warming: A Case Study of Nepal. *Journal of Tourism and Hospitality*. Vol.4, Nº 2. Pp. 148-155.
- Vannini, P. (2015). Non-Representational Research Methodologies: An Introduction. In: Vannini, P. (Ed). *Non-Representational Methodologies- Re-Envisioning Research*. Oxon: New York: Routledge. Pp.1-18.
- Vaquinhas, I, M. (1993). O Campesinato. In: Mattoso, J. (Ed). *História de Portugal- Quinto Volume- O Liberalismo*. Porto: Círculo de Leitores. Pp.479- 492.

- Vasconcelos, J. L. (2007). *Etnografia Portuguesa Vol. VI*. Reimpressão fac-similada da edição de 1983. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda
- Veyret, P. (1972). L'agriculture de montagne dans les Alpes Françaises: Le problème de la survie. *Revue de géographie alpine*, vol. 60, n°1. Pp. 5-24.
- Wall, P, S. (1999). Environmental impact assessment for tourism: a discussion and an Indonesian example. In Pearce, D, G., Butler, R, W. (Eds). *Contemporary Issues in Tourism Development*. London: Routledge. Pp.229-252.
- Waterton, W. (2013). Landscape and non-representational theories. In. Howard, P., Thompson, I., Waterton, E. (Eds). *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London: Routledge. Pp. 66-75.
- WCED. (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press
- Williams, S. (2003). *Tourism Geography*. London/ New York: Routledge
- Williams, S., Lew, A. (2015). *Tourism Geography- Critical Understandings of Place, Space and Experience*. (3^aed). Oxon/New York: Routledge
- Winchester, H, P, M., Kong, L., Dunn, K. (2003). *Landscapes- Ways of Imagining The World*. Oxon/ New York: Routledge.
- Wylie, J. (2007). *Landscape*. Oxon: Routledge
- Wylie, J. (2009). Landscape. In. Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M, J., Whatmore, S. (Eds). *The Dictionary of Human Geography*. (5^a ed). Oxford: Blackwell Publishing. Pp. 409-411.

Webgrafia

ADERE-PG.(2011).http://www.adere-pg.pt/imgs/produtos/012148_1_2270_resumo- adere.pdf

Barbosa, R, C. (2017). <http://carris-geres.blogspot.com/>

Ecomuseu. (2020). <https://ecomuseu.org/>

Google Earth. (2020). <https://earth.google.com/web/>

ICNF. (2019). <http://www2.icnf.pt/portal/ap/pnpg>

INE.(2012b).https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006389&contexto=bd&selTab=tab2&fbclid=IwAR1w_KCRje8r84iDWxSTpqAJqhQRSPniS1NINibPI0ra-qSZy39MVdjGj1U

Registo Nacional de Turismo. (2020). <https://registos.turismodeportugal.pt/>

Legislação

Decreto n.º 142/2006, de 27 de julho de 2006. Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração (SIRCA), revogando o Decreto-Lei n.º 338/89, de 24 de Agosto. Diário da República, 1.º série (144), 5357-5369.

Decreto n.º 187/71, de 8 de maio de 1971. Cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Diário do Governo, 1.ª série (108), 657-661.

Decreto n.º 28/84, de 20 de janeiro de 1984. Altera o regime em vigor em matéria de infrações antieconómicas e contra a saúde pública. Diário da República, 1.ª série (17), 240-258.

Decreto-Lei n.º 242/2015, 15 de outubro de 2015. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade. Diário da República, 1.º série (202), 8981-9000

Despacho n.º 14535-A/2013, de 11 de novembro de 2013. Autorização do abate para autoconsumo. Diário da República, 2.ª série (218), 33160-(2) a 33160-(3).

ANEXOS

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

No âmbito do Mestrado de Geografia, Planeamento e Gestão do Território do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, com o presente questionário pretendesse obter uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento e os impactes do turismo em Pitões das Júnias. Agradeço desde já a sua colaboração, comprometendo-me assim ao sigilo de todas as informações prestadas.

Data: ____ / ____ / ____

Parte 1: Informações Sociodemográficas

1. **Sexo:** Masculino __. Feminino __

2. Grupo Etário

a) 16-25 anos b) 26-35 anos c) 36-45 anos d) 46-55 anos

e) 56-65 anos f) mais de 65 anos

3. Habilitações Literárias

a) Não frequentou b) Pré-escolar c) Ensino Primário

d) 2º e 3º ciclo e) Ensino Secundário f) Ensino Superior

4. Naturalidade

- a) Natural de Pitões? Sim____
- b) Não, Natural de _____

Parte 2: Caracterização da Atividade Profissional

1. Setor de atividade a que se dedica. Caso exerça mais que uma atividade, indique quais.

	Própria	Outrem
a) Restauração		
b) Alojamento		
c) Comércio e serviços		
d) Agricultura		
e) Pecuária		
f) Construção		
g) Outro		

2. Indique as que na sua opinião, são as atividades mais importantes para o desenvolvimento económico da aldeia (indique a letra por ordem de importância, caso considere mais que uma atividade).

Parte 3: Impactes do Turismo

1. Na sua opinião, qual a importância do desenvolvimento do turismo para a aldeia?

- a) Não é importante
- b) Sem opinião
- c) É importante

2. Como descreve o fluxo turístico em Pitões das Júnias?

- a) Baixo
- b) Normal
- c) Demasiado

3. No futuro, seria relevante para si, ver o turismo mais desenvolvido na aldeia?

- a) Sim
- b) Não
- c) Sem opinião

4. Na sua perspetiva, quais foram as mudanças mais significativas que a atividade turística causou em Pitões das Júnias?.
